

BIBLIOTECA CAP, GERALDO W. DA CUNHA PMMG - APM	
N.º REG.	DATA
04/1983	abr./92

ex. 3

O ALFERES

EDIÇÃO ESPECIAL

COMEMORATIVO DO BICENTENÁRIO
DA MORTE DE TIRADENTES

APM / PMMG

Area: CIÊNCIAS SOCIAIS. ESTATISTICA. POLITICA. ECON...



O Alferes

Comemorativo do bicentenário da morte de Tiradentes

Dt. Cadastro: 21/12/2006

(051)356.35

A386

Tombo: 244

244



ISSN 0103-8125

O ALFERES

Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
Volume 10
Edição Especial
Abril 1992
Periodicidade: trimestral

Academia de Polícia Militar
Divisão de Pesquisa
Rua Diabase, 320 - Prado
30.460 - Belo Horizonte - MG

O Alferes	Belo Horizonte	v. 10	Edição Especial	p.01-95	abril 1992
------------------	-----------------------	--------------	------------------------	----------------	-------------------

O Alferes. n. 1 -

1983 -

Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar da PMMG.

Quadrimestral

Quadrimestral (1983-1985) trimestral (1986-)

ISSN 0103-8125

1. Polícia Militar - Periódico I. Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

CDD352.205

CDU 351.11(05)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PERFIL DE TIRADENTES

Márcio Jardim 9-21

AS PALAVRAS E OS ECOS DE 1792

Audemaro Taranto Goulart 22-31

O ALFERES-MOR DO BRASIL

Waldemar de Almeida Barbosa 32-44

PROCESSO DE "REAValiação DA INCONFIDÊNCIA"

Isolde Helena Brans 45-48

MINAS, ONDE AS SEDIÇÕES ERAM NATURAIS

Caio César Boschi 49-55

TIRADENTES: UM SONHO BISSECLAR DE LIBERDADE

Antônio Gaio Sobrinho 56-72

TIRADENTES E OS INCONFIDENTES

Antônio Marcos Alves 73-95

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que entregamos aos nossos leitores a presente Edição Especial da revista *O Alferes*, órgão de doutrina e informação da Polícia Militar de Minas Gerais. Com ele, a Corporação presta mais uma homenagem ao nosso glorioso Alferes Joaquim José da Silva Xavier, quando das comemorações alusivas ao 2.º Centenário de sua morte. Protomártir da Independência de nosso País, patrono das Polícias Militares brasileiras, um dos idealizadores da bandeira que hoje é a do nosso Estado, iniciou sua carreira militar, interrompida brutalmente pela opressão colonizadora, juntamente com o corpo de tropa que deu origem à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, no longínquo ano de 1775.

Acima de tudo um idealista que soube aliar aos seus ideais acentuado espírito de luta, grande força de vontade e extraordinário ânimo empreendedor, liderou, pela força de suas idéias e de sua palavra inflamada, pela grandeza de seus ideais e pelo seu espírito de renúncia a interesses pessoais, o grande movimento revolucionário mineiro do século XVIII. Transformou-se num exemplo de coragem, abnegação e patriotismo que deve servir de guia na incansável luta em busca a liberdade plena e da cidadania, com que se vê a braços, ainda hoje, o povo brasileiro.

A presente Edição Especial de *O Alferes* contém sete trabalhos sobre Tiradentes e a Inconfidência Mineira. O primeiro deles, "Perfil de Tiradentes", é de autoria do Dr. Márcio Jardim, historiador de renome nacional e um dos maiores especialistas brasileiros no movimento do século XVIII. Traça uma biografia precisa do Alferes, acentuando sua participação na Inconfidência e a importância de suas atividades no movimento.

Audemaro Taranto Goulart, ex-professor da Academia de Polícia Militar, Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorando da USP, e, atualmente, Chefe de Departamento de Letras da PUC-MG, da qual foi Vice-Reitor, é o autor do artigo "As Palavras e os ecos de 1792", no qual enfoca a Inconfidência Mineira sob ângulo incomum. Valendo-se da semiótica, demonstra que os juízes dos inconfidentes, através da manipulação consciente da linguagem, procuraram apresentar o movimento como um acontecimento menor, superficial e sem abrangência, e não como uma revolução, como demonstra ter sido, na realidade, a Conjuração.

Outro historiador de grande renome, Waldemar de Almeida Barbosa, empresta-nos, mais uma vez, sua inestimável colaboração, agora com o artigo "O Alferes-Mor do Brasil". O autor tem vários e importantes livros e artigos sobre a Inconfidência e os inconfidentes, de leitura obrigatória para todos os que se interessam pelo assunto. No artigo acima citado, demonstra a importância de Tiradentes no movimento de Minas Gerais, desfazendo equívocos e interpretações discutíveis feitas por historiadores apressados na avaliação do movimento inconfidente e de sua figura maior.

A historiadora Isolde Helena Brans tem apresentado, em seus

trabalhos, alguns ângulos pouco conhecidos ou pouco estudados da Inconfidência. No artigo que ora se publica, aborda os encontros entre brasileiros e o então embaixador dos Estados Unidos na França, Thomas Jefferson, em busca de apoio para o pretendido Levante de Minas. Trata desses encontros de um novo ângulo, mostrando sua importância e a possibilidade, a ser comprovada em futura publicação, da participação de Tiradentes nos entendimentos com o representante americano.

"Minas, onde as sedições eram naturais" é um artigo da maior importância sobre a Conjuração Mineira. Seu autor, Caio César Boschi, é Doutor em História, Pró-Reitor de Pesquisa e Graduação da PUC-MG e Professor Titular da UFMG. Historiador de fama internacional e um dos nomes mais respeitados da comunidade acadêmica, tem vários livros e artigos sobre Minas Gerais do século XVIII, sendo considerado um dos maiores especialistas nesse importante período da História mineira. Seu artigo destaca-se pela objetividade e pelo equilíbrio com que enfoca a Inconfidência, dentro da conturbada Minas Gerais setecentista.

Fecham a presente Edição Especial de *O Alferes* duas monografias classificadas, respectivamente, em 1.º e 3.º lugares no Concurso de Monografias sobre Tiradentes e a Inconfidência Mineira, promovido pela PMMG. A primeira, "Tiradentes: um sonho bissecular de liberdade", é de autoria de Antônio Gaio Sobrinho, historiador e professor da Fundação Regional de Ensino de São João Del Rei (FUNREI) e aborda a modernidade das idéias de Tiradentes, em sua busca pela cidadania. A segunda, "Tiradentes e os inconfidentes", foi elaborada por Antônio Marcos Alves, Aspirante a Oficial PM, e aborda a figura de Tiradentes na Inconfidência Mineira, além de estudar a participação dos outros inconfidentes, ressaltando a importância do Alferes e do movimento na História do Brasil.

Esclareça-se que a monografia classificada em 2.º lugar no referido concurso, pela sua abrangência, será publicada pela PMMG em livro a ser editado durante o corrente ano.

Conselho Editorial

PERFIL DE TIRADENTES*

MÁRCIO JARDIM

Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Resumo: O autor traça um retrato de Tiradentes, tanto físico, limitando-se às poucas informações existentes, quanto moral, ressaltando o importante papel que desempenhou na Inconfidência Mineira. Aponta as diversas atividades que exerceu, ressaltando sua inteligência técnica polimorfa e seus trabalhos enquanto militar.

Joaquim José da Silva Xavier nasceu na Fazenda do Pombal, propriedade de seu pai situada na circunscrição territorial da Vila de São João del-Rei, em 1746, provavelmente. Não há registro de seu nascimento, apenas do batismo, ocorrido em 1746. Em seu primeiro interrogatório no processo (22.05.1789), Tiradentes declarou ter 41 anos de idade. O engano parece ter sido de um ano no cálculo da própria idade; naquela altura de 1789, o Alferes muito provavelmente teria 42 anos. Batizado em novembro de 1746, deve ter nascido pouco antes, naquele mesmo segundo semestre. Em maio de 1789, portanto, ainda não teria completado 43 anos.

Seu pai pertencia à elite branca civil e servira como Almotacé (fiscalizador de pesos, medidas e preços e distribuição de alimentos) na Câmara da Vila de São José del-Rei; antes servira como Procurador dos Reais Quintos no Arraial do Bichinho, distrito da mesma Vila. Nos processos de habilitação de dois irmãos de Tiradentes ao sacerdócio, foi declarado que pertenciam à raça branca, "cristãos-velhos", sem qualquer mistura de negros, mulatos, judeus ou árabes, condição indispensável para serem ordenados padres. Tiradentes pertencia, portanto, à nobreza civil (que diferia da titulada)

* O artigo foi extraído e adaptado do livro do mesmo autor: *A Inconfidência Mineira; uma síntese factual*, Rio, Bibliex, 1989, 415 págs.

e a que se chegava pelo sangue e pelo exercício de determinadas funções públicas de confiança do Estado. Além disso, seu posto de Alferes era privativo dessa nobreza civil. A palavra "Alferes", do árabe, significa "o Cavaleiro".

O pai de Tiradentes era natural do Reino, e a mãe, do Brasil. Por via materna, era neto de Domingos Xavier Fernandes (reinol) e Maria de Oliveira Colaça, paulista. De Domingos da Silva Santos e Antônia da Encarnação Xavier nasceram sete filhos: 1) Domingos da Silva Xavier - n. 1738; ordenado padre no Rio de Janeiro em 1765; nomeado vigário de Caeté, Peçanha, Guanhões, Suassuí, Correntes e Santo Antônio em 1772; vigário de Pitangui em 1775; 2) Maria Victória de Jesus Xavier - n. 1742; 3) Antônio da Silva e Santos - n. 1745; ordenado padre, foi nomeado Capelão do distrito de Ressaca, da Vila de Prados, em 1789; viveu numa freguesia de Barbacena até 1805, quando faleceu; 4) Joaquim José da Silva Xavier - n. 1746; 5) José da Silva dos Santos - n. 1748; foi Capitão de Auxiliares; 6) Catharina (ou Eufrásia) da Encarnação Xavier - n. 1751; 7) Antônia Rita de Jesus Xavier - n. 1754. Tiradentes tinha, ainda, uma meia-irmã, chamada Clara, filha de seu pai quando ainda solteiro.

Sua mãe faleceu em 1755 (2 de dezembro), e seu pai dois anos depois (12.12.1757). Portanto, Tiradentes ficou órfão de mãe aos 9 anos, e de pai aos 11 anos. Nessa idade sua situação familiar mostrava: um irmão (Domingos), com 19 anos, seminarista em Mariana; uma meia-irmã (Clara), com idade superior a 20 anos, provavelmente vivendo próximo à família; três irmãs ainda crianças (Maria Victória, 15 anos; Catharina, 6 anos, e Antônia, 3 anos); mais dois irmãos (Antônio, 12 anos; José, 9 anos). A família, então, se dispersa, aos cuidados de parentes próximos. Tiradentes ficou aos cuidados do seu tio e padrinho, Sebastião Ferreira Leitão, cirurgião-dentista registrado e que possuía lavras de mineração.

Pelo inventário da mãe, aberto em 1756, sabe-se que a família não era pobre, como já se disse muitas vezes. A fazenda do Pombal era grande, nela trabalhavam 35 escravos, inclusive em mineração. A casa tinha dois pavimentos; o alpendre dava entrada, por fora, a um oratório particular. Havia senzalas e cozinhas coletivas. A família possuía numeroso e valioso instrumental de ferro para minerar, relacionado, por sua importância, no inventário.

Além dos dois irmãos, Domingos e Antônio, Tiradentes tinha vários primos padres: Frei José Mariano da Conceição Velloso (filho de sua tia Rita Xavier, irmã de sua mãe), Padre Antônio Rodrigues Dantas; outra tia, Catarina, teve mais dois filhos padres. Do Padre Antônio Dantas, pouco se sabe, a não ser que foi brilhante latinista, autor de uma obra, *Sintaxe Latina*, que teve grande repercussão. Já o Frei José Mariano da Conceição Velloso teve importância maior e, certamente, influenciou a vida do Alferes, que era pouco mais novo que ele. Frei Velloso nascera em São José del-Rei em 1741

(seu nome de batismo era José Velloso Xavier). Fez seus estudos em Minas, em Mariana. Desenvolveu extraordinária habilidade em Botânica e, no convento do Rio de Janeiro, dedicou-se a pesquisas de campo, classificando mais de 2000 plantas no Vale do Paraíba do Sul, publicando ao final dos trabalhos, em 1790, a monumental obra *Flora Fluminense*, em onze volumes, talvez o mais vultoso trabalho científico até hoje publicado por um brasileiro. Levado pelo Vice-Rei a Lisboa, ali se tornou cientista de renome, publicando diversos outros livros; foi sócio da Academia Real de Ciências, com pensão do Estado no valor de 2:400\$000 réis. De volta ao Rio de Janeiro, onde faleceria em 1811, organizou o Jardim Botânico.

Tudo faz crer que Frei Velloso, nesse período de intenso trabalho no Rio de Janeiro, nos anos de 1780 a 1790, quando organizou a sua *Flora Fluminense*, tenha tido contato mais ou menos longo com o primo Tiradentes, pois nesses anos o Alferes revelou extraordinário conhecimento de plantas medicinais, curando várias pessoas e espalhando fama nesse sentido no Rio de Janeiro. A profissão de dentista prático conseguira, sem dúvida, com o padrinho, Sebastião Ferreira Leitão. As poucas referências sobre essa fase da vida do Alferes demonstram que com cerca de 19 ou 20 anos de idade já estava comerciando por conta própria, em viagens com tropas de muares. Teria ficado sob a guarda e instrução do padrinho dentista dos 11 aos 18 anos, tempo suficiente para aprender os segredos da arte odontológica e aprimorar seu estudo com leituras científicas. Sua letra e seu estilo de redação eram superiores ao da maior parte dos homens de seu tempo.

Sobre o talento de Joaquim José da Silva Xavier como dentista não pode pairar dúvida. São várias e insuspeitas as referências a essa arte no processo dos inconfidentes. O Alferes Xavier não fazia apenas extrações; há provas de que punha e tirava dentes, com extraordinária perfeição. Tinha também, como ele mesmo disse, "*alguma inteligência de curativo*", ou seja, praticava a medicina básica. Esse conhecimento viera, certamente, de suas longas viagens pelos sertões mineiros, de seus próprios conhecimentos relacionados com a odontologia e de sua amizade com seu primo naturalista, Frei Velloso. No Rio de Janeiro, pelo menos, há notícias de que granjeara fama como curandeiro. O próprio Vice-Rei, pouco antes de mandar prendê-lo, usa de um subterfúgio para que permanecesse no Rio e não voltasse a Minas: ao ser procurado por Tiradentes para que explicasse a razão de estar sendo seguido por soldados disfarçados e para que explicitasse as suspeitas que por ventura tivesse, o Vice-Rei desconversa, elogia Tiradentes e diz que não se preocupasse e ficasse, que o povo o queria ali (era conhecido de muita gente, inclusive músicos). Tiradentes curara uma moça, solteira, de 31 anos de idade, de uma ferida no pé, que havia se transformado em chaga e ameaçava ulcerar com o prolongamento da doença por vários anos. A moça, filha de Inácia Gertrudes de Almeida, havia-se tratado antes com vários professores de Medicina, os quais chegaram a desenganá-la, afirmando ser

a doença incurável por já ter-se tornado cancerosa. Uma pessoa do povo (uma mulata) indicou a ela o Alferes mineiro, que, depois de tratá-la, visitando-a várias vezes, curou-a, usando medicamento líquido. A mãe da jovem, agradecida ao Alferes, consentiu em conceder-lhe esconderijo naqueles dias em que se viu perseguido. Não poderia abrigá-lo em sua própria casa, visto ser viúva, o que lhe poderia acarretar a maledicência do povo, sendo o Alferes um homem solteiro; entretanto, pediu ao seu sobrinho e hóspede, Padre Inácio Nogueira Lima, que o encaminhasse à casa de Domingos Fernandes da Cruz, na Rua dos Latoeiros. Ali seria preso.

Outra faceta da vida de Joaquim Xavier é sua carreira militar. Tiradentes optou pela carreira das Armas aos 29 anos de idade. Vivendo do comércio ambulante a partir dos 18 ou 19 anos, fazendo freqüentes viagens entre São João del-Rei, Vila Rica e o Rio de Janeiro, chegou a comerciar no norte de Minas e provavelmente até na Bahia. Nesse período não acumulou renda considerável, dedicando-se também à prática de dentista itinerante. Alistou-se em 1.º de dezembro de 1775, diretamente no posto de Alferes, posição hierárquica intermediária entre o Tenente e o Cabo, hoje não mais existente e que equivaleria ao atual 2.º Tenente.

O Regimento de Cavalaria de Minas Gerais estava sendo criado no ano de 1775, por ampliação dos quadros das forças existentes. O interesse do Vice-Rei ao ordenar essa ampliação dos efetivos era prevenir-se de possíveis ameaças espanholas no Rio de Janeiro e no sul do Brasil. O Governador de Minas, Dom Antônio de Noronha, que havia sido Coronel de Cavalaria no Regimento de Campo Maior no Alentejo, instala o Regimento em 9 de junho de 1775, convocando elementos civis para a formação dos quadros, já que não havia escolas ou academias militares. A seleção dos efetivos era feita entre a raça branca, dando-se preferência à nobreza civil e à titulada, e apoiando-se em informações pessoais.

Vários documentos permitem ver passagens da vida militar do Alferes Silva Xavier. No primeiro semestre de 1777, menos de dois anos após seu alistamento, morava no Rio de Janeiro (em companhia do Alferes Simão da Silva Pereira), em casa alugada de Luís José da Gama, à custa da Fazenda Real, portanto em missão oficial. Em 1778 e 1779 ainda continuava no Rio, servindo nas forças de defesa contra ameaças externas. Em sua companhia estavam o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada e o Capitão Francisco Antônio de Oliveira Lopes; ficaram em Copacabana. Essas forças mineiras voltaram do Rio de Janeiro em setembro de 1779.

Já em 1780, no primeiro semestre, está em Sete Lagoas-MG, como comandante do destacamento local, encarregado da guarda do Registro ali instalado, porta de entrada do Vale Médio do Rio São Francisco. Em 9 de abril de 1781, o Alferes é nomeado comandante do destacamento do Caminho Novo, com a finalidade de construir uma variante no caminho de Vila Rica ao Rio de Janeiro, cortando a mata até o Registro do Paraibuna. Viaja

então em direção a Vila Rica, e há registro de sua passagem pelo caminho de Paracatu em junho daquele ano e em Raposos, no lugar denominado Sítio do Pé Pequeno, em 15 de julho.

No dia 19 desse mesmo mês, o Governador Dom Rodrigo José de Meneses baixa as instruções pelas quais se devia reger o Alferes na construção; o encarregado oficial da obra era o Tenente-Coronel de Auxiliares Manoel do Vale Amado, morador na região a ser cortada pela nova estrada, mas quem se desincumbiu realmente da missão foi o comandante militar. Sua indicação para a importante missão deve-se atribuir a que se sabia de sua larga experiência em viagens pela região, que há mais de dez anos percorria como comerciante e dentista. O Caminho Novo, que se chamou depois Caminho de Meneses em homenagem àquele Governador, visava a cortar o sertão bruto na direção do Rio de Janeiro, encurtando o caminho existente que passava por São João del-Rei, fazendo um acentuado arco.

Tiradentes se apresentou na casa do Tenente-Coronel Manoel do Vale Amado em 26 de julho de 1781. Iniciam as picadas com a pequena tropa comandada pelo Alferes e mais oito escravos pertencentes ao Tenente-Coronel. Mas, apenas iniciados os trabalhos, o fazendeiro se queixa de que seus escravos faziam falta aos seus serviços particulares e retira-se da empreitada, deixando ao Alferes o desencargo da missão. Contando com pouca mão-de-obra, trabalhando lenta, mas intensamente, o Alferes consegue fazer chegar a picada até o lugar em que se instalaria um quartel, chamado de Porto do Meneses, e dali a ligação chega rápida ao Registro do Paraibuna. Em sua correspondência com o Governador, Tiradentes levanta a possibilidade de se calçar de pedra toda a nova estrada; localiza as pedreiras, indicando-as a Dom Rodrigo de Meneses.

A estrada foi sendo construída de 1781 a 1783. Tiradentes permaneceu destacado no Porto do Meneses, como comandante da tropa militar de guarda do Caminho Novo. Ali ficaria cerca de 5 anos. Em abril de 1783, escreve, de Barbacena, uma carta ao Governador, relatando missões que efetuara para perseguir e prender bandidos salteadores que infestavam a Serra da Mantiqueira. Nessa carta demonstra um relacionamento estreito com o maior fazendeiro de Minas em extensão de terras (e futuro inconfidente), José Aires Gomes, em cuja companhia percorre as serras na perseguição.

Em 1784 aparece o Alferes em outra missão de relevo. O Coronel de Auxiliares Manoel Rodrigues da Costa escreve ao Governador, que a essa altura era Luís da Cunha Meneses, há apenas poucos meses no cargo, sugerindo providências no sentido de serem mais bem guardadas as fronteiras a leste da Capitania, nos limites com o Rio de Janeiro. Essas áreas eram consideradas "fechadas", isto é, vedadas à mineração e ao cultivo, por razões de segurança tributária. O próprio fazendeiro indicou ao Governador o Alferes Silva Xavier como a pessoa mais qualificada, no seu entender, para

desincumbir-se da missão. O Governador, então, acatando a sugestão, baixa uma Portaria (16 de abril de 1784), nomeando uma comissão militar para estudar o problema *in loco*. Como chefe iria o próprio subcomandante do Regimento de Cavalaria de Minas, Sargento-mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho. Integrando a comissão deveria ir o Alferes Xavier, devido à sua notória "*inteligência mineralógica*", nas palavras do próprio Governador.

É notório que Tiradentes sempre fora incumbido de penosas, difíceis e arriscadas missões militares. E durante todos os 14 anos em que servira como Alferes não recebeu uma só promoção, apesar de sempre ter-se portado com extremo zelo e dedicação ao serviço militar. Sua pessoa era da confiança não só de seus chefes, mas de muitos soldados que a ele davam procuração para receber seus soldos. Vários de seus colegas de farda foram diversas vezes promovidos. No seu depoimento na prisão, em 18 de janeiro de 1790, enumerou caso por caso, nome por nome, todos esses colegas passados à sua frente, num dasabafo incontido de revolta contra aquele iníquo sistema social.

Nos anos seguintes - 1786 a 1789 - começa uma série de viagens ao Rio de Janeiro. Sabemos que nessa fase já estava decisivamente no período conspiratório. Saiu de Vila Rica em 2 de março de 1787 e regressa em 28 de agosto do ano seguinte; permaneceu, pois, quase um ano e meio no Rio. Ali se dedicaria, além da prática revolucionária, a notáveis projetos de melhoramentos urbanos.

Tiradentes conhecia bem a maravilhosa cidade do Rio de Janeiro. Conhecia seus morros, que era obrigado a palmilhar, descendo de Minas; conhecia seus arredores, que percorria como dentista prático. Conhecia o povo que também o conhecia e sabia de suas habilidades profissionais. Vivendo viajando, conhecia as paragens onde havia água, mantimentos. Nessas suas longas estadas na magnífica Baía da Guanabara, sua inteligência logo deve ter percebido a imensa possibilidade que apresentava como porto natural de um grande país; sua necessária e infalível expansão populacional, espremida entre montanhas. Seus conhecimentos de topografia levaram-no naqueles anos de 1787 e 1788 a intuir fabulosos projetos de melhoramentos urbanos. Os documentos existentes permitem afirmar que Tiradentes projetou as seguintes obras para o Rio: a) abastecimento regular da cidade, pela canalização das águas do Rio Andaraí; b) construção de moinhos aproveitando a canalização do rio e mais os desníveis dos córregos Catete, Comprido, Laranjeiras e Maracanã; c) construção de um trapiche, isto é, o cais do porto, rudimentar, de madeira, avançando da praia o máximo possível dentro do mar; d) construção de armazéns para guarda de gado e outras mercadorias que, desembarcadas, ficavam expostas ao sol, à chuva e aos furtos; e) serviço de barcas de transporte de passageiros do Rio a Niterói (Praia Grande).

O tempo se encarregaria de aprovar os seus projetos. Dom João VI

realizou a canalização nos moldes do plano, cerca de 30 anos depois. Em 1889, o engenheiro André Paulo de Frontin (29 anos de idade) trouxe para o Rio, em 6 dias, 15 milhões de litros de água, ao custo de 80 contos de réis, com o emprego de 700 homens; canalizou as águas da Serra do Tinguá, com o mesmo plano básico de Tiradentes, feito 100 anos antes.

A inteligência técnica polimorfa do Alferes Silva Xavier se revelaria ainda por outros detalhes: era também joalheiro, isto é, sabia lavar, polir e fazer jóias. Tinha noções econômicas - sabia que, sendo o Brasil independente, poderia facilmente substituir as importações por produtos aqui mesmo fabricados, sendo especialmente fácil a montagem de siderúrgicas, indústrias têxteis e o desenvolvimento do extrativismo mineral. Sua cultura mineralógica não se limitava ao ouro e às pedras preciosas. Percebeu também a existência em Minas de fontes de salitre, indispensável ao fabrico da pólvora. Chegando José Álvares Maciel em Vila Rica, recém-formado em Engenharia de Minas, Tiradentes conversa sobre a possibilidade de fabricar pólvora. Maciel pergunta pelo salitre e, logo após, o Alferes leva-lhe um tijolo coberto de bolor. No depoimento no processo, Maciel diz que o desenganara, que aquilo não era salitre; mas sabe-se hoje perfeitamente que o mineral pode se apresentar sob essa forma bolorenta. É óbvio que Tiradentes estava mostrando ao químico o bolor e não o tijolo; mas até disso já se aproveitou alguém para deturpar a inteligência do Alferes, dizendo que sua ignorância confundia tijolo com salitre... O fato é que Álvares Maciel admitiu no processo, concretamente, que podia fabricar pólvora em Minas; e antes do processo, perante os outros conjurados, se comprometeu a fazê-lo. Em 1816 foi inaugurada uma fábrica de pólvora em Vila Rica.

Uma das ramificações intelectuais da atividade de Tiradentes era o interesse pela Revolução Norte-Americana e pelo Iluminismo. Seu envolvimento com as teorias iluministas parece ter sido visceral, tendo-o levado às posições radicalizadas do processo conspiratório. Várias vezes aparecem referências de Tiradentes à necessidade de "*restaurar*" a pátria. Assim se dirige ele ao Padre Manoel Rodrigues da Costa, em conversa na hospedaria de João da Costa Rodrigues, em Varginha do Lourenço: quando o Padre lhe contra-argumenta que falar em levante era crime - "*Isto não é levantar, é restaurar a nossa terra*". E também ao bacharel Lucas Antônio Monteiro de Barros: "*Não diga levantar, é restaurar*", repetindo várias vezes a explicação. De fato, para os iluministas, a revolução não era crime, porque se propunha a restaurar as liberdades primitivas que se haviam tirado ao homem pela deturpação progressiva de seu estado natural. As várias referências do Alferes à restauração social são uma prova incontestável de seu afinamento com as teorias revolucionárias do século XVIII, desenvolvidas na França e nos Estados Unidos por Rousseau, Voltaire, Jefferson, Franklin e outros, a partir do esquema teórico anterior de John Locke.

Tiradentes andava por todos os lados com livros sobre a

independência norte-americana (as Constituições estaduais, talvez, ou apenas a Coleção das Leis Constitutivas dos Estados Unidos, livro que lhe foi apreendido) e procurava nas livrarias tudo que se relacionasse ao assunto, de modo aberto; a ninguém se furtava essa preocupação. Estava entusiasmado pelo assunto, era loquaz, procurava convencer as pessoas de suas idéias, andava apressado, agitado. Procurando traduzir os textos franceses, andava com dicionários. Esse modo de ser e de agir, reflexo de uma personalidade exaltada, foi a razão das alcunhas que lhe foram apostas. Além da própria palavra "tira-dentes", chamavam-no de "o corta-vento", "gramaticão", "o República", "o Liberdade".

Volvamos nossos olhos para outro aspecto da vida de Tiradentes. Qual era sua aparência pessoal? Os quadros referentes a Tiradentes são todos imaginários. Foram feitos no fim do Império ou início da República, ou seja, mais de um século depois de sua existência.

Em 1789 Tiradentes tinha 42 anos. Era branco, pois seus pais assim o eram; dois irmãos seus foram padres, e ele próprio era oficial, e para essas funções era indispensável ser branco. Andava fardado, obviamente; sua farda era azul forrada de vermelho, e adornada com fios prateados. Muito provavelmente não usava barba, apenas bigode. Há documentos de vários oficiais no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, nos quais descrevem-se os traços fisionômicos, incluindo a barba. Ou seja, ao contrário do que se pensa, os oficiais não eram obrigados a se tosquiar. Entre os pertences que lhe foram seqüestrados em sua casa encontravam-se duas navalhas de barbear "novas"; depois de enforcado, seqüestram-se-lhe no cárcere mais duas navalhas de barbear e um espelho. Os soldados do tempo, à moda dos franceses, usavam bigodes cujas pontas desciam ao redor dos cantos da boca, além de que o costume geral masculino era o rosto raspado, como o atestam os retratos dos reis e vice-reis. Tiradentes, ao ser perseguido no Rio naqueles dias de sua prisão, revelara que descobrira estar sendo seguido por dois granadeiros que, como disfarce, haviam raspado o bigode. O normal, pois, era o militar usar bigode. Mais: o uso do bigode era obrigatório.

Aos 42 anos, Tiradentes era grisalho e nessa particularidade está a única prova existente sobre sua aparência física.

O Alferes Joaquim José da Silva Xavier morreu solteiro. Mas deixou descendência: uma filha, de nome Joaquina, de sua união com Antônia Maria do Espírito Santo - órfã do pai, Antônio da Silva Pais - e que vivia em Vila Rica em companhia da mãe, Maria Josefa da Silva. A mãe da filha de Tiradentes tinha cerca de 16 a 17 anos de idade quando foi por ele engravidada. O namoro deve ter durado no período de maio de 1786 a fevereiro de 1787. O Alferes assumiu a paternidade, prometendo casar com Antônia; revelou esse intento ao colega de Regimento, soldado Ventura Mendes Barreto. Batizou a filha em 31 de agosto de 1786 na Igreja Matriz de Vila Rica, convidando para padrinho um dos comerciantes mais ricos da

Capitania, Domingos de Abreu Vieira, seu companheiro no movimento conspiratório. Tiradentes obtivera um terreno, em dezembro de 1785, na Rua da Ponte Seca, para construir uma casa; ali, em 1804, no censo da população, foi notada a residência de Maria Josefa, a sogra putativa.

O Alferes era um homem de 40 anos quando engravidou Antônia Maria do Espírito Santo, menina-moça órfã. Viajava muito; naqueles anos passou a maior parte do tempo no Rio de Janeiro. Em um de seus regressos, descobriu que Antônia não "procedera bem" e por isso rompe a promessa de casamento e devolve a menina e a filha à sogra. Deixou-lhes alguns bens - poucos - e uma escrava, além, provavelmente, da casa, na qual, 17 anos mais tarde, seria recenseada sua sogra, na Rua da Ponte Seca. O Alferes passou a morar em casa alugada, na Rua de São José, pertencente ao Padre Joaquim Pereira de Magalhães.

Tiradentes era católico. Fora batizado, como já vimos, criado entre católicos e tinha dois irmãos padres. Historiadores lhe atribuem uma devoção especial à Santíssima Trindade, o que se pode confirmar pelos Autos da Devassa; era religioso, e não sê-lo era fenômeno raríssimo entre os homens do tempo. Batizou sua filha Joaquina. Várias vezes, enquanto tentava convecer seus ouvintes de suas teorias revolucionárias e seus planos de levante - e estes lhe redarguiam com a dificuldade da empresa, sempre lhes dizia: *"não há de ser nada, Deus está conosco"*. Durante o período em que esteve preso teve confessor - o qual acabou admirando-o - e no percurso para o cadafalso apertou um crucifixo contra o peito.

Resta-me analisar um outro ângulo da vida do Alferes: sua posição econômica. Joaquim Norberto chamou-o de *"pobre e louco"*. Outros chegaram à conclusão de que era, dentre os conspiradores, dos menos dotados intelectual e economicamente. Seria isso verdade? Quanto a ter sido louco e intelectualmente frágil, creio que nas páginas anteriores já ofereci subsídios suficientes para que os leitores tirem suas próprias conclusões. Vejamos então que bens possuía.

Suas rendas eram soldo como oficial (24\$000 réis) e rendimentos variáveis como dentista. Ao ser preso, aos 42 anos, possuía: a) uma pequena fazenda no lugar denominado Rocinha da Negra, na freguesia de Simão Pereira, caminho do Rio, perto do Porto do Meneses, Registro do Paraibuna; tinha 8 sesmarias de medida (aproximadamente 50 quilômetros quadrados); ali havia casas, senzala e monjolo; foi-lhe seqüestrada (avaliada por 700\$000 réis - equivalente a 30 meses de seu soldo), mas João Alves Ferreira, ferreiro, conseguiu provar que Tiradentes já lhe tinha vendido; b) algumas terras em local indefinido, que foram arrematadas em 1794 por João Rodrigues de Macedo; avaliadas em 50\$075 réis; c) gado, arrematado na praça de Pitangui, por Antônio Alves de Azevedo; não é possível saber a quantidade e o valor, mas vinte anos depois, em 1811, o arrematante pagou 50\$005 réis de imposto sobre esse gado; d) um crédito de 220\$000 réis contra Luís Pereira

de Queirós (equivalente a 9 meses de seu soldo); e) um crédito de 200\$000 réis (8 meses de soldo) contra José Pereira de Almeida Beltrão; f) três escravos homens (Francisco Caetano, Bangelas e João Camundongo - que foram entregues ao carcereiro de Vila Rica) e uma escrava (Maria Angola) que tinha uma "cria" de dois anos de idade (Jerônimo); a escrava e seu filho foram, depois, levados pela mãe da filha de Tiradentes, Antônia Maria do Espírito Santo, que provou que o Alferes já lhos havia dado; g) alguns instrumentos de farmácia, 4 livros, 3 fardas de escravos, 1 farda de oficial, 4 navalhas de barbear, 1 canivete de aparar penas de escrever, 1 espelho, esporas, uma bolsa com "*ferrinhos de tirar dentes*" (arrematada por Francisco Xavier da Silveira); h) um relógio de bolso, inglês, com duas caixas de prata, mostrador de esmalte, marca S. Ellios, com o n.º 5.503 (está hoje no Museu da Inconfidência em Ouro Preto), arrematado por José Mariano de Azeredo Coutinho.

A avaliação judicial dos bens de Tiradentes ficou em 797\$979 réis; quase o dobro da realizada nos bens de seu comandante, Ten. - Cel. Francisco de Paula Freire de Andrada (480\$300 réis) e várias vezes maior do que a de Tomás Antônio Gonzaga, Ouvidor Geral e Desembargador. Concluiu que Tiradentes não era rico. Era um oficial médio, que tinha créditos e débitos, pagava aluguel, tinha rendas esparsas como dentista, alguns pedaços de terras e poucos bens pessoais. Era um homem como a maioria de seus contemporâneos. Talvez um pouco acima da média. Do mesmo modo que se lhe não podem comparar as estaturas intelectuais de Tomás Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa e Luís Vieira da Silva, assim não se deve fazer com a fortuna de Domingos de Abreu Vieira, Cláudio Manoel da Costa, Inácio Alvarenga Peixoto, da família da mulher de seu comandante, Ten.-Cel. Francisco de Paula Freire de Andrada, muito menos com a de João Rodrigues de Macedo ou José Aires Gomes, talvez os dois homens mais ricos de Minas Gerais; um, banqueiro, o outro, o maior fazendeiro de Minas em extensão de terras.

Tiradentes teve papel destacado na conspiração e sua participação era decisiva. Entregara-se de corpo e alma ao movimento, literalmente; a independência do país tornou-se o motivo de sua vida. Radicalizou suas posições ao ponto de não importar-se com a entrega da própria vida. Naquela revolução, preparada silenciosamente por homens notáveis (intelectuais, padres, banqueiros, comerciantes), encontrou a saída para suas aspirações de revolucionário visceral. Seu modo de agir - que mais tarde seria motivo de crítica para historiadores - contrastava com o dos outros conspiradores. Falava abertamente sobre a necessidade da revolução; pregava-a em qualquer lugar em que estivesse. Sabia-a do desejo dos mineiros e por isso não receava abrir-se com quem quer que seja, nem escolhia o lugar ou o momento. Assim procedeu nas tavernas, nos bordéis, nas casas de comércio, nos caminhos, no ouvido de uma pessoa ou perante um auditório. Um fato já

percebido pelo historiador Tarquínio J. B. Oliveira merece ser relevado: jamais foi denunciado por qualquer daqueles a quem aliciara. A denúncia que deu origem à repressão - que começou no Rio de Janeiro, diga-se de passagem - fora feita por um Coronel de Auxiliares, aliciado pelo irmão do Vigário Carlos Correia de Toledo. Realmente, mais tarde, Tiradentes se abriu com Joaquim Silvério dos Reis, mas não foi este o motivo que o levou à denúncia.

O certo é que o Alferes Silva Xavier tinha caráter excepcionalmente elevado. Tendo a revolução fracassado, apenas dos depoimentos feitos na prisão podemos tirar subsídios para interpretar o caráter e a posição de cada revolucionário. Aí é que se encontra revelado o caráter do Alferes. Suas respostas no primeiro depoimento (22 de maio de 1789) são firmes, sem medo, sem comprometer ninguém, sem dar detalhes, sem confirmar nada sobre a participação na conjuração. Nega tudo. "*Fria negação*", segundo o escrivão. Não revela um só fato sobre a conspiração. Cinco dias depois é interrogado pela segunda vez. Continua negando tudo. Leva o depoimento para detalhes sem importância. Diz que fora Joaquim Silvério dos Reis quem lhe falara sobre alguns cabeças da revolução. Diz que não pode negar, mas não se lembra. Resiste bravamente. Não diz nada além do perguntado e rodeia. No terceiro interrogatório, três dias depois (30 de maio de 1789) continua dizendo que não sabia de nada, permanece firme. É acareado com Joaquim Silvério dos Reis e, provavelmente, deve ter sofrido um abalo (até aquele momento não sabia que Silvério havia delatado a conspiração; tinha-o como um amigo). Nesse momento descobriu que a revolução e os revolucionários já eram do conhecimento dos devassantes. Ainda que "*titubeando*" nas respostas, segundo o escrivão, dele não conseguem arrancar nada, mesmo diante de Silvério dos Reis.

Somente no 4.º interrogatório (mais de 6 meses depois), em 18 de janeiro de 1790, resolve confessar. Estava há sete meses preso, incomunicável. Havia decorrido um longo prazo desde o último interrogatório. E passa a confessar: nega a culpa de todos e assume-a sozinho; diz que planejava a revolução por motivos pessoais; refere-se ao Brasil como um país que poderia ser livre e não simplesmente a Minas Gerais; desabafa contra os representantes do sistema; livra Tomás Antônio Gonzaga e insiste na inocência dele; livra João Dias da Mota; livra Cláudio Manoel da Costa; livra Antônio de Oliveira Lopes.

O radical revolucionário iluminista do século XVIII entregara a vida. No fundo, ele já sabia que teria que ser assim; tempos antes ele já se queixara publicamente de que não encontrava homens dispostos a fazer a revolução. Mas que a faria de qualquer maneira, porque embora não se arrajassem homens, "*havia de armar uma meada tal, que em dez, vinte ou cem anos se não havia de desembaraçar*". Por coincidência, acertou a previsão: vinte anos depois se faria a independência e cem anos depois a República. A estatura moral de Tiradentes, revelada por seus depoimentos,

é que lhe conferiu a grandeza de líder da fracassada revolução mineira de 1789.

Depois da sentença, ainda revelaria mais provas de seu caráter: consola os companheiros e, por fim, enfrenta a morte com "*rubor nas faces*", isto é, não ficou trêmulo, não ficou pálido, subiu sem ajuda os degraus do cadafalso. Depois de morto, seqüestram-se-lhe na cela navalhas de barbear e um canivete, que poderia ter usado para abreviar o sacrifício. O suicídio, até bem pouco tempo, por influência da religião, era considerado infamante. Nem por aí o Alferes se deixou infamar.

No dia 20 de abril de 1792, quando foi lida a decisão final que comutava a pena de morte em degredo para a África para todos os condenados, menos para ele, recebeu com serenidade a sua sentença; "*sem sair de seu lugar*", deu parabéns aos outros, com "*ar sincero e moderado*"; pediu-lhes muitas vezes perdão pelo que lhes fizera; ao seu padre confessor disse: "*que agora morreria cheio de prazer, pois não levava após si tantos infelizes a quem contaminara. Que isto mesmo intentara ele, nas multiplicadas vezes que fora à presença dos ministros, pois sempre lhes pedira que fizessem dele só, a vítima da lei*".

Na manhã de 21 de abril de 1792 (um sábado), o carrasco Capitania entrou na cadeia pública do Rio de Janeiro e procurou Tiradentes para vestir-lhe a alva e o capuz; pediu-lhe, como de costume, perdão pelo que iria fazer; Tiradentes respondeu-lhe: "*Oh, meu amigo, deixe-me beijar-lhe as mãos e os pés*", o que fez. O carrasco chorou. Despiu-o completamente e Tiradentes comentou: "*Nosso Senhor morreu também nu, por meus pecados*". Começou a caminhada, portanto, descalço, com o camisolão branco e um capuz, tendo as mãos amarradas e segurando um crucifixo. Pediu ao Padre confessor que lhe falasse do mistério da Santíssima Trindade. Entre 8 e 9 horas da manhã partiu andando a pé, ladeado por nove padres, pela tropa do Vice-Rei e diante dos olhares da população do Rio de Janeiro. Foi até o lugar da forca sem afastar os olhos do crucifixo, com as "*faces abrasadas*", olhando de quando em vez para o céu. Seu confessor falava-lhe sobre a Santíssima Trindade e a ladainha de Santo Atanásio; caminhava com pressa e intrepidez.

A execução foi no Largo da Lampadosa, defronte à Igreja da Lampadosa; o largo hoje é o do Teatro São Caetano. A tropa formou um triângulo em volta da forca, de costas para o patíbulo. A escada para a forca tinha mais de 20 degraus e Tiradentes subiu-os devagar, sem tirar os olhos do crucifixo. Enquanto o carrasco fazia os preparativos, pediu-lhe três vezes que abreviasse tudo aquilo. O Guardião do Convento de Santo Antônio, Frei José de Jesus Maria do Desterro, não se conteve, subiu no tablado e fez ao povo uma pregação, admoestando a sua curiosidade e incitando-o a implorar a Deus a piedade divina; em seguida começou a recitar o Credo, sendo acompanhado por Tiradentes. Depois disso, o carrasco enforcou o Alferes.

O Comandante das tropas, Brigadeiro Pedro Álvares de Andrade,

leu um discurso preparado. O corpo de Tiradentes foi retirado e colocado numa carreta do Exército e conduzido para a Casa do Trem (arsenal). Ali foi esquartejado: separadas a cabeça, os braços e as pernas; salgadas estas e acondicionadas em sacos de couro, foram preparadas para o transporte para os locais onde deveriam ser colocadas em exibição e execração pública até que o tempo as consumisse, de acordo com a sentença. O tronco do corpo foi, provavelmente, entregue à Santa Casa de Misericórdia para enterramento no mesmo lugar destinado à consumação normal das vísceras e restos de doentes indigentes. Pela sentença, os quartos de Tiradentes deveriam ir para Vila Rica (a cabeça), para Cebolas (freguesia de Paraíba do Sul), Varginha (local da estalagem onde Tiradentes se hospedara em 1788, localizado entre Lafaiete e Ouro Branco), e demais sítios de maiores proporções onde ele aliciara partidários. A tradição oral aponta esses lugares como Barbacena (na época Borda do Campo) e Bananeiras ou Bandeirinhas (localidade próxima a Lafaiete).

Somente em 9 de dezembro de 1965, pela Lei n.º 4.897, Tiradentes foi declarado oficialmente o Patrono da Nação Brasileira.

Abstract: Profile of Tiradentes. *The author provides a profile of Tiradentes from the physical viewpoint, limited by the scarcity of information available, and from the moral viewpoint, giving emphasis to the significant role played by him during the Inconfidência Mineira, a rebellion against tax collection in the State of Minas Gerais. He mentions his many activities, his various technical skills and his work as a military man.*

AS PALAVRAS E OS ECOS DE 1792

AUDEMARO TARANTO GOULART

Mestre em Literatura Brasileira. Chefe do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Resumo: *O autor mostra que, a partir de um trabalho intencional na linguagem, patente nos Autos de Devassa, a Coroa Portuguesa procurou apresentar a Conjuração Mineira como uma agitação de baderneiros e traidores, não obstante o movimento ter-se caracterizado como uma autêntica revolução.*

Em um depoimento ao Tribunal da Alçada Régia, o Capitão João Dias da Motta, amigo de Tiradentes, mencionou uma frase, atribuída a Antônio de Oliveira Lopes, o "Fracas Roupas", em que este dizia a dois companheiros que ia beber à saúde *"de quem ainda dentro deste ano de oitenta e nove há de ver novos governadores"*. Apenas isso foi suficiente para envolver Dias da Motta no Processo e levá-lo à condenação de degredo em Angola.

Também Alvarenga Peixoto viu sua situação tornar-se ainda mais complicada no movimento revolucionário, em vista das deduções que se fizeram do simples fato de ele chamar sua filha de *"Princesa do Brasil"*.

A alusão às duas situações pretende levantar a questão da importância das palavras, reconhecida no fato de que a língua institui a realidade, significando isso que a maneira como ela é usada pode mudar inteiramente o curso dos acontecimentos.

Uma leitura dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, atenta às particularidades lingüísticas, vem confirmar que o sentido estabelecido pelas palavras nada mais é que a ordenação do real. E é exatamente esse poder que abre à linguagem a oportunidade de colocar em circulação as mais diferentes ideologias.

No caso específico da Conjuração Mineira, pode-se perceber como a ideologia do poder lusitano procurou estabelecer uma verdade que consistia em pintar o movimento de Minas como uma agitação de baderneiros e traidores. E muito do êxito que, nessa direção, as autoridades conseguiram,

à época, deveu-se a um trabalho intencional na linguagem, a partir do qual se esculpiu a ideologia da Metrópole, interessada em mostrar o hediondo crime de lesa-majestade que fora cometido por uns poucos e desvirtuados súditos.

A ideologia que as autoridades lusas puseram em circulação pode ser entrevista na escolha dos termos com que se rotulou a Revolução de Minas: "*rebelião*", "*discursos sediciosos*", "*execrandos projetos*", "*subversão*", "*infame resolução*", "*pérfidos projetos*", "*infame conjuração*", "*revolta*". Fica, assim, bem clara a intenção de levar a população a presumir que ali estava sendo julgado um grupo de traidores, esquecidos de seus deveres e inteiramente voltados para o mal. As pessoas, desse modo, eram encaminhas ao auto-engano. E esse é o conceito de ideologia como *ilusão*, que Ferruccio Rossi-Landi aproveita de Jaspers. Nesse sentido, destaca-se uma contraposição entre coisas verdadeiras e reais, por um lado, e falsas interpretações, por outro. Daí a afirmação de Rossi-Landi de que, em tal conceito, "*pode haver um objetivo social induzindo-nos a nos auto-enganarmos, embora não tenhamos, necessariamente, consciência dele*".¹

Dos termos usados pelas autoridades lusas, dois se destacam: "*rebelião*" e "*revolta*". E há razões para isso. Octavio Paz ocupou-se, num ensaio, de estabelecer um confronto entre os vocábulos "*revolta*", "*rebelião*" e "*revolução*". Para o pensador mexicano,

"as diferenças entre o revoltoso, o rebelde e o revolucionário são muito marcadas. O primeiro é um espírito insatisfeito e intrigante, que semeia a confusão; o segundo é aquele que se levanta contra a autoridade, desobediente ou indócil; o revolucionário é o que procura a mudança violenta das instituições".²

Evidencia-se do confronto entre os três vocábulos o deturpado sentido que os portugueses quiseram atribuir à Revolução de Minas. Era-lhes, sob todos os aspectos, absolutamente necessário subtrair às ações o seu caráter revolucionário. Daí a insistência em caracterizar o movimento como revolta ou rebelião, ou seja, pretendia-se apontar nele um espírito de intriga e de desobediência, cujo objetivo era trair a confiança da Rainha.

E para isso, tornava-se imprescindível marcar a Conjuração como obra erguida pelo braço de um artífice que se destacara flagrantemente dos demais. O objetivo era realçar o rebelde ou o revoltoso porque não é próprio de revoluções serem arquitetadas por um só indivíduo. E Tiradentes, o líder do movimento, prestava-se muito bem a essa finalidade. Afinal, tratava-se de um ex-tropeiro, de reduzida instrução, um simples Alferes da cavalaria paga da Capitania de Minas Gerais, sobre quem até mesmo os companheiros faziam juízos pouco abonadores. É o que mostra Oilliam José, no seu livro sobre Tiradentes, lembrando que Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto consideravam-no "*tapado, ignorante, primário e língua-solta*".

Além disso, jogava-se com a possibilidade de enquadrar a

Conjuração no rol dos levantes sediciosos que surgiram amiúde em países latinos, no século XVIII, sempre caracterizados como movimentos a que faltavam idéias cristalizadas e ações minuciosamente planejadas.

É preciso reconhecer que esse trabalho deitou raízes profundas, pois, ainda hoje, inúmeros historiadores admitem a tese de que o sucesso das ações dos conjurados dependeria da Derrama. E, aí, ficava-se no terreno da imprevisibilidade, numa referência clara de que ao movimento faltavam os elementos essenciais de uma revolução organizada: idéias definidas, ações minuciosamente planejadas e um credo filosófico que orientasse tudo o mais.

Também as atitudes de Tiradentes são invocadas em abono da tese de que se estava diante de uma revolta, uma vez que o Alferes, ao tentar ganhar adeptos para a causa, deixava-se tomar por um entusiasmo que o levava a relatar minúcias do movimento. Esse não era, de fato, o procedimento típico do revolucionário, de quem se exige prudência e continência de palavras na propagação do ideário revolucionário.

Tais atitudes, exploradas, ao máximo, pela ideologia do poder luso, municiava delatores do tipo do Tenente-Coronel Basílio de Brito Malheiro do Lago, que reduziu todo o movimento a uma simples bravata, que tinha objetivos estreitos e pífios. É o que se deduz do testamento desse português, em que, referindo-se ao ódio com que ele passara a ser tratado pelos brasileiros, afirma: *"todo povo das Minas e mesmo de todo o Brasil me concebeu um implacável ódio, depois que se premeditou uma conjuração nas Minas para matarem o Visconde de Barbacena"*.³

Outro aspecto revelador do traço ideológico com que as autoridades pintaram o movimento é a própria sentença da Alçada. Ela é, na verdade, uma grande farsa. Na manhã de 19 de abril de 1792, na sala do Oratório da Cadeia, a sentença condena ao enforcamento, além de Tiradentes, outros dez réus. No dia seguinte, excetuando-se Tiradentes, a pena dos demais é comutada. Oiliam José assim se refere ao episódio:

"Então, como se houvessem passado a outras regiões de sonho, aqueles que se preparavam para morrer, horas depois, viram voltar o mesmo Escrivão Rocha e ouviram-no ler-lhes o texto, até aquele instante secreto, menos para os juizes, da Carta-Régia de 15 de outubro de 1790. Por meio dela, a Rainha comutara, quase dois anos antes, a pena última em degredo perpétuo, de modo tão bem estudado que o benefício abrangeria dez deles, com exceção de Tiradentes, ao qual se reservava a morte na forca! Tudo em perfeita consonância com a hábil e estudada política de atemorizar os povos do Brasil e, ao mesmo tempo, oferecer-lhes a impressão de que a mais pura benignidade morava no coração da Soberana e de seus Ministros".⁴

Assim, ao condenar todos os principais acusados à forca, o Estado luso dava mostras do rigor com que se deveria punir o "execrando crime".

Entretanto, a comutação da pena ultrapassa a aparente simplicidade de raciocínio de que se tratava de pura benignidade da Rainha. Na verdade, era uma jogada ideológica que procurava caracterizar o movimento como uma revolta, obra de um tresloucado que ousou desviar-se das virtudes da fé, da fidelidade e da honra. Como diz Octavio Paz, tais virtudes

*"acentuavam o vínculo social e correspondiam a outros tantos valores comuns: a fé, à Igreja como encarnação da verdade revelada; a fidelidade, à autoridade sagrada do monarca; a honra, à tradição fundada no sangue. Essas virtudes tinham sua contrapartida na caridade da Igreja, na magnanimidade do rei e na lealdade dos súditos, fossem eles plebeus ou senhores".*⁵

Nessa intenção repousa a trama urdida pelos juizes do Reino. Na medida em que a justiça é o paradigma da revolução, a revolta é um movimento que se levanta a partir do inconformismo mas que, de qualquer forma, não perde de vista a noção de que a autoridade do rei é sagrada. Daí que Octavio Paz caracterize admiravelmente a noção, dizendo: *"Igualitária, a revolta respeita o direito divino do monarca: de rey abajo, ninguno. Sua violência é a do embate das ondas contra o rochedo: cobre-o de espuma e retira-se".*⁶

Até aqui, algumas referências foram feitas ao conceito de *"revolução"*: mudança violenta das instituições, participação de várias pessoas, ações planejadas, ideário desenvolvido e sustentação no princípio da justiça.

Vamos desenvolver o conceito, a fim de que se possa mostrar como o movimento de Minas foi, de fato, uma revolução, pois é inegável a prestígio filosófico em que se assentava. Justificativa primeira dessa afirmação é o fato de que era absolutamente impossível, na época, manter todas as pessoas alheias ao que ocorria na França, onde as idéias iluministas passaram a indicar o movimento revolucionário como a via de instauração de uma nova ordem, a busca da liberdade, num necessário rompimento com as formas de dominação.

Assim, revolução é, antes de tudo, um movimento da razão, ou, de acordo com Octavio Paz, é filosofia em ação, crítica convertida em ato, violência lúcida. Essa é a razão para que Maria Zilda Cury, no ensaio *"Revolução e identidade nacional"* procure operacionalizar o conceito, buscando a palavra autorizada de Hannah Arendt:

"(...) só podemos falar de revolução quando ocorre mudança no sentido de um novo começo, onde a violência é empregada para constituir uma forma de governo completamente diferente, para conseguir a formação de um novo corpo político onde a libertação da opressão visa, pelo menos, à constituição da liberdade. (...) o espírito revolucionário dos últimos séculos, isto é, a ânsia de libertar e de construir uma nova casa onde a liberdade possa morar, não

tem precedentes nem semelhança em toda a história anterior".

Hannah Arendt elege, pois, a Revolução Francesa como marco paradigmático para mostrar o conceito, e é interessante observar como, a partir dele, Maria Zilda vai constatar que *"as mudanças políticas no Brasil sempre se caracterizaram pelo seu caráter não-revolucionário"; daí sua concludente afirmação de que os "momentos de mudança registrados por nossa historiografia podem ser conceituados como "revolução passiva" - para usar a terminologia gramsciana - caracterizando como conservadores os processos de modernização que marcaram a nossa história".*⁷

Nesse painel é possível situar o movimento de Minas, a partir de algumas considerações. A começar pelo fato de que ele se arrimava numa filosofia muito clara. Se nos valermos, mais uma vez, da palavra de Octavio Paz, veremos que, a partir do século XVIII, *"a razão se torna um princípio político subversivo. O revolucionário é um filósofo ou, pelo menos, um homem de idéias"*.⁸ Ora, mesmo sendo um indivíduo sem instrução acadêmica, Tiradentes era, claramente, um homem de idéias. Basta citar apenas um de seus projetos - a canalização das águas dos rios Laranjeiras e Maracanã, no Rio de Janeiro - para se confirmar o seu espírito técnico e, ao mesmo tempo, criativo, de vez que seu plano pretendia solucionar, já naquele tempo, o angustiante problema de abastecimento d'água da cidade.

Também são reveladoras de puro racionalismo suas idéias a respeito da siderurgia mineira, tendo em vista seu correto vaticínio de que, na utilização do ferro, estaria o desenvolvimento da civilização.

Além disso, pouco se precisará dizer para exaltar a figura do grande erudito que foi Álvares Maciel. Acadêmico de notável evidência, na Universidade de Coimbra, seu título de Bacharel em Filosofia era bem uma mostra de sua formação cultural eclética e profunda. Viajando pela Inglaterra e França, entrou em contato com as idéias revolucionárias e sonhou com sua transposição para o Brasil. Ao lado de outros intelectuais importantes, como Cláudio Manuel da Costa e Ignácio José de Alvarenga Peixoto, ambos também formados pela Universidade de Coimbra, constituiu o que seria a face filosófica do movimento.

Além deles, os sacerdotes formaram outro grupo de grande influência. Também bebendo na fonte da filosofia, combateram em nome da justiça, encarada como virtude instrumentalizada pela razão. Por esse motivo, para eles, a justiça - calcada no lema da Revolução Francesa: fraternidade, igualdade, liberdade - operacionalizava-se de modo universal, tal como a razão, ignorando a arbitrariedade e a piedade.

Dos eclesiásticos envolvidos, esplendem as figuras de três deles. Cônego Luís Vieira da Silva, dotado de grande inteligência e possuidor de vasta cultura, foi o principal nome do movimento, sendo superado apenas por Tiradentes. Seu racionalismo ganhava sempre adeptos à causa tal a lógica com que, no desenvolvimento de seu raciocínio, mostrava o absurdo da

dependência a Portugal e a exploração a que os brasileiros se submetiam.

Os outros dois sacerdotes que merecem lugar de destaque no plano da projeção filosófica do movimento são o Padre Carlos Correia de Toledo e Mello, dotado de grande talento e também de incrível poder de persuasão e o Padre José da Silva e Oliveira Rolim, que aliava a uma boa cultura uma fantástica disposição para a luta. Impressionou vivamente a todos o ânimo forte com que enfrentou o Processo, jamais deixando de revelar serenidade e confiança na justeza da causa por que se sacrificara.

Outro aspecto que precisa ser ressaltado é o de que uma revolução, como foi colocado pelos autores citados, não prescinde da violência, pois, é a partir da derrubada de princípios, valores e do poder político estabelecido que se consegue impor uma nova forma de governo. Só assim, se constrói a casa onde a liberdade pode morar, como disse Hannah Arendt.

Nesse particular, o movimento de Minas pode, mais uma vez, ser identificado à revolução. Veja-se, a propósito, o depoimento de Domingos Vidal de Barbosa, referindo-se a uma das atribuições conferidas a Tiradentes. Os *Autos de Devassa*, à página 171, reproduzem, com clareza, suas palavras, informando a determinação de que "*o Alferes Joaquim José fosse a Cachoeira, e matasse o Excelentíssimo Senhor General; e que trazendo a cabeça a havia de mostrar ao Povo subindo a lugar alto, e dizendo - Este era, quem nos governava; de hoje em diante viva República*".

Outros aspectos podem ser colocados para mostrar o caráter revolucionário do movimento de Minas, marcado pelo ideário transformador que se queria imprimir à nascente república. É o caso da nova administração, a ser instalada em São João del Rei, da Escola Superior em Vila Rica, que iniciaria o processo da educação qualificada, assim como os planos de implantação de projetos ligados à siderurgia e o desenvolvimento industrial das novas Minas que se queriam constituir. E tudo isso, já esquematizado, era resultado do trabalho e do descortínio não de um único elemento, mas de um grupo em que se misturaram intelectuais, sacerdotes, militares, grandes e pequenos proprietários. A Conjuração era, de fato, uma revolução, não há como negá-lo, principalmente porque ela se podia definir com as palavras de Octavio Paz: "*Revolução designa a nova virtude: a justiça. É uma virtude que não depende do poder ou do sangue. Revolução: palavra dos justos e dos justiceiros*",⁹ e era isso que animava os principais conjurados, a começar por Tiradentes.

Quanto ao Alferes, é preciso reservar-lhe um espaço final. Justo e justiceiro, Tiradentes, mais que qualquer outro, encarnou o papel da liberdade. Seu pecado, se assim se pode dizer, foi o ardor revolucionário que, muitas vezes, levou-o ao descuido de falar dos planos sem atentar na qualidade da platéia. É, no entanto, inegável o seu elevado poder de propagar as idéias, ganhando adeptos para o Movimento; bem como inequívoca foi sua liderança, que resultava do desassombro e da convicção com que se punha na

condução da causa.

A figura de Tiradentes no Movimento foi tão destacadamente superior à dos demais revolucionários que sua posição motivou, a alguns acusados, pretextos diferentes, na tentativa que fizeram para eximirem-se da reponsabilidade. Assim é que uns aproveitaram a ascendência do Alferes para transferir-lhe toda a culpa, enquanto outros, objetivando descaracterizar o movimento, investiram na idéia de que ninguém se levantaria seriamente contra a Coroa, tendo na liderança pessoa a quem faltavam instrução, posição social e recursos financeiros.

Esse é o caso, por exemplo, de Tomás Antônio Gonzaga que, pretendendo reduzir a importância dos acontecimentos, tentou ridicularizar a figura do Alferes, em depoimentos bem como em versos, como se vê na sua lira 69:

*"Ama a gente assisada
a honra, a vida o cabedal tão pouco,
que ponha uma ação destas
nas mãos de um pobre, sem respeito e louco?
E quando a comissão lhe confiasse,
não tinha pobre soma,
que por paga ou esmola lhe mandasse?"*

Aí está patente o desespero de Gonzaga que, para defender-se, valeu-se até da poesia, mas fica também evidente a diferença que havia entre ele e Tiradentes. Enquanto o Alferes perseguia um ideal, ao poeta importavam, em primeiro plano, as coisas materiais (o que vale é o cabedal), e isso é um argumento de peso que ele usou. Por essas e outras é que a História precisa reescrever a trajetória de Tomás Antônio Gonzaga, conferindo-lhe o devido lugar no movimento de Minas. E esse lugar não há de ser no mesmo plano de Tiradentes, ou próximo a ele, como até agora se tem feito.

Juízos dessa natureza é que levaram historiadores como Joaquim Norberto de Souza e Assis Cintra a escreverem textos que procuraram demolir a figura do Alferes, taxando-o de incapaz e de visionário ridículo e alienado. É bem verdade que Joaquim Norberto, em trabalho posterior, reparou sua injustiça; todavia não deixa de ser lamentável que a pesquisa histórica, nesses casos, fosse tão mal conduzida. Vale, pois, o registro do que, com muita propriedade, disse Almir de Oliveira:

"Pobre, sem respeito e louco"!... Se alguma loucura moveu a alma de Tiradentes, outra não foi senão aquela que tem traçado os grandes rumos diferenciadores das idades, riscando na amurada dos séculos um nome luminoso".¹⁰

A liderança de Tiradentes pode ainda ser medida nas palavras e atitudes de Alvarenga Peixoto e de Cláudio Manuel da Costa. O juízo de que se tratava de alguém *"tapado, ignorante, primário e língua-solta"* deixa trair

um despeito implícito que sentiam aqueles companheiros, de cultura e patente superiores às do Alferes. Não é outro motivo que levou Alvarenga a propor que o movimento não tivesse um chefe, conforme nota bem Oiliam José:

"A razão fundamental dessa tomada de rumos trazia, apesar do extremo cuidado com que a manifestava Alvarenga, evidentes intuítos secundários. Era, em última análise, fórmula para afastar a ascendência do Alferes sobre os conjurados. Ninguém como ele planejou os pormenores da operação, ninguém mais ativo e aliciador que ele. E o resultado dessa natural superioridade de Joaquim José seria caber-lhe, em pouco tempo, a direção de fato do movimento".¹¹

De resto, basta ler os *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* e outros textos ligados ao Processo para se perceber, nessas fontes inquestionáveis, quem foi o cidadão Joaquim José da Silva Xavier.

Depois de tudo, impõe-se uma reflexão sobre o "fazer história". Como se sabe, estão em permanente tensão a história institucional, que é a visão dos vencedores, geralmente produzida por aparelhos ideológicos - Estado, Igreja, partidos políticos - e a visão dos vencidos ou dos dissidentes. Aquela é uma usina sempre reativada, objetivando criar uma consciência a partir da interpretação dos fatos, segundo seus seguidores; esta é uma batalha que se trava na orla dos abismos onde, muitas vezes, se recalcam as verdades, e seu objetivo é fazer emergir uma nova visão dos acontecimentos.

O que este trabalho procurou, no seu primeiro plano, foi justamente mostrar que há uma versão dos acontecimentos das Minas dos setecentos - detectável nas palavras que os põem em circulação - esculpida pela Coroa portuguesa, com o objetivo de descaracterizar o movimento liderado por Tiradentes. De revolução autêntica, as ações de então foram mostradas como revolta, como rebelião. E é absolutamente imprescindível que os historiadores brasileiros fixem a necessidade de se reescrever essa parte da nossa História. E quando dizemos "reescrever", estamos nos referindo a um trabalho na linguagem, a um trabalho em cima de algumas palavras fundamentais. A bem dizer, os livros de história que falam do movimento de Minas quase não o chamam de revolução, mas insistem em caracterizá-lo como revolta, rebelião e outros termos. Mesmo a palavra Conjuração - talvez a mais usada - não consegue abrigar o verdadeiro sentido das ações daquela gente das Gerais. E, pior do que ela, entronizou-se um outro termo, ainda mais carregado de conteúdo ideológico: "Inconfidência". A rigor, inconfidência é "falta de fidelidade para com alguém, particularmente para com o soberano ou o Estado". Essa idéia de "trair o soberano", contida no vocábulo, foi explorada ao máximo pelas autoridades lusas, daí o interesse em realçar o termo.

O próprio *Dicionário Aurélio* - que registra a acepção acima - ao referir-se ao termo "Conjuração", fala de "conspiração contra uma autoridade

estabelecida". Sem dúvida, essa é uma colocação desvestida do conteúdo ideológico. Aí não se faz presente a idéia de traição e infidelidade. Mas o que ressalta, de modo ainda mais significativo, é que o próprio Aurélio, ao falar de *Conjuração Mineira*, anota, no final do conceito: "*Também se diz, mais freqüentemente, porém com menos propriedade, Inconfidência Mineira*".

Essas imprecisões, produzidas pelo tempo e pela mudança das instituições, são um permanente desafio ao discurso histórico, sugerindo a necessidade de que os fatos históricos sejam constantemente revisitados. Como diz o intelectual francês Marc Ferro, mesmo que o Estado aprimore o modo de fazer circular as versões oficiais, sempre existirão "*zonas de memória coletiva*" e historiadores dispostos a corrigir distorções.

A sugestão, no sentido de que se repensem as palavras com que se caracteriza o movimento de Tiradentes, supera em muito a idéia simplista de que se está apenas diante de um problema lingüístico. Como havíamos dito, no início, é a língua que ordena o real, e para que se tenha uma idéia de como a linguagem é, de fato, a morada do ser, como diz Heidegger, recolhamos de Foucault a lição de que

"ela é uma mediação necessária para todo o conhecimento científico que queira manifestar-se como discurso. Mesmo que o olhar da ciência a disponha, desenvolva a análise, a linguagem ressurgue sempre do lado do sujeito que conhece (...) E o que ela descobre não é a soberania de um discurso primeiro, mas o fato de que somos, antes de qualquer das nossas palavras, por íntima que seja, dominados e repassados pela linguagem".¹²

Parece-nos, pois, ante as afirmações do pensador francês, desnecessário insistir na importância das palavras e nos efeitos delas decorrentes, ou seja, nos seus ecos. Elas conseguem até mesmo esconder o fato de que em Minas, no final dos setecentos, urdiu-se uma revolução. Se, como disse Maria Zilda Cury, os momentos de mudança registrados por nossa historiografia podem ser conceituados como "*revolução passiva*", é porque aquela "*revolução ativa*", que Tiradentes liderou, não teve êxito devido exclusivamente a um pequeno senão: o de que os traidores também ajudam a esculpir a História.

Abstract: The words and echoes of 1792. The author shows that, with basis on an intentional working of language, patent in the "Autos de Devassa" (the official process), the Portuguese Crown sought to present the "Conjuração Mineira" (the insurrection against tax collection in Minas Gerais) as a movement of traitors and rioters, despite its features of an authentic revolution.

NOTAS

- 01 ROSSI-LANDI, Ferruccio. *Ideologia*. Barcelona: Editorial Labor, 1980. p. 36.
- 02 PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. p. 262.
- 03 REVISTA do Arquivo Público Mineiro, ano I, 1986, p. 414.
- 04 JOSÉ, Oiliam. *Tiradentes*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. p. 170-1.
- 05 PAZ, Octavio, op. cit. p. 263
- 06 Id. Ib.
- 07 CURY, Maria Zilda F. Revolução e identidade nacional. *Cadernos da Pró-reitoria de Extensão da PUC-MG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 61-7. mar. 1991.
- 08 PAZ, Octavio, op. cit. p. 263.
- 09 Id. ib.
- 10 OLIVEIRA, Almir. *Gonzaga e a Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. p. 141.
- 11 JOSÉ, Oiliam, op. cit. p. 132.
- 12 FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Antônio Ramos Rosa. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda.; s.d. p. 391.

O ALFERES-MOR DO BRASIL

WALDEMAR DE ALMEIDA BARBOSA

Historiador. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Resumo: *O Autor analisa aspectos da Inconfidência Mineira, principalmente o papel exercido por Tiradentes no movimento revolucionário de 1789. Enfoca os diversos ângulos pelos quais esse papel foi visto pelos historiadores mais importantes que abordaram a Inconfidência Mineira, apontando os enganos de interpretação em que incorreram.*

Nós temos duas Histórias do Brasil, todos o sabemos. Uma, a dos compêndios escolares, é a história oficial, escrita de acordo com o poder dominante no momento; outra é a história documentada.

De modo geral, a Universidade apóia a última e repudia a primeira. Entretanto, com relação à Inconfidência Mineira, especialmente quanto a Tiradentes, a Universidade sustenta a primeira e repele a segunda. Tentaremos explicar o fenômeno.

A idéia republicana é antiga no Brasil. Mas a propaganda republicana intensificou-se a partir de 1870. O Congresso Republicano de Itu, o manifesto republicano assinado por 58 líderes republicanos de São Paulo, de Minas, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, da Bahia, de Sergipe, do Maranhão, enfim, do Brasil inteiro, como Saldanha Marinho, Cristiano Ottoni, Lafaiete Rodrigues Pereira, Rangel Pestana, Quintino Bocaiúva, Lopes Trovão, Antônio Paulino Limpo de Abreu etc., o aparecimento de jornais, órgãos de imprensa nitidamente republicanos, tudo isso sacudiu as estruturas do Império, naquele ano. Um dos signatários do manifesto republicano, o médico Pedro Bandeira de Gouveia, publicou em 1872 um livreto (nosso Arquivo Público Mineiro possuía um exemplar), em que levantava uma campanha no sentido de se erguer, no Rio de Janeiro, uma estátua ao "mártir do ideal republicano", Tiradentes, o Alferes-mor do Brasil.

Um monarquista apaixonado, Joaquim Norberto de Souza Silva, alto funcionário do Ministério do Reino (Chefe de Seção), membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde se fez amigo pessoal de D. Pedro II,

que não perdia as sessões daquele sodalício, sentiu-se no dever de combater os republicanos. Homem de talento, Joaquim Norberto julgou que o melhor modo de debelar a onda republicana seria destruir-lhe o ídolo, aniquilar Tiradentes. Casualmente, encontrou, no arquivo do seu Ministério, um saco que continha os sete volumes dos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Entregou-se à tarefa de procurar nos Autos argumentos para achincalhar o Alferes. Encontrou abundante material. Os Autos acham-se repletos de todos os tipos de acusações a Tiradentes. Num dos jornais do Rio, anunciou que ia provar que Tiradentes não merecia uma estátua na Capital do Império. A tarefa era extremamente fácil. O que mais se encontra nos Autos são acusações ao Alferes. Muitos inconfidentes e testemunhas começavam seus depoimentos com a declaração de que não lhe tinham amizade alguma. Desde que ele passou a ser apontado como líder do movimento, tão logo se iniciaram os interrogatórios, em 1789, e os ministros da Devassa passaram a fazer perguntas sobre encontros com o Alferes, sobre conversas com Tiradentes, todos os inconfidentes e as testemunhas, apavoradas, passaram a manifestar-se contra o mártir, como se fossem inimigos dele, a fim de conquistar as boas graças do tribunal. Em geral, inconfidentes e testemunhas afirmavam que não conheciam o Alferes, e os que não podiam negar encontros com ele declaravam que não lhe tinham amizade alguma, etc. Todos pretendiam mostrar-se vassallos fiéis e submissos à Coroa. Uma vergonha.

Joaquim Norberto não se satisfaz com as acusações encontradas. Foi além: deturpou alguns depoimentos, transcreveu trechos isolados de outros, com modificação total do sentido das palavras, deformou fatos, falsificou episódios. Tem-se a impressão de que, dada a dificuldade em ler os manuscritos dos sete volumes dos Autos, teria imaginado que ninguém jamais, em tempo algum, iria ler aquele processo e, dessa forma, podia alterar o que quisesse. Foi o que fez. A sua *História da Conjuração Mineira*, publicada em 1873, é um libelo contra Tiradentes.¹

Durante várias décadas, esse livro de Joaquim Norberto foi a única fonte de consulta sobre a Inconfidência. Nossos escritores tiveram, na obra de Joaquim Norberto, a fonte única de consulta sobre o assunto: João Ribeiro², Gilberto de Alencar³, Afrânio Peixoto⁴, Ronald de Carvalho⁵, J. Pandiá Calógeras⁶, Pedro Calmon⁷, Eduardo Frieiro⁸, etc.

Os compêndios escolares seguiram a onda. Basta lembrar que todos nós aprendemos que a Inconfidência Mineira se deu em 1789, quando, na verdade, o que se verificou, naquele ano, foi a repressão ao movimento. O governo mineiro e as entidades culturais de Minas celebraram, em 1989, o bicentenário da repressão à Inconfidência Mineira. José de Resende Costa (filho), em documento que citaremos adiante, escrito em 1839, refere-se ao "movimento de 1788".

A tese mais difundida por Joaquim Norberto, repetida por Kenneth

Maxwell é a seguinte: a Inconfidência Mineira encontrava-se já estruturada, bem planejada, quando Tiradentes, ao encontrar-se no Rio com José Álvares Maciel, que regressava da Europa, aderiu ao movimento. Joaquim Norberto afirma que José Álvares Maciel foi quem converteu Tiradentes à "idéia de libertação"⁹. Vejamos a fragilidade da tese: José Álvares Maciel desembarcou no Rio em agosto de 1788. Como todas as testemunhas amedrontadas, desejando mostrar-se o mais afastado possível do Alferes, o português José Joaquim da Rocha declarou, no seu depoimento, que estava em seu camarote, no teatro da Ópera, no Rio, em junho de 1788, quando viu entrar o Alferes Joaquim José e, mal ele foi visto pela platéia, esta passou a vaiá-lo. Indagou, então, a razão daquela "pateada" a um oficial, e, então foi informado: era porque "anda falando em sedição, com o fim de fazer esta terra feliz". Ora, se Tiradentes era tão conhecido no Rio, por suas idéias e suas pregações, em junho, como poderia converter-se a essas idéias em agosto?

Mas o brasilianista Kenneth Maxwell, que não menciona a obra de Joaquim Norberto na sua extensa bibliografia, repete integralmente o ponto de vista do historiador carioca: "*Tiradentes parece ter-se engajado efetivamente na perspectiva de uma revolta nacionalista, a partir dessa conversa (com Maciel)*"¹⁰.

Em outro local de seu livro, o brasilianista é categórico: "*Maciel tinha sido o lançador da idéia*".¹¹

José Resende Costa (filho), depois de anos de exílio, foi perdoado, esteve alguns anos em Lisboa, regressou ao Brasil em 1809 e, coincidência notável, teve assento como deputado na Assembléia Constituinte de 1823 e na primeira legislatura da Câmara dos Deputados, em 1826, como representante de sua nação, no mesmo prédio em que estivera preso, como traidor, por querer a independência do Brasil. (A cadeia pública do Rio fora adaptada para funcionamento da Assembléia). Em 1839, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no ano anterior, pediu a José de Resende Costa escrevesse um depoimento sobre a Inconfidência Mineira. Ele traduziu o capítulo da *História do Brasil*, de Robert Southey, e redigiu alguns comentários. Salientamos só este trecho: "*Tiradentes principiou a manifestar seus princípios no governo de Luís da Cunha Meneses, em Minas Gerais*".¹²

Ora, José Álvares Maciel chegou ao Rio em companhia do sucessor de Luís da Cunha Meneses, o Visconde de Barbacena. Essa informação, escrita por José de Resende Costa, em 1839, está confirmada por depoimento constante dos Autos; constitui um desmentido às informações de Joaquim Norberto e Kennet Maxwell.

A tese central da obra de Joaquim Norberto é a seguinte: Tiradentes conseguiu ser admitido entre os conspiradores, mas não tinha acesso junto aos principais inconfidentes. O ponto de vista do brasilianista Kenneth Maxwell, autor de *A Devassa da Devassa*, é exatamente o mesmo. Eis o que

escreveu:

*"Na verdade, o Alferes provavelmente nunca esteve plenamente a par dos planos e objetivos amplos do movimento". E pouco adiante: "Inconfidentes importantes haviam evitado relacionar-se com ele".*¹³

Sinceramente, tenho a impressão de que o ilustre brasilianista apenas folheou os *Autos da Devassa*, mas não os leu. Do contrário, teria observado que inconfidentes e testemunhas apavorados pretenderam dar a entender que não conheciam o Alferes e não tinham com ele amizade alguma. Vejamos um exemplo: o primeiro interrogatório do Pe. Rolim, realizado em 19 de outubro de 1789, constou daquelas perguntas de praxe: nome, naturalidade, etc. No segundo interrogatório, no dia seguinte, o ministro perguntou-lhe quais as pessoas que o visitavam, com quem conversara, em Vila Rica. Pe. Rolim, aos poucos, vai mencionando alguns nomes: Ten.-Cel. Francisco de Paula Freire de Andrada, Tomás Antônio Gonzaga, etc. Mas o ministro insiste: Quem mais? Pe. Rolim tenta escapar ao cerco, mas o ministro inquiridor declara: Já houve confissões, o projeto da sublevação já é conhecido, não devia continuar faltando à verdade. E insiste em indagar: Quem mais o visitara? Pe. Rolim mencionara mais alguns nomes e a pergunta importuna continua: Quem mais? Por fim, Pe. Rolim declara que recebera a visita *"de um Alferes do Regimento Pago, de nome Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, cujo Alferes (sic) ele não conhecia."*¹⁴

Como se vê, depois de muita insistência é que confessa que o Alferes estivera na casa do Cel. Domingos de Abreu Vieira, onde ele, Pe. Rolim, estivera hospedado. O ministro indaga o assunto da conversa. Mas Pe. Rolim tenta despistar e afirma: Tiradentes fora especialmente à procura de Domingos de Abreu Vieira. Ora, o ministro já tinha conhecimento das várias visitas feitas por Tiradentes ao Pe. Rolim, assim como da amizade estreita que existia entre ambos, pelos depoimentos anteriores do próprio Domingos de Abreu Vieira.¹⁵

O ministro, parece, passa a brincar com o Pe. Rolim: os interrogatórios vão-se sucedendo. Seguem-se o 3.º, o 4.º, o 5.º, o 6.º, o ministro a perguntar, e o padre a declarar que não conhecia o Tiradentes. Afinal, no 7.º interrogatório, em 13 de novembro, manda o ministro sejam apresentadas duas cartas, com sua assinatura, dirigidas a Domingos de Abreu Vieira. As cartas haviam sido apreendidas em casa do Ten.-Cel. Domingos de Abreu Vieira. Na primeira, de 20 de abril de 1789, lia-se: *"Mande-me notícias de seu compadre Joaquim José, a quem não escrevi, porque não sei se já veio do Rio"*. Na segunda, de 30 de maio, repetia o pedido de notícias *"de seu compadre Joaquim José da Silva Xavier"* e acrescentava que não escrevia diretamente a ele, porque supunha ainda estivesse no Rio. O que mais comprometia o Pe. Rolim era a frase seguinte: *"Sobre uma recomendação do dito, não havia dúvida de que havia grande*

contentamento e vontade".¹⁶ Pe. Rolim não tem saída, e reconhece que as cartas eram realmente suas. Por que negar que conhecia o Alferes? Por que ter amizade ao Alferes era considerado crime? O mais interessante foi a desculpa apresentada pelo Pe. Rolim. Eis o que o escrivão registrou: "*Não nega as expressões da carta, mas ingenuamente confessa que as mesmas nada mais foram que uma indiscreta produção de jactância e vaidade*".¹⁷

Entenderam bem os leitores? Antes das prisões, ter relacionamento com o Alferes era motivo de "jactância e vaidade"?

Outro exemplo: Alvarenga Peixoto participou das duas reuniões oficiais dos conspiradores. Assistiu à exposição feita por Tiradentes na primeira, realizada na casa do Ten.-Cel. Freire de Andrada, em 26 de dezembro de 1788, que ele, Alvarenga, descreveu, em seu depoimento, como "*cena depravada*". Tomou parte dos debates com o Alferes na segunda reunião, realizada poucos dias depois, na chácara de Freire de Andrada. Participou ativamente de discussões com o Alferes, principalmente sobre a escolha da bandeira da nova república. Alvarenga apresentou a sugestão de Cláudio: um índio a quebrar os grilhões que o prendiam e a legenda: "*Aut libertas, aut nihil*" (Ou a liberdade, ou nada). Uma idéia muito sugestiva. Mas Tiradentes defendeu, para a bandeira, o triângulo, como símbolo da Santíssima Trindade. Houve discussão. Prevaleceu a proposta de Tiradentes.

Pois bem, no seu segundo interrogatório começa Alvarenga por declarar que não conhecia o Alferes Joaquim José.¹⁸

O Cônego Luís Vieira da Silva teria feito rasgados elogios à figura do Alferes. Segundo uma testemunha, o Cônego afirmara, referindo-se a Tiradentes: "*Se houvesse muitos como ele, o Brasil seria uma República florente*". (O termo empregado foi este mesmo: "*florente*"). Devia conhecê-lo bem, para proferir tal elogio. No seu depoimento, referiu-se a um Alferes "*por alcunha o Tiradentes, de cujo nome não se lembra*".¹⁹

Salvador Carvalho do Amaral Gurgel foi declarando, logo no início de seu interrogatório, que não tinha maior amizade com o dito Alferes. Manuel Joaquim de Sá do Rego Fortes era amigo de Tiradentes e lhe dera uma carta de recomendação, com o fim de facilitar sua fuga do Rio para Minas. Interrogado, respondeu que "*não tinha com o referido Alferes amizade alguma*".

Poderia citar dezenas de testemunhas que, perguntadas sobre o Alferes, respondiam assim: "*com o qual não tinha antecedente amizade*" (Domingos Fernandes Cruz); "*sem que com ele tivesse antecedente amizade, só um pequeno conhecimento*" (Ajudante João José Carneiro); "*com o dito Alferes não tinha amizade alguma*" (Manuel José de Miranda). Não há necessidade de continuar citações.

Joaquim Norberto e Kenneth Maxwell ou não leram os Autos da Devassa com atenção, ou usaram de má fé. Não vejo outra explicação.

Kenneth Maxwell confundiu: uma coisa é não querer relacionar-se

com uma pessoa. Outra, bem diferente, é tentar mostrar que não teve relacionamento com essa pessoa.

A tese central de Joaquim Norberto, em torno da qual gira todo o seu livro, é a de que Tiradentes era figura muito secundária, no movimento. Textualmente: "*Dando a Alçada a supremacia da Conjuração a Tiradentes, que passava por louco aos olhos de todo mundo, buscou mais desmoralizá-la do que puni-la*".²⁰

É precisamente o ponto de vista de Kenneth Maxwell e de Assis Cintra. Este escritor paulista é taxativo: "*E seria possível que numa conspiração de doutores, comandantes de regimentos, proprietários de minas, coronéis, etc. o chefe fosse um simples Alferes?*" Assis Cintra chega a afirmar que Tiradentes não passava de "*simples moço de recados dos inconfidentes*". Assis Cintra chegou a divulgar, na imprensa do Rio, um documento forjado, com o fim de achincalhar Tiradentes. Foi desmascarado por Feu de Carvalho. Um historiador de verdade não procede dessa maneira. O episódio está narrado com minúcias no meu livro "*A Verdade sobre Tiradentes*".

Eduardo Frieiro escreveu que Tiradentes era um "*pobre coitado*", o único condenado à força, porque não teve quem por ele intercedesse. É a mesma tese de Kenneth Maxwell: "*Tiradentes, o mais socialmente inseguro*..."²¹

O pernambucano José Domingos Codeceira criou a expressão "bode expiatório", ao se referir a Tiradentes, como único condenado à morte. Kenneth Maxwell, que não menciona a obra de Codeceira na sua bibliografia, repetiu duas vezes a expressão "bode expiatório", ao referir-se a Tiradentes.

Vamos tentar mostrar a falsidade desses conceitos.

Primeiro: diversos inconfidentes, como Francisco de Paula Freire Andrada, José Álvares Maciel, Pe. Rolim, etc. declararam que fora Tiradentes o primeiro que lhes falara em conspiração.

Segundo: Tiradentes não podia ser um "*pobre coitado*", nem o "*mais socialmente inseguro*", como escreveu Kenneth Maxwell. Os seus bens levados à praça renderam o dobro dos bens seqüestrados ao Ten.-Cel. Francisco de Paula, que tinha casa no centro de Vila Rica e uma chácara na periferia. É verdade que a fazenda dos Caldeirões não foi incluída no seqüestro, por ter sido dote da esposa. Mas também, entre os bens de Tiradentes não foram incluídas as datas minerais que possuía no Porto de Meneses.

Terceiro: se Tiradentes fosse a figura pintada por Joaquim Norberto, Kenneth Maxwell, Eduardo Frieiro, Assis Cintra *et caterva*, como explicar caber a ele, na primeira reunião oficial dos conspiradores, realizada na casa do Ten.-Cel. Francisco de Paula, em 26 de dezembro de 1789, fazer uma exposição sobre os planos e os projetos da sublevação? Esta reunião foi realmente importante, pois, tendo-se atrasado, foi Alvarenga chamado por um bilhete do Pe. Carlos de Toledo, bilhete que foi confiscado e anexado aos

Autos.

Quanto é verdade que o Visconde de Barbacena, no seu ofício dirigido ao vice-rei, em que comunica a denúncia da conspiração, apontava Gonzaga como chefe. É que Joaquim Silvério dos Reis, na sua denúncia, acusara Gonzaga de chefe da conspiração, apenas por vingança. Pe. Manuel Rodrigues da Costa, nas declarações a que nos referimos, em outro local, é bem claro, quando se refere ao ato de vingança de Silvério dos Reis, ao acusar Gonzaga. Já bem informado, a certa altura de seu relatório de 11 de julho de 1789, dirigido ao Ministro Martinho de Melo e Castro, declarava o Visconde de Barbacena:

*"Todos os presos acima mencionados estão mais ou menos culpados da Devassa, sumários e prévios interrogatórios, principalmente o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, cujo delito tem já abundante prova, constando geralmente de uns e outros processos, que ele era o principal motor da sublevação, o que mostrava maior empenho e eficácia na execução dela, e o que amotinava o povo e pretendia corromper a tropa, já com sacrílegas doutrinas, já com falsas ou maliciosas notícias e já com enganosas esperanças."*²²

Quinto: o Desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, Juiz que presidiu a Devassa do Rio de Janeiro, no seu relatório dirigido ao vice-rei, datado de 11 de dezembro de 1789, também é taxativo, ao referir-se a Tiradentes:

*"Inclusa verá V. Ex.^a a lista dos réus principais. O Alferes da Tropa de Minas, Joaquim José da Silva Xavier, foi quem espalhou a sediciosa proposição de que podiam as Minas ficar independentes, livres da sujeição real e uma república, porque tinham em si todas as produções."*²³

Sexto: em fevereiro de 1790, o escrivão da Devassa de Minas, o Ouvidor José Caetano César Manitti, no seu relatório apresentado ao Visconde de Barbacena, relaciona os principais réus presos e colocou em primeiro lugar o Alferes Joaquim José da Silva Xavier e acrescentou:

*"Não se admite a menor contestação, segundo o que se deduz de todo o processo e seus apensos, que o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, era um dos mais empenhados e atrevidos em promover à intentada sublevação, para cujo fim agenciava o maior séquito possível, persuadindo e exagerando a uns a beleza, comodidade e riquezas deste país, que poderia ser independente; a outros, o abatimento e indigência em que jaziam, entretanto, que estavam presenciando saírem todos os anos para a Europa os tesouros da América, excitando o povo..."*²⁴

Ora, se já em 1789 e 1790 era Tiradentes apontado como o réu principal e principal motor, nada há que estranhar na sentença, em que é

descrita a atuação de cada um dos réus, o item seguinte: *"Mostra-se que, entre os chefes e cabeças da conjuração, o primeiro que suscitou as idéias da república foi o réu Joaquim José da Silva Xavier."*²⁵

Sétimo: Pe. Manuel Rodrigues da Costa foi uma vítima da Inconfidência Mineira, condenado porque ficou provado que sabia da conspiração e não a denunciou. Pela legislação da época, devia ser considerado tão criminoso como os conspiradores. Depois de dez anos de exílio em Portugal, foi perdoado em 1804, quando regressou ao Brasil.²⁶

Estabeleceu-se na sua fazenda do Registro Velho, perto de Barbacena, foi eleito deputado à Assembléia Constituinte de 1823 e deputado à legislatura de 1826. Desta pediu dispensa, por motivo de moléstia. O vigário colado de Barbacena, Pe. Joaquim Camilo de Brito, nome tradicional em toda a província de Minas, em artigo publicado num jornal de Ouro Preto, começava declarando-se honrado de ter convivido com o Cônego Manuel Rodrigues da Costa, nos últimos cinco anos de vida deste. Ouviu muitas confidências da vítima da Inconfidência Mineira. Referia-se ao Cônego como autoridade competente na matéria, não só por sua respeitabilidade, ilustração e critério, como por ter sido uma das vítimas do suspeito ódio da tirania então reinante. O Pe. Joaquim Camilo de Brito afirma ter ouvido do Cônego Manuel Rodrigues da Costa o seguinte:

*"A alma do movimento, o Leônidas que preparava a elite dos novos espartanos para esse grande cometimento, era o Alferes do Corpo Militar de Cavalaria Mineira, Joaquim José da Silva Xavier. Era ele o único propagandista da idéia na Capitania e fora dela, para o que lhe davam facilidade as freqüentes viagens que fazia pela Capitania e à Corte (...) disse-me que o Xavier (assim o tratava ele) era um rapaz simpático e, embora não houvesse afinidade entre a sotaína e a farda, era-lhe sempre agradável a sua presença."*²⁷

O depoimento do Cônego Manuel Rodrigues da Costa é de suma importância. Além de ter sofrido na carne o drama da Inconfidência, falava como cidadão livre de um país livre, isento das pressões dos ministros da Devassa e da Alçada. Saliente-se ainda a circunstância de ser espontâneo esse seu depoimento. Gostaria de frisar essa frase: *"era ele o único propagandista da idéia na Capitania e fora dela"*.

Oitavo: José Aires Gomes, do exílio em Moçambique, numa tentativa de obter perdão, enviou longa representação à rainha e, no documento, assim se refere ao Alferes Tiradentes: *"Chefe e primeiro motor do horrendo atentado"*.²⁸

Com tantos documentos já publicados, todos contemporâneos do Alferes, em grande parte papéis não oficiais, estranhos ao processo judicial eu perguntaria: Por que a Universidade, ainda hoje, defende as teses de Joaquim Norberto, repisadas por Kenneth Maxwell que, inexplicavelmente, não menciona a obra de Norberto em sua bibliografia? Creio que a única

explicação é a seguinte: os governos, hoje, exaltam a figura de Tiradentes, como herói, como mártir, e celebram festivamente o feriado de 21 de abril. Ora, o intelectual sente-se na obrigação de ser contrário ao governo. Deve ser contra toda e qualquer tese do governo. Não vejo outra explicação.

Na noite de 17 para 18 e durante o dia 18 de abril de 1792, foram recolhidos no Oratório da Cadeia Pública do Rio de Janeiro os onze réus principais, trazidos das diversas masmorras: Joaquim José da Silva Xavier, Francisco de Paula Freire de Andrada, Inácio José de Alvarenga Peixoto, José Álvares Maciel, Luís Vaz de Toledo Piza, José de Resende Costa (pai), José de Resende Costa (filho), Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Domingos de Abreu Vieira, Domingos Vidal de Barbosa e Salvador Carvalho do Amaral Gurgel.

Onze franciscanos ali se achavam, um para cada réu, a fim de confortar aqueles infelizes. Às duas horas da madrugada de 19 de abril, chega o ministro que, imediatamente, dá início à leitura da sentença, leitura que durou duas horas e meia. A sentença, extremamente longa, expunha a atuação de cada um dos réus e terminava condenando todos os onze à forca. Terminada a leitura da sentença, seguiu-se, segundo um dos frades presentes, *"a cena mais trágica e cômica que se pode imaginar"*. Uns clamavam, outros choravam, *"e cada um fazia por imputar a sua última infelicidade ao excessivo depoimento do outro"*. Como haviam permanecido três anos incomunicáveis, *"era neles mais violento o desejo de falar"*. No meio daquele tumulto, um dos frades ouviu e registrou esta frase de Tiradentes: *"Eu sou a causa da morte destes homens, desejaria ter mais dez vidas e podê-las dar por todos eles, se Deus me ouvira, só eu morreria, e não eles"*.²⁹

Pouco depois da meia-noite, já na madrugada do dia 20, apareceu no Oratório novamente o ministro, que leu nova sentença, muito curta, que declarava o seguinte: Em vista dos termos da carta régia de 15 de outubro de 1790, anexada aos Autos em 20 de abril de 1792, a sentença de morte só seria executada no réu Joaquim José da Silva Xavier, *"por ser o único que, na forma da dita carta, se fez indigno da real piedade. Quanto aos mais, hão comutada a pena de morte à de degredo perpétuo"*. A carta régia referida determinava que só fosse condenado à morte quem tivesse pregado e envenenado o povo com a idéia de liberdade e independência. Dos onze franciscanos que assistiram a tudo, dois deixaram a narração do que viram e ouviram. Ambos assinalaram que era impossível descrever os transportes de alegria, de todos os onze réus. Tiradentes, também alegre e feliz, dava parabéns aos outros. Frei Raimundo da Anunciação Penafort e Frei José Carlos de Jesus Maria do Desterro, do Convento de Santo Antônio, descrevem as cenas com minúcias. Portugueses ambos, fiéis vassallos da rainha, horrorizados com o *"nefando crime"* da conspiração, escandalizados com *"a gravidade do delito provado"*, referem-se à *"perfídia"* e ao *"louco desejo de liberdade"*. Ao referir-se a Tiradentes escrevem: *"o infame réu"*.

Mas, na verdade, não puderam esconder sua admiração pela figura, pelo porte, pelas atitudes, pelas palavras de Tiradentes. Frei José Carlos de Jesus Maria do Desterro escreveu sobre Tiradentes: *"Este homem indigno é de nossas memórias, mas se ficar de todo no esquecimento, nenhum fruto tiraremos de seu exemplar castigo"*. Na verdade, o frade deixa transparecer profunda admiração por aquele homem, a quem chama de *"corajoso"*. Depois da leitura da primeira sentença, informa que Tiradentes muitas vezes pediu perdão aos outros. Perdão por quê? Os historiadores que, ainda hoje, insistem em afirmar que Tiradentes foi figura secundária no movimento deviam meditar sobre essas palavras anotadas pelo frade do Convento de Santo Antônio. Depois da leitura da segunda sentença, o frade guardião refere-se à alegria de Tiradentes, a dar parabéns aos outros e acrescenta que ele era sincero. E registra essas palavras que ouviu:

*"Agora morreria cheio de prazer, pois não levava, após si, tantos infelizes a quem contaminara, que isso mesmo intentara ele nas multiplicadas vezes que fora à presença dos ministros, pois sempre lhes pedira que fizessem, dele só, a vítima da lei".*³⁰

Tem-se a impressão de que o frade descuidara-se do réu que estava a seus cuidados, para prestar atenção da figura de Joaquim José da Silva Xavier. O confessor deste era outro frade.

Frei Raimundo Penafort, no manuscrito que deixou, mostra-se também horrorizado pelo terrível crime de rebelião. Mas dá a entender claramente que viu, em Tiradentes, um homem fora do comum. Frei Raimundo Penafort foi o confessor de Tiradentes durante os três anos em que o mártir esteve na masmorra (precisamente: dois anos, onze meses e treze dias). Teve oportunidade de conhecer bem o Alferes. Eis as suas palavras:

*"Este homem foi um daqueles indivíduos da espécie humana, que põe em espanto a mesma natureza. Entusiasta com o aferro de um Quaker, empreendedor com o fogo de um D. Quixote, habilidoso com um desinteresse filosófico..."*³¹

Isso foi escrito por um frade, fiel súdito da Coroa, que conviveu com Tiradentes, visitando-o semanalmente, durante três anos, na masmorra. Frei Raimundo Penafort assistiu à leitura da primeira e da segunda sentença. (Os frades ficaram em pé durante onze horas). O franciscano comentou a reação de cada um dos onze réus, considerados cabeças do movimento. Isso é importante para aqueles que teimam em colocar Gonzaga como um dos chefes da conjuração. Aliás, Frei Jesus Maria do Desterro, que acompanhou todo o processo, assistiu à leitura das duas sentenças, mencionou, na sua *"Memória"*, os nomes de Tomás Antônio Gonzaga, Vicente Vieira da Mota e outros e comentou assim: *"Esses réus de segunda ordem..."*³²

Gonzaga, conforme se lê na sentença, foi condenado porque ficou provado, pelo depoimento do Cônego Luís Vieira da Silva, que ele tinha conhecimento da conspiração e não a denunciou. Aliás, o Cônego Manuel

Rodrigues da Costa, no depoimento, transmitido pelo Pe. Joaquim Camilo de Brito, afirma: "*Gonzaga era estranho ao levante*".³³

Considero de suma importância os documentos estranhos aos Autos da Devassa. Os depoimentos dos dois franciscanos, considero-os extremamente valiosos, para o esclarecimento da verdade histórica.

Desejo encerrar este pequeno ensaio com o depoimento escrito por outro contemporâneo de Tiradentes. O Pe. Inácio Nogueira de Lima, que ajudou Tiradentes a esconder-se, no Rio, quando ele se viu vigiado por dois militares disfarçados, e foi quem, preso e torturado, confessou onde era o esconderijo do Alferes, que, em seguida, foi preso. Mais tarde, depois da nossa independência, assim se manifestou sobre a figura do Alferes: "*Era homem nobilíssimo, digno noutro país das atenções do governo. O único crime que tinha era o de amar sua pátria e querer vê-la livre do despotismo*".

Abstract: The "Alferes-mor" (major second lieutenant) of Brazil. The author analyzes aspects of the so-called "*Inconfidência Mineira*", an insurrection against tax collection in Minas Gerais, mainly in what concerns the role played by Tiradentes in the revolutionary movement of 1789. He focuses on the many viewpoints of the most important historians who have studied that role and the *Inconfidência*, pointing out mistakes detected in their various interpretations.

NOTAS

- 1 SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *História da Conjuração Mineira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1873.
- 2 RIBEIRO, João. *História do Brasil*, Curso Superior. 14. ed., Rio de Janeiro: Livraria São José, 1953.
- 3 ALENCAR, Gilberto de. *Tal dia é o batizado*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.
- 4 PEIXOTO, Afrânio. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1944.
- 5 CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1922.
- 6 CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1957.
- 7 CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Civilização Brasileira (Brasiliense).
- 8 FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.
- 9 SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *op. cit.*, p. 76.
- 10 MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1978, p. 144.
- 11 Idem, *ibidem*, p. 178.
- 12 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo VIII, vol. 8, 1881. O documento está transcrito nos *Autos da Devassa*, vol. 9, p. 459.
- 13 MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p. 126.
- 14 AUTOS da devassa da Inconfidência Mineira. Brasília, vol. 2, p. 299.
- 15 Idem, 1936, vol. I, Rio, p. 73 e 92.
- 16 Idem, Rio, 1936, p. 291.
- 17 Idem, vol. II, p. 32 (Brasília, Belo Horizonte, 1978).
- 18 Idem, Rio, vol. III, p. 137.

- 19 Idem, Rio, vol. III, p. 29.
- 20 SILVA, J. Norberto de Souza, op. cit. p. 392.
- 21 MAXWELL, Kenneth, op. cit., p. 156.
- 22 AUTOS, vol. 8, Brasília, 1977, p. 192/193.
- 23 BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A verdade sobre Tiradentes*. Belo Horizonte, p. 61.
- 24 AUTOS, vol. 8, p. 261.
- 25 Sentença proferida contra os réus implicados no conspiração de Minas Gerais, no ano de 1788. In: REV. IHGB, tomo 8, vol. 8, p. 184. Está publicada na *Genealogia Mineira*, de Artur Vieira de Resende Silva, Parte VI e também nos *Autos da Devassa*.
- 26 Cód. 242, S.G., fl. 175, A.P.M.
- 27 O artigo do Pe. Joaquim Camilo de Brito foi publicado em *O Movimento*, de Ouro Preto, em 1889, transcrito em *Nova Phase*, de Piratininga (Além Paraíba) de março de 1889, no *Jornal da Tarde*, de Barbacena, n.º 48, de 17 de março de 1916, no livro *O Tiradentes*, de Eurico Carmense e na *Arquidiocese de Mariana*, do Cônego Raimundo Trindade, 2.ª ed., vol. 2, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1955, p. 68/71.
- 28 ANUÁRIO do Museu da Inconfidência. Ouro Preto, 1955, vol. II, p. 246.
- 29 MEMÓRIA do Êxito que Teve a Conjuração de Minas e dos Fatos Relativos a ela, Acontecidos nesta Cidade do Rio de Janeiro, Desde o Dia 17 até 26 de Abril de 1792, Pelo Frei José Carlos de Jesus Maria do Desterro. In: Revista do IHGB, tomo XLIV, Parte I, vol. 62, p. 140, 1881. O documento está transcrito no vol. 9 dos *Autos da Devassa*.
- 30 MEMÓRIA do Êxito... AUTOS, vol. 9, p. 171/172.
- 31 ÚLTIMOS Momentos dos Inconfidentes de 1789, pelo Frade que os Assistiu em Confissão, por Frei Raimundo Penafort, In: Rev. do IHGB, tomo XLIV, vol. 62. O documento está transcrito no vol. 9 dos AUTOS DA DEVASSA, p. 178, nota 14.
- 32 Este documento está citado em outro local.
- 33 Ver nota n.º 27.

PROCESSO DE "REAValiaÇÃO DA INCONFIDÊNCIA"

ISOLDE HELENA BRANS

Resumo: *O artigo aborda fatos pouco conhecidos, relacionados à Inconfidência Mineira, inclusive a possível presença de Tiradentes na Europa, quando do encontro entre o estudante brasileiro José Joaquim da Maya Barbalho e Thomas Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos na França.*

Em 1988, o bicentenário do momento culminante, inicial, da Inconfidência - ocorrido em Vila Rica, em reunião de conjurados representantes de todas as comarcas pré-revolucionárias - decorreu em silêncio.

O esquecimento pátrio só foi rompido pela imagem e voz do historiador Waldemar de Almeida Barbosa que, na noite de 26 de dezembro de 1988, na TV mineira e em rede nacional, gravou um Memorando à obra daquele punhado de homens que, havia dois séculos, reuniam-se para traçar os roteiros do arriscado movimento emancipacionista, liderado por Tiradentes.

Em 1992, estão previstas celebrações que evocarão o bicentenário do dramático final da conjura, ou seja, do degredo de alguns e da execução do Alferes Joaquim José da Silva Xavier. O Patrono Cívico da Nação - também patrono da Polícia Militar - é quase sempre representado nas vestes de apenas-mártir, ou vítima, a caminho do patíbulo.

Esta imagem não faz justiça à extraordinária atuação do Alferes e à coragem com que buscava concretizar seus ideais de liberdade para a colônia natal. Nos "*Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*", através de depoimentos e interrogatórios ali transcritos, muitas informações podem ser, paralelamente, adicionadas ao perfil do Alferes. Exemplificando, vê-se que, além do apelido profissional, o popular "Tiradentes", contava com outros apelidos - como "o República" e "o Liberdade", ambos revelando a livre apregoação das suas idéias políticas, e o comovedor apelido de "o Gramaticão", que revela a sua busca, autodidática, pelo saber.

Já em documentos arquivados em Lisboa (Arquivo Histórico Ultramarino) e Rio de Janeiro (Arquivo D. Federal e Biblioteca Nacional),

encontram-se alguns informes que, conectados, permitem examinar, sob nova ótica, a obra precursora do Alferes e de outros integrantes de uma missão, secreta, que agiu no Brasil e no exterior, visando a obter apoios e recursos para o nosso projeto de auto-determinação de livre-comércio.

No texto "*Tiradentes Face a Face*" (em vias de encaminhamento à editoração), são analisados dez documentos que fornecem indícios da presença de Tiradentes na Europa, em 1787, ano em que ocorreu um encontro entre brasileiros e o embaixador dos Estados Unidos em Paris, Thomas Jefferson, bem como uma prova documental dessa presença.

Este novo enfoque exige que se dê início a um imediato processo de reavaliação da Inconfidência. Nos bancos escolares, a criança brasileira recebe noções de História da Inconfidência, segundo a versão que, há dois séculos, convinha à corte lusa divulgar: o movimento teria sido um mero "devaneio de poetas" e teria, seu líder maior, uma certa aura de insanidade.

Um "reexame necessário"

Para que se processe a pretendida reavaliação, deve ser dada ênfase ao estudo da atuação de outros inconfidentes, notadamente ao grupo de jovens que, em Coimbra, juraram o "Pacto dos doze", voltado a obter, a qualquer custo, a independência da terra natal. Tais estudantes estabeleceram contatos com a França pré-revolucionária, que já aceitara uma representação diplomática da República dos Estados Unidos. O primeiro embaixador norte-americano, Benjamin Franklin, foi sucedido, em 1784, por Thomas Jefferson.

Em julho de 1785, em Coimbra, diplomou-se, entre outros brasileiros, José Álvares Maciel, de Vila Rica.

Há notícia de que este jovem cientista viajou para Londres e Birmingham, via Paris (onde estava Jefferson).

Em agosto de 1785, segue de Paris para os Estados Unidos a primeira carta de Jefferson ao seu governo, postulando por medidas que, a médio prazo, beneficiariam o Brasil. Ao mesmo tempo, apresenta um anteprojeto de tratado comercial a ser estabelecido entre o seu país e a corte de Lisboa, por intermédio do embaixador luso em Paris. A resposta, curiosamente, foi encaminhada a John Adams, embaixador norte-americano em Londres, e não ao autor do anteprojeto (o que parece demonstrar que a aura libertária, desde então existente em torno ao nome de Jefferson, atemorizava os detentores do poder colonialista europeu).

Em novembro do mesmo ano, a correspondência trocada entre os dois embaixadores norte-americanos deixa nítido o posicionamento luso: Portugal não consentiria, nunca, no acesso aos portos brasileiros, pretendido por Jefferson - provavelmente a pedido dos integrantes do "Pacto dos doze".

Esgotadas as negociações oficiais, meses mais tarde o estadista recebia a 1.^a carta do emissário "Vendek", datada de 2 de outubro de 1786, de Montpellier (naquela Universidade se achavam inscritos alguns brasileiros, entre os quais José Joaquim da Maya Barbalho, egresso de Coimbra, e Domingos Vidal Barbosa, cujo nome, anos mais tarde, iria integrar a lista de condenados à morte, ao lado de Tiradentes).

A "missão Vendek"

Até aqui, a História registra a ocorrência de um único encontro, havido entre Jefferson e o estudante Maya, em Nimes, 21/3/1787, do qual nada resultara.

A verdade, porém, parece ser bem outra.

Segundo denúncias do fazendeiro Francisco Antônio de Oliveira Lopes ("*Autos de Devassa*", 2.^a ed., vol. 2, p. 90) do Brasil haviam partido 2 emissários (levando informes atualizados sobre a situação da colônia), para tratativas com o Ministro da "*América Inglesa*".

Em carta enviada de Marselha, 4/5/1787, Jefferson faz extenso relato sobre o Brasil ao seu governo, revelando conhecimentos aprofundados sobre a população e os recursos aqui existentes. Seria inadmissível tanta demonstração de interesse se tivesse, realmente, ocorrido uma única e mal sucedida entrevista, 43 dias antes da urgente remessa de Marselha.

É necessário, aqui, fixar um cronograma desta estranha viagem de Jefferson: alegando necessidade de um tratamento de águas em Aix-en-Provence, o embaixador deixa Paris em 28/2/1787. Detém-se alguns dias em Lyon, segue a Nimes (onde encontra Maya em 21/3), dali a Aix (onde fica 2 dias), Marselha (1.^a vez), Toulon e Nice.

Deste último porto francês no Mediterrâneo, cruza os Alpes Marítimos, rumo ao norte até Torino (então um principado), dali a Milano (que seria sede da República Cisalpina) e Gênova (República Lígure).

Jefferson escrevera ao seu secretário, William Short, dizendo da intenção de retornar ao seu posto por via marítima. Entretanto, de Gênova, retoma as extenuantes estradas da época, refaz a visita aos portos do Mediterrâneo, volta a Marselha (2.^a vez) de onde pretendia enviar o relatório sobre o Brasil ao seu governo. Não conseguindo transporte, remete um bilhete ao secretário Short, contendo instruções para despachar aquela correspondência ao porto de Le Havre, com a máxima urgência - devendo o portador viajar "*dia e noite*". Não se justificaria tanta pressa (em 4/5/1787) se as notícias, ali transmitidas, tivessem sido colhidas um mês e meio antes (em 21/3/1787), numa só conversa com um estudante doentio, desconsiderado pelo embaixador...

Constata-se, sob este prisma, que a versão oficial é inaceitável e

que, em lugar desta, ergue-se a hipótese da prolongada presença dos emissários "Vendek" nas tratativas com negociantes, armadores e detentores de poder, nos portos e nas sedes de governos visitados.

Na sua pregação republicana, Tiradentes referia-se ao "*exemplo da América Inglesa*", à ajuda de "*potências estrangeiras*" e ao apoio de uma "*pessoa muito grande e de muito saber, que nos encaminha*".

Tal certeza parece estar impostada em conhecimento pessoal, próximo, vivenciado - e não em notícia retransmitida por estudantes recém-chegados. No "*Jornal do Comércio*" do Rio de Janeiro (27/11/1872), foi publicado um texto de Felisberto Caldeira Brant Pontes (70) que, por informação de seu pai - o marquês de Barbacena (primo de Maciel), revela:

"...O alferes Xavier frequentava a casa de seu Comandante; merecendo a confiança dele e de alguns outros, foi escolhido para servir de correio e comunicar certas informações para evitar-se o risco de ter o governo a possibilidade de apanhar as cartas."

Somando esse informe à evidência de que o Alferes estava na Europa em 1787, parece nítida a identidade do emissário "Vendek". Nítida, também, é a necessidade do processo de reavaliação na Inconfidência para que, finalmente, se faça justiça à memória daquele que é um exemplo, vivo, a ser apontado à juventude brasileira.

Abstract: *Process of "re-evaluation of the Inconfidência Mineira". This paper deals with little known facts of the so-called "Inconfidência Mineira", including the possible presence of Tiradentes in Europe, at the time of the meeting between the Brazilian student José Joaquim da Maya Barbalho and Thomas Jefferson, who was the American ambassador in France then.*

MINAS, ONDE AS SEDIÇÕES ERAM NATURAIS *

CAIO CÉSAR BOSCHI

Doutor em História. Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Resumo: *Analisa alguns aspectos da Conjuração Mineira, mostrando que, não obstante a importância do movimento, não pretendia atingir as bases estruturais da economia e da sociedade, além de ter caráter marcadamente regional.*

"Conhecia a condição dos mineiros, e visto o clima das Minas parecerá supérfluo indagar mais causa aos motins, onde a natureza inclina a tumultos e persuade desordens". Nessa observação, como na afirmativa que se toma de empréstimo para se dar título a este texto, já D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, dava conta do espírito sedicioso que propagava pela região.

*espírito
sedicioso*

Ensina a moderna ciência política, no entanto, que, mesmo quando generalizada e prolongada, a rebeldia pode ser mantida em níveis toleráveis e, por conseguinte, não se desdobra necessariamente em insurreição, revolta, ou revolução. Com isso não se está subestimando o forte peso transformador que certos grupos têm ou desenvolvem em seu proveito, quando o sistema tolhe suas ações e, em especial, seus negócios, mesmo porque o prolongamento do espírito de insatisfação propicia gradativa formação de consciência política por parte desses grupos.

Por outro lado, qualquer que seja a natureza do fenômeno contestatório, é indispensável que sua análise se faça a partir do contexto histórico que ele engendra. Assim, no estudo da Conjuração Mineira, dentre as suas mais variadas facetas, temas e modos de abordagem, há que se apurar tanto se naquele instante as condições eram favoráveis à irrupção de movimento emancipacionista que resultasse vitorioso, como examinar a forma de deflagração do mesmo e o universo social que ele abrange.

Cumprе, pois, avaliar a real dimensão e a amplitude do clima de

* Publicado no *Estado de Minas*, de 21-04-89. Suplemento "Minas 200 anos de Inconfidência", p. 12.

descontentamento reinante na Capitania de Minas Gerais, assinalado, desde os seus primórdios, pelos administradores portugueses que para cá foram enviados.

Além disso, para o evento histórico em pauta, que tem na decretação da *derrama* o seu ponto nevrálgico, cumpre discutir se a repulsa ao sistema tributário ou à dominação política se concentravam ou eram mais presentes no interior de determinados grupos ou segmentos sociais. Só assim será possível aquilatar seja a condição destes em denunciar tal situação, seja o seu empenho na arregimentação de adesões de outros setores ou camadas sociais.

Esses são, a nosso ver, pontos importantes a serem considerados, com vistas à determinação da tipologia da conjura mineira, posto que o fulcro do movimento não se encontra nas injustiças sociais, mas sim em questões de natureza política, cujas origens se devem às diretrizes econômicas da Metrópole e a difícil situação econômico-financeira pela qual esta passava.

Em decorrência, faz-se imperioso investigar, verticalmente, o perfil e a natureza dos chamados *motins* que vicejaram nas Minas Gerais setecentistas, para se poder aceitar (ou não) a vulgarizada versão de que eles tinham nítidas conotações contestatórias ao sistema colonial e ao seu componente tributário.

É evidência irrefutável o expressivo número de manifestações de rebeldia, via de regra provocadas pelo vasto e diversificado elenco de medidas proibitivas ou cerceadoras que a Metrópole impôs à região. Porém, as reações locais não se fizeram em cadeia, de forma orgânica e articulada. Ao contrário, são respostas casuísticas e circunstanciais que, por isso mesmo, têm reduzido o seu potencial contestador, não exigindo esforço extraordinário das autoridades para neutralizar o seu eventual rigor. Tais sublevações, por mais expressivas que sejam quando vistas isoladamente, não integram o processo de ruptura com a Metrópole, pois, no seu cerne, a relação colonizador-colonizado já por si é contraditória. A questão, portanto, é a de se saber quando, como, em que condições e capitaneadas por quem emergem, inexoravelmente, essas contradições, inviabilizando a manutenção dos laços ou do pacto colonial.

Em outros termos, a questão é saber quando é que e em que circunstâncias as populações colonizadas tomam consciência de seu papel histórico e, ao se afirmar, passam a se opor ao colonizador; vale dizer, quando é que se torna impossível continuar a manterem-se as relações Metrópole-Colônia.

É de se salientar, porém, que essa tomada de consciência e a atitude de afirmação não implicam, necessariamente, que o colonizado queira ou se sinta em condições de se confrontar com o colonizador. Suas atitudes, em certos casos, podem ser de resistência pacífica ou mesmo adquirir forma conciliatória e/ou reformista. Por conseguinte, nem sempre essa

conscientização dá origem ou implementa sentimento nacionalista nos colonizados.

Ademais, não obstante a independência da América Inglesa ser modelo e inspiração, em Minas não se registram preparativos revolucionários semelhantes ao congresso "continental" reunido em Filadélfia, cuja pauta era claramente a de planejar a luta armada separatista. Assim também, entre nós, nada se conhece análogo à Guerra das Farinhas, que tomou de assalto Paris e outras regiões da Ile-de-France, em 1775. O que os conjurados mineiros propugnavam não era, repita-se, a justiça social, mas sim libertarem-se das restrições inerentes ao Pacto Colonial e obterem a autonomia político-administrativa de sua terra.

Como se vê, são propósitos nitidamente reformistas, ou seja, não atingem as bases estruturais da economia e da sociedade. Apesar de a consciência nacional não ser fruto do acaso, mas sim produto de processo cumulativo de antagonismos que contrapõem os interesses da colônia aos da Metrópole, não se pode falar em nítida e definida identidade nacional como traço presente na Conjuração Mineira. Com efeito, seria exagero afirmar-se que, em seu conjunto, a população mineira era possuída por tendência separatista ou por convicta mentalidade revolucionária. Mesmo para o diminuto grupo de conjurados seria impropriedade aplicar-se-lhe semelhante generalização.

Em suma, torna-se difícil aceitar a perspectiva finalista com que, por vezes, é tratada a Conjuração Mineira, isto é, a versão de que esta se apresenta como esboço natural das sedições setecentistas que aqui tiveram lugar. É preciso distinguir a natureza e os objetivos das sublevações que permeiam todo o século XVIII mineiro comparativamente ao movimento agora bicentenário.

Outra ordem de considerações trata da capacidade arregimentadora das minorias que articularam a conjura. Acreditamos ser evidente e consensual a avaliação quanto à precariedade do planejamento da conspiração, em grande parte devida à natureza aleatória e desordenada das pouco numerosas, não muito concorridas e nem sempre consistentes reuniões dos conjurados mineiros.

Surpreende-nos que a decretação da derrama, fator aglutinador do clima de descontentamento, pudesse ter duplo e contraditório efeito: se efetivada, detonaria automaticamente o movimento; se sustada ou adiada, como ocorreu, levaria à desativação dos planos. Se assim é, a derrama, na Conjuração, passa a ter maior valor simbólico do que real, porquanto, identificando-se com o sistema opressor, ela funcionaria muito mais como instrumento catalisador do que como penalidade, não obstante o ônus que acarretaria, se ordenada, para toda a população da depauperada Capitania.

Voltando-se à questão das reuniões, caberia averiguar qual o nível de participação dos que nelas estiveram presentes e qual o empenho destes

na implementação das conversações havidas. Se se tomam, a título ilustrativo, os intelectuais, poder-se-ia perguntar se, efetivamente, eles compunham grupo homogêneo, se seus discursos e suas falas tinham como eixo comum a pregação revolucionária, o que os unia e o que possivelmente os dividia ou os diferenciava entre si. Essas questões ganham especial relevo quando se atenta para o fato de que é nesse segmento que se encontram algumas das personagens-chave no movimento, como apontou Thomas Jefferson, em correspondência datada de maio de 1787, ao governo de seu país, reportando-se à conversa mantida na França com José Joaquim da Maia, em Minas Gerais *"os homens de letras são os que mais desejam uma revolução"*.

Por outro lado, é claramente perceptível o comprometimento de homens de negócios, cujos interesses foram gradativamente colidindo com os da burguesia metropolitana. Não paira dúvida de que uma incipiente e embrionária burguesia local, ao ir-se formando, percebia os obstáculos que se lhes antepunha o Antigo Sistema Colonial. O antagonismo foi-se tornando latente. Saliente-se, todavia, que esse grupo não abraçava propostas modernizadoras; antes, seu intuito é continuista, e o ideário liberal com que se apresenta nem sempre é por ele absorvido na íntegra, haja vista o seu propósito de inalterabilidade da ordem escravocrata.

Outras contradições ainda poderiam ser percebidas no interior do grupo vanguardista, detectáveis no comportamento dos participantes das reuniões em um determinado momento, ou seja, naquele em que, a nosso juízo, o processo conspiratório deu claros sinais de refluxo.

Quando se tornou inadiável arregimentar forças, isto é, deslocar a conspiração do plano grupal para o coletivo, afloraram tais contradições. Quando as elites perceberam que, mesmo mantendo-se na liderança, o movimento poderia sair de seu controle, pois que a adesão participativa das camadas populares poderia substituir o traço reformista por atos revolucionários, percebe-se recuo no processo.

A questão, por conseguinte, exige que se tenha clareza quanto à participação das classes populares na conjuração. Essa presença e atuação no movimento também são aspectos cuja análise fica prejudicada diante dos dados contidos no acervo documental disponível. Se é certo que os planos dos conspiradores mineiros, como de resto os das revoluções em geral, incluíam, como componente decisivo, o respaldo que as lideranças teriam das massas, a realidade mostrou-se bem diferente não apenas porque o movimento abortara. Tudo indica que, como sempre, a maior parte da população estivesse alheia ao que se passava nos então chamados "convencículos sediciosos".

Isto porque, em primeiro lugar, não se notam, na leitura dos *"Autos de Devassa da Inconfidência Mineira"*, formas efetivamente mobilizadoras daqueles segmentos inferiores da sociedade. Ficam dúvidas em se saber: que

palavras chamativas e que interesses fariam que as massas aderissem à conspiração; qual era o grau de disseminação das idéias liberais e libertárias e quais eram os seus veículos; como a divulgação do ideário liberal procurava atingir a maior parcela possível da população, melhor dizendo, como grupos hegemônicos procurariam transformar essas idéias no universo mental de todos; como circulavam as idéias de uma região na qual a condição de leitura era apanágio de minorias e, por decorrência, onde o púlpito era instrumento privilegiado de vulgarização do pensamento; se, dentre os conjurados, havia expressivos membros do clero, particularmente festejados sermonistas, que tipo de contribuição efetiva eles trouxeram para o movimento, no sentido de mobilizar as massas e delas obter a adesão à ideologia e à causa emancipacionista.

São questões que aguardam respostas e que se tornam fundamentais para a compreensão do vulto e da dimensão histórica que a conspiração tomara. Afinal, nunca é inútil insistir, por exemplo, que o discurso liberal das elites não assumia compromisso de melhoria das condições de vida da maioria da população. A igualdade social não integrava o ideário e o projeto político dos conjurados mineiros. Manter-se-iam inalteradas as relações de produção; para as relações sociais não se anunciavam transformações substantivas.

Ao contrário da Revolução Americana, seu modelo inspirador, a Conjuração Mineira não objetivava criar nova ordem social, de modo a nela eliminar ou minimizar seja a riqueza ostentatória de uns, seja a pobreza da maioria. O propósito da conjura mineira era o da libertação política e não o reordenamento da sociedade e da economia. Como consta na Sentença da Alçada, na linguagem do próprio Tiradentes, em inequívoca explicitação da postura conservadora do Alferes, o projetado levante visava a "restaurar a terra", isto é, restaurar uma antiga ordem e não introduzir uma nova.

Importante também considerar que, embora a questão tributário-fiscal estivesse na origem de ambos os movimentos conspiratórios, o de Minas não se espelhou no outro. O firme propósito dos revolucionários da América Inglesa de romper o pacto colonial e de se rebelarem contra a adoção de tributos, sem que houvesse a contrapartida de representação dos contribuintes, não encontra analogia entre nós - *leitmotiv* que os mineiros não aproveitaram, evidência a mais para demonstrar a precariedade do planejamento da efetiva ação revolucionária do fato em causa.

Além disso, é discutível que certas **palavras de ordem** pudessem ter o resultado idealizado e esperado pelos conjurados em determinadas oportunidades, até porque essa mobilização não se poderia fazer de maneira indiscriminada, em face do perigo de sublevação por parte da população negra escrava, numericamente superior, gerando situação de difícil (se não de impossível) controle pelas lideranças do movimento.

Esse tipo de cautela era absolutamente necessário, porquanto, como

já se disse, a conspiração não propugnava por modificações estruturais no plano social. Propugnava sim por solução conciliadora, não revolucionária. A emancipação política viria como um fim e não como marco de/para mudanças.

A ressalva, no entanto, deixa em seu rastro dúvidas relativas à real dimensão da mobilização social que se pudesse pretender atingir, seja quanto à sua abrangência, seja quanto ao grau de sua eficácia. Cumpre assinalar, contudo, que não tomar parte ativa no processo histórico não significa que um ou mais segmentos sociais inexistiam. Nesse sentido, deve-se salientar que as camadas populares participaram da Conjuração Mineira de forma invertida, ou seja, pela sua potencialidade política; por razões já referidas, elas são conscientemente excluídas do movimento pelas classes dominantes.

Em segundo lugar, o alheamento das massas se deve ao fato de que, exceção feita ao Tiradentes, não se conhece ação disseminadora e arregimentadora por parte dos setores da vanguarda do movimento. Mesmo no caso de Silva Xavier, sem embargo dos méritos que lhe são devidos pela sua diuturna pregação revolucionária, deve ser lembrada a forma loquaz e afoita com que ele exercia seu proselitismo. O Alferes reconhecidamente era muito mais pregador de idéias do que articulador de ações revolucionárias e, por isso, a eficácia de suas atividades conspiratórias é difícil de ser objetivamente avaliada.

Sem falar que, optando por não ter um líder, "*mas sim serem todos cabeças e um corpo unido*", conforme consta dos *Autos de Devassa*, os conjurados não apenas cometiam erro tático elementar, como também (e apesar da retórica em contrário) evidenciavam notória falta de identidade política coletiva, fatores esses que, somados, de um lado os afastavam do contato com as massas, de outro facilitavam, em muito, a desarticulação do movimento, a par da ação repressora cautelosamente levada a cabo pelo Visconde de Barbacena. Conseqüentemente, o malogro do levante explica-se mais pelas indefinições e pela inércia dos conjurados que pela astúcia e pelo tirocínio político-administrativo das autoridades.

Cerca de seis meses medeiam as entrevistas de Tiradentes com Álvares Maciel, no Rio de Janeiro, e a suspensão da decretação da derrama. Nesse curto espaço de tempo, sucederam-se reuniões nas quais se constata a inconsistência prática das propostas nelas discutidas. Reuniões que, nem bem iniciadas, são interrompidas ainda no ano de 1788. Nessa medida, se bem que congregando participantes domiciliados em várias localidades da Capitania, seguramente as mais significativas, o movimento não escondia seu caráter regional. Essa característica não excluía, obviamente, que na idealizada marcha vitoriosa dos acontecimentos, a conspiração se estendesse às capitanias vizinhas, para o que contribuiriam prováveis contatos prévios a serem feitos, ainda que assistematicamente, por determinados conspiradores.

Importa salientar, no entanto, que o movimento mineiro era

fundamentalmente antimetropolitano. Nele não se almejava a constituição de nação autônoma. A consciência da exploração colonial não extrapolava os limites geográficos das Minas Gerais. Estruturas políticas inerentes ao processo de colonização portuguesa no Brasil, consideráveis distâncias geográficas a separar os principais núcleos urbanos das distintas capitanias e ausência de comunicações regulares entre essas são aspectos que auxiliam na compreensão do fato de que a articulação entre as várias regiões, a unidade nacional e a formação da nacionalidade no Brasil são fenômenos que se configurariam somente no século passado.

Assim concebido, a Conjuração Mineira não é fator decisivo no processo de independência. Faltou-lhe consistência e contundência. Todavia, não há como negar que, depois dele, assiste-se ao desabrochar de uma fase ostensiva de combate ao jugo português. O impulso revolucionário dele advindo tornou irreversível a emancipação política do Brasil.

Abstract: Minas, where sedition used to be natural.
This paper analyzes some aspects of the so-called "Conjuração Mineira", the insurrection against tax collection in the State of Minas Gerais, showing that, despite its importance, the movement did not aim at reaching the structural bases of economy and society, besides being a markedly regional movement.

TIRADENTES: UM SONHO BISSECCULAR DE LIBERDADE*

ANTÔNIO GAIO SOBRINHO

Professor da Fundação Regional de Ensino de São João del Rei (FUNREI)

*"Liberdade - essa palavra
que o sonho humano alimenta:
que não há ninguém que explique,
e ninguém que não entenda!"*

Cecília Meireles

Resumo: *O trabalho analisa alguns aspectos da biografia de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, seus ideais, sua participação na Inconfidência Mineira e as várias interpretações dadas ao movimento.*

1 PRÓLOGO

*"Se já vai longe a alvorada,
então por que tarda o dia?"*

Cecília Meireles

Os anseios libertários inconfidentes de 1789, cuja frustração final culminou no patíbulo da Lampadosa na manhã ensolarada de 21 de abril de 1792, com o enforcamento de Tiradentes, nunca deixaram de influir soberanamente nos destinos políticos da pátria brasileira. A idéia generosa que o Alferes mineiro abrigou em sua cabeça, alçada, por derrisão, em alto poste na praça principal de Vila Rica, ainda hoje sobrepára os altaneiros píncaros de Minas, num grito de Liberdade que os ecos repetem pelas quebradas de todos os rincões brasileiros. E malgrado os duzentos anos transcorridos desde sua morte, a presença de Tiradentes se pereniza nos corações brasileiros, do que são provas as comemorações que, neste ano, se realizarão em sua homenagem.

* 1.º lugar no Concurso de Monografia sobre Tiradentes e a Inconfidência Mineira, promovido pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Oxalá das comemorações se caminhe decididamente, como queria ele, para a concretização, hoje mais urgente do que nunca, de seus legítimos ideais: "LIBERTAS QUAE SERA TAMEN!"

2 INTRODUÇÃO

*"Talvez um dia se saibam
as verdades todas, puras.
Mas já serão coisas velhas
muito do tempo passado..."*

Cecília Meireles

A Inconfidência Mineira, que muitos teimam em minimizar, continua, duzentos anos depois, prova de sua importância, a suscitar discussões e pesquisas que, escritas, formam hoje considerável bibliografia. Sua leitura permite-nos discernir três abordagens que constituem três vertentes que resumem, em momentos diferentes, as mais interessantes interpretações até hoje feitas a respeito do assunto.

Alguns historiadores, na trilha deixada por Joaquim Norberto com sua *História da Conjuração Mineira*, procuraram denegrir, ridicularizar e até mesmo ignorar o movimento mineiro de 1789, qualificando-o de simples "conspiração de poetas", "conversa ociosa" ou "infeliz cabeçada". Outros, para cujos trabalhos serviu de modelo *A Inconfidência Mineira*, monografia de Eduardo Machado de Castro, têm exagerado em demasia o seu significado, enaltecendo como heróis os seus paladinos, criando mitos e difundindo sentimentalismos ingênuos em redor da abortada conspiração. Finalmente, há aqueles que, como o historiador Kenneth Maxwell, autor de *A Devassa da Devassa*, vêm relendo os fatos de 1789 com maior isenção, descobrindo, nos inconfidentes, homens de seu meio e tempo, impulsionados por interesses pessoais bem humanos.

A primeira leitura corresponde à dos historiadores da época imperial que, subservientes ao poder monárquico, de forma geral, procuraram desmerecer e vilipendiar toda movimentação histórica de ideologia republicana e liberal. Por razões óbvias, não lhes convinha dissertar sobre o tema da Inconfidência, condenada que fora pela rainha D. Maria I, avó e bisavó de nossos dois imperadores. E se de leve o fizeram, foi no intuito de exaltar a ação repressiva e reduzir a importância daquele acontecimento, pintando-o com cores de visível má vontade. Assim, já entre 1810 e 1819, quando a Inglaterra pairava seu imperialismo sobre o Brasil, o inglês Robert Southey publicou a sua *História do Brasil*, sem dúvida preciosa, onde, porém, reclama, com a visão do colonizador, que

*"um oficial da cavalaria julgou fácil para os seus contemporâneos
sacudir a autoridade da mãe-pátria, fundando uma república*

independente. Como doidos procederam os conspiradores: faziam discursos sediciosos onde quer que se achavam e perante toda a casta de gente, esquecidos de que, embora estivesse descontente o povo, era vigilante e forte o governo e de que, por mais que se anelasse uma diminuição de impostos, não se desejava outra mudança".

Nas pegadas de Southey, também o nosso grande historiador do Império, Varnhagen, tratou o episódio com máxima cautela, evitando, como amigo e protegido do Imperador, comprometer-se com qualquer comentário que pudesse ferir a sensibilidade da dinastia bragantina que nos "propiciara" a independência e que anos antes havia condenado os inconfidentes mineiros. Mas é na obra *História da Conjuração Mineira*, escrita em 1873 pelo funcionário público Joaquim Norberto de Sousa e Silva, que o "vilão" Tiradentes se corporifica. Seu retrato se delinea propositalmente distorcido como homem repelente, de olhar espantado, leviano, loquaz, impudente, ressentido, exaltado e fanático. Distorção perfeitamente adequada aos interesses da elite imperial, num momento impróprio para formar-se herói fora dos seus quadros e, sobretudo, portador do germe republicano. A finalidade monarquista, anti-republicana, da obra de Joaquim Norberto claramente se desvelou, em 9 de dezembro de 1881, quando, em sessão do IHGB, ele textualmente assim declarou:

"Quando alguns jovens pretenderam erguer um monumento a Tiradentes, fui eu de opinião de que o seu vulto era bastante secundário para ornar uma praça da capital do Império. Pediram-me provas e eu respondi, três meses depois, com a publicação da História da Conjuração Mineira".

Mas Joaquim Norberto não conseguiu reverter o processo. Tiradentes começava, em meio à maré republicana, a virar herói. Um jornal da época, *O Contemporâneo*, assim o consagrava: *"Ele é o homérico protótipo de nossa Liberdade"*. Proclamada a República, o nome infamante de "Inconfidência" virou sinônimo de bravura e patriotismo, e a imagem de Tiradentes, assemelhada à de Cristo, surgia em todas as telas e praças. O seu nome, tornado glorioso e nobilitado, passava a denominar cidades e ruas por todo o imenso Brasil. Tiradentes metamorfoseava-se numa espécie de Cristo, com seu nariz semita, sua cabeleira de nazareno, sua alva longa e sua imagem hierática. Pois como Cristo, também ele perdoou o algoz, ajoelhado a seus pés. Como Cristo, tivera também um Judas no seu caminho. Como Cristo, também ele fora sacrificado, cordeiro inocente, pela salvação do povo. Esse revisionismo republicano concretiza-se, em 1927, na obra de Lúcio dos Santos, para quem, com evidente exagero, a Inconfidência *"foi um capítulo dos mais gloriosos da História Universal da Liberdade"*, e Tiradentes o chefe incontestado da conspiração, homem inteligente, ativo, enérgico, cheio de iniciativas, audaz e devotado.

O verdadeiro paladino, porém, desse revisionismo foi Machado de Castro que, em 1901, numa réplica a Joaquim Norberto, publicou sua monografia *A Inconfidência Mineira*, onde declara:

"Escrevemos esta monografia com os mesmos documentos de que se serviu o Sr. Joaquim Norberto para construir sua famosa História da Conjuração Mineira. A figura homérica de Tiradentes sai grande e majestosa, como altiva palmeira do chão carrasquento".

"Partidário decidido da Monarquia e amigo pessoal do Imperador, não estava Joaquim Norberto em posição própria para ser imparcial, ao examinar e criticar uma tentativa republicana", pondera com razão, Lúcio dos Santos, e acrescenta: "Republicano histórico, adversário ferrenho do Império, incidia Machado de Castro no vício contrário".

Mas viciados e unilaterais, tanto Joaquim Norberto quanto Machado de Castro fizeram escola. Com o primeiro, alinharam-se historiadores e críticos da importância de Capistrano de Abreu, de Francisco de Assis Cintra e de Sílvio Romero. Este, na sua *História da Literatura Brasileira*, assim se expressa taxativamente:

"Não contesto aos brasileiros o direito de fantasiar heróis e encher de semideuses o céu de sua história", mas, "por que motivos, grandes e consagrados heróis, divinizados pela humanidade inteira, podem ter sido visitados no seu ninho de luzes e sombras pela crítica, e não se há de fazer o mesmo no Brasil a certos heroizinhos de ontem?".

A iconoclastia de Joaquim Norberto retoma todo seu furor com Sérgio Faraco quando em sua obra *Tiradentes, a alguma verdade (ainda que tardia)* remata:

"O sacrifício que coube ao alferes Xavier, para salvamento de meia dúzia de mariolas, é um legado plangente para os corações menos empedernidos. Mas, elaborada essa comoção, não remanece especial razão para que se lhe atribua o carisma de culto pátrio".

Com Machado de Castro posicionaram-se inúmeros outros, como Waldemar de Almeida Barbosa e Dimas Perrin, senão quase a totalidade dos autores de nossos velhos textos escolares nos quais ainda prevalece a versão simplista do significado do movimento mineiro de 1789, onde os personagens envolvidos ou são heróis ou vilões, patriotas abnegados ou traidores desprezíveis, e a conjuração o epílogo de uma gloriosa epopéia libertária. É a difusão da falsa idéia de que um punhado de brasileiros idealistas, puros e corajosos, portanto dignos de nossa veneração e imitação, se teria decidido, espontânea e desinteressadamente, conspirar e lutar pela independência da pátria.

A terceira e última leitura, por fim, apresenta-se mais realista, mais desvinculada de fins políticos ou de ideologias outras que não tenham a ver com a restauração da verdade histórica. Aqui a *Inconfidência Mineira* se

coloca como uma movimentação de pessoas humanas comuns, filhas de uma situação histórica concreta, com fortes e vitais interesses econômicos pessoais, que, num dado momento, as empurraram à sedição. O maior e mais habalizado representante e arauto desta terceira linha de interpretação é, sem dúvida, o brasilianista Kenneth Maxwell, com a sua *A Devassa da Devassa*, publicada em 1973. E fez escola também ele, pois desde aí, muitos pesquisadores brasileiros, que estudam o assunto, vêm tratando a Inconfidência Mineira e, em especial, o Tiradentes, com maior seriedade. Esta parece ser a melhor e mais honesta, mais sensata e objetiva, maneira de tratar o tema inconfidente. Pois é assim mesmo a História. À medida que recuam no passado, vão os acontecimentos desembaraçando-se dos erros em que os envolveram os prejuízos de época e as paixões de momento.

3 O SENTIDO DA INCONFIDÊNCIA

*"Sobre o tempo vem mais tempo.
Mudam sempre os que são grandes:
e é grandeza de ministros
roubar hoje como dantes.
Vão-se as minas nos navios...
Pela terra despojada,
ficam lágrima e sangue."*

Cecília Meireles

Feu de Carvalho declarou um dia: *"A nossa história ainda está por se escrever, sem exageros, nem patriotadas, mas com verdade e patriotismo"*.

A Inconfidência Mineira é uma das páginas de nossa história mais deturpadas e controvertidas. Ela,

"não é a grande epopéia da liberdade do Brasil. Nem é um movimento inconseqüente, fruto da loquacidade de uns e oportunismo de outros. É resultado de um momento histórico muito peculiar, cujas circunstâncias políticas e econômicas determinaram comportamentos típicos de uma classe", conclui Júlio José Chiavenatto.

Motivada por toda uma atividade política, econômica e cultural, é ela, diz por sua vez Marco Antônio Fontes, *"fruto dos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, que se corporificaram na Revolução Francesa"*. Nossa independência, ao invés, feita trinta anos mais tarde, com manter a estrutura monárquica, fez-se ao sabor de outros ventos. Dos ventos que sopravam sobre a Europa e sobre o mundo, após a queda de Napoleão Bonaparte, fruto das tentativas de restauração do poder absoluto dos reis, defendidas por Meternich, no Congresso de Viena, em 1815. Aliás, como

escreveu Diogo de Vasconcelos, "os patriotas de 1822, que não se convenciam de ter precursores de positivo valor e monopolizavam para si a idéia da independência", a receberam com o minguado valor de um devaneio de poetas e visionários. "É certo que a idéia de independência não está contida em todos os movimentos de rebeldia contra uma situação existente concreta, que explode em rebeliões", afirma Eliane Marta Santos Teixeira Lopes, e continua:

"as idéias, explicitadas ou não, importadas ou não, expressaram o sentimento do dominado e as suas formas de luta experimentadas até então. Expressaram mas não criaram; não criaram os sentimentos, nem ensinaram a luta. A luta vinha sendo aprendida no processo em curso".

Muito embora tudo quanto se disse ou se possa dizer acerca das motivações pessoais de cada um dos seus integrantes, a importância da Inconfidência Mineira, lembra ainda Marco Antônio Fontes,

"transcende os interesses pessoais e regionais da sociedade da época. Transformou-se em símbolo de um ideal amplo, aberto e generoso, bem mais que um simples prenúncio do 7 de setembro de 1822".

As frustrações pessoais dos inconfidentes confundiam-se com as necessidades coletivas, e tudo contribuiu para levá-los à revolução. Mais que isso, demonstrou a História que seus efeitos duraram bem mais do que seria de se esperar de uma rebelião que não deu certo. Marcaram toda a vida brasileira do Império, frutificaram na República e estenderam sua influência até nossos dias. Sejam, pois, quaisquer tenham sido as motivações particulares de cada qual dos inconfidentes, possa a memória dos seus sofrimentos servir de exemplo aos governos que nos seus juízos desprezam a sorte dos oprimidos e se arrogam uma infalibilidade e sabedoria que só a Deus pertence, e que a História vai, neles, constantemente, desmentindo.

4 AS COMEMORAÇÕES BICENTENÁRIAS

*"Agora tudo
jaz em silêncio:
amor, inveja,
no imenso tempo
se estão levando...
Quais os que tombam
em crimes exaustos?
Quais os que sobem,
Purificados?"*

Cecília Meireles

Faz três anos, a França comemorou o bicentenário de sua gloriosa revolução e nós, brasileiros e mineiros, lembrávamos frustrados o bicentenário de nossa fracassada Conjuração Mineira.

A simultânea ocorrência das duas efemérides permite-nos e até nos convida a comparar os dois acontecimentos sobre que perpassou a mesma fermentação liberal iluminista, desencadeada pela Revolução Americana de 1776. Enquanto, porém, na França, os acontecimentos foram vitoriosos, sendo até hoje lembrados pela historiografia como a maior revolução de todos os tempos, os sonhos mineiros foram truncados ainda na gestação, provocando um aborto que a História dominante infamou com o nome criminoso de Inconfidência Mineira.

Por que as mesmas motivações, a mesma ideologia, tiveram lá e cá resultados tão diversos? Postas de lado as diferenças culturais, atentemos apenas naquela causa que julgo primordial: a existência lá e a inexistência aqui de uma classe média economicamente rica e interessada no êxito dos respectivos movimentos. De fato, na França de fins do século XVIII, havia já uma rica e ampla burguesia dando sustentação aos revolucionários, enquanto que, em Minas Gerais, os ideais libertários motivaram somente uma reduzida elite de ricos endividados, descontentes, porém nada revolucionários.

No ensejo agora, neste ano de 1992, da comemoração do bicentenário da morte de Tiradentes, convém lembrarmos-nos daquela arguta e judiciosa advertência de Antônio Cândido:

"A mania de comemorar é quase tão perigosa quanto a de inaugurar, porque ambas podem servir para impor à opinião pública uma versão dirigida aos fatos, em benefício de pessoas, governos ou grupos que desejam a realidade indevidamente deformada".

Sirva-nos, pois, a lembrança desse momento do nosso passado, cujo bicentenário comemoramos, de pretexto e estímulo para refletirmos sobre o nosso presente. Qual é para o Brasil de hoje a lição da Inconfidência Mineira? Que sentido teria hoje uma Inconfidência Brasileira?

Há duzentos anos os mineiros aguardavam o lançamento da "derrama" para se levantarem em protesto e se declararem independentes. Os exorbitantes juros da dívida externa brasileira, docilmente pagos pelo governo, não são hoje a moderna versão da derrama? E por que não se insurgem os brasileiros, que a estamos pagando injustamente, à custa de nossa miséria e fome? Somos hoje menos corajosos ou menos possuídos de amor à Pátria? Joaquim José é bem o símbolo do povo, enquanto o outro, o Joaquim Silvério, é bem o símbolo do anti-povo. Será que entendemos o que isso significa, nos dias em que vivemos?

"A história ensina", escreveu Idel Becker. "Mas quererão os homens aprender; apesar da tremenda lição que encerram a execução e a luminosa glória posterior do mártir da Inconfidência, não estaremos a enforçar, todos os dias, com sanha feroz, os novos Tiradentes de

amanhã?"

Lembremos, por fim, como já escreveu alguém, que não há corda, no mundo, que enforque um grande ideal. Se assim não fosse, se com o herói ou mártir tudo terminasse, o cristianismo não teria ultrapassado o Gólgota. Assim, o ideal de Tiradentes não acabou na Lampadosa, naquela manhã de abril de 1792. A espada que ali lhe caiu das mãos, cabe a nós retomá-la e prosseguir na sua luta pela realização do seu e nosso sonho de ver este País verdadeiramente livre e independente, tarefa hoje mais premente do que então.

"Faz pena ver um povo tão generoso, um solo tão rico ser continuamente explorado e vexado pelas nações estrangeiras que se nutrem de nossa pobreza e miséria! Ah! Se todos quisessem, poderíamos fazer deste país uma grande Nação!"

5 A CIDADANIA DE TIRADENTES

*"Suplicam as sete crianças
que a Santa as livre do mal
Três meninas, três meninos...
E um grande silêncio reina
na capela do Pombal.*

*(Mas esse, do meio
tão sério, quem é?
- Eu, Nossa Senhora,
Sou Joaquim José)"*
Cecília Meireles

"Quem vai de São João Del Rei à Estação de Santa Rita do Rio Abaixo, no prolongamento da Estrada de Ferro D'Oeste, a uns cinco quilômetros aquém, avista do outro lado do rio, que a linha segue sempre, o lugar onde existiu a Fazenda do Pombal.

Ainda a conheci, era uma vasta habitação, no meio de jardins floridos e viridentes pomares, onde vicejavam árvores e arbustos frutíferos, em todo o esplendor de uma natureza tropical.

Dava entrada à poética e legendária vivenda, colocada à margem do rio e quase na foz do ribeirão da Glória, extensos currais, onde o gado mugia e as ovelhas nédias pulavam de alegres.

Mesmo em frente à fazenda, uma enorme ponte de madeira tosca cortava o rio, dando passagem para o lado oposto.

Foi ali que nasceu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes. Dali saiu ele a congregar os apóstolos que deviam pregar o

evangelho da emancipação da Pátria.

O que resta hoje da Fazenda do Pombal?

O proprietário atual daqueles terrenos, sem ao menos sentir tremer-lhe as mãos, derruiu aquelas paredes, testemunhas dos anelos patrióticos do proto-mártir mineiro, lançou abaixo os telhados, arrancou mesmo os alicerces daquela morada, que devera ser uma relíquia, conservada como tradição, do herói que ali medrou.

Passei há pouco por aqueles sítios; uma roça de milho ocupa o lugar da celebrizada fazenda. Apenas algumas jabuticabeiras frondosas e um ou outro altivo pinheiro assinalam o berço de Tiradentes, semelhando, de pé, fantasmas perdidos a protestarem nessa linguagem mística, transmitida ao sopro das brisas, contra o esquecimento e ingratidão da Pátria, que nem ao menos ali manda levantar um padrão, dizendo aos visitantes:

- Ó vós que passais, sabeí que aqui nasceu Tiradentes, o inconfidente que regou com seu sangue a árvore da liberdade! Conservai-o em vossa memória e levai seu nome glorioso à posteridade!"

Assim escreveu, em abril de 1888, nas páginas de *O Arauto de Minas*, o seu diretor, Severiano Nunes de Rezende. Hoje a situação do lugar, onde nasceu o Alferes, é pouco diferente. A estrada de ferro nem existe mais e o acesso rodoviário é deficiente e precário. No local, estabeleceu-se, em anos recentes, um Posto Agropecuário do Ministério da Agricultura e, desde 1889, entre parcos sinais da antiga fazenda, está um marco, onde se lê:

"Em homenagem de Tiradentes, o intemerato mártir da independência nacional, foi mandado erguer este simples monumento no lugar onde ele nasceu, por um grupo de republicanos brasileiros".

A Fazenda do Pombal, termo da Vila de São João del Rei, quando ali nasceu Tiradentes, ficava a 10 Km em linha reta desta Vila, a pouco menos de meia légua da linha norte da sua sesmária patrimonial.

Dela aparece a primeira notícia documental em 1724, quando o Capitão Francisco Viegas Barbosa obteve licença para nela edificar uma ermida consagrada a Nossa Senhora da Ajuda. Nessa ocasião, declarou que o sítio pertencia a São João del Rei, assertiva corroborada pelo Pe. Alexandre Marques do Vale, vigário da Vara, em 15 de julho de 1729, quando ali benzeu a mencionada ermida. Sua sede foi demolida em 1884, pelo seu então proprietário, o Sr. Emídio de Mendonça, que com o material resultante construiu a fazenda do Ouro Fino, para onde trasladou, outrossim, a ermida de Nossa Senhora da Ajuda e todas as imagens a ela pertencentes.

Na antiga Fazenda do Pombal, termo da Vila de São João del Rei, provavelmente em 16 de agosto (dia de São Joaquim) de 1746, nasceu Joaquim José da Silva Xavier, cuja memória e ideais, apesar dos duzentos anos da sua morte, continuam vivos entre nós, perene inspiração de amor e luta pela grandeza e soberania do Brasil.

Conforme costume da época, Joaquim José foi batizado aos quatro meses de vida e da sua certidão batismal, arquivada na Matriz do Pilar, em São João del Rei, assim consta:

"Aos doze dias do mês de novembro de mil setecentos e quarenta e seis anos, na Capela de São Sebastião do Rio Abaixo, o reverendo Padre João Gonçalves, capelão da dita Capela, batizou e pôs os Santos Óleos a Joaquim, filho legítimo de Domingos da Silva Santos e de Antônia da Encarnação Xavier; foram padrinhos Sebastião Ferreira Leitão, e não teve madrinha; do que fiz este assento. O Coadj. T^or Jerônimo da Fon.c.^a Alz."

Em 17 de dezembro de 1755, a instância da Câmara da Vila de São João del Rei, que sempre reivindicara a posse do território à margem direita do Rio das Mortes, na qual banda estava situada a Fazenda do Pombal, o Ouvidor e Corregedor da Comarca do Rio das Mortes, Dr. Francisco José Pinto de Mendonça, procedeu a uma "correição" da demarcação de 1719, pela qual se concedeu legalmente à Vila de São José a posse dos postulados territórios do lado norte do Rio das Mortes.

Por esse motivo, os inventários da mãe e pai de Tiradentes, mortos, respectivamente, em 1755 e 1757, foram praticados no Fórum da Vila de São José. Posteriormente, a partir de 1760, há indícios de retorno à primeira jurisdição que fica, praticamente, consumada nos fins do século XVIII.

Um século mais tarde, em 6 de dezembro de 1889, pelo Decreto n.º 3, do governador mineiro Cesário Alvim, tomando por fundamentação os testamentos dos pais de Joaquim José e atendendo a uma sugestão do líder e propagandista republicano Silva Jardim, a Vila de São José tornava-se "Cidade de Tiradentes".

Mais tarde, isto é, em 30 de dezembro de 1962, emancipava-se o antigo distrito de São João del Rei, Santa Rita do Rio Abaixo, com a insípida denominação de "Ritápolis", em cujos domínios ficava definitivamente situada a localidade do Pombal.

Destarte, são, hoje, três as cidades que disputam a honra de haver sido berço natal de Tiradentes. Nada há, porém, que possa tirar de São João del Rei esse apanágio histórico, conforme muito bem arrazoou Canabrava Barreiros em seu livro *As Vilas de del-Rei e a Cidadania de Tiradentes*. E, conforme, aliás, a declaração do próprio herói que fez constar nos *Autos da Devassa*, quando inquirido, que era *"natural do Pombal, termo da vila de São João Del Rei"*.

6 A VIDA DO HERÓI

*"Por aqui passava um homem,
- e como o povo se ria!*

*que reformava este mundo
de cima da montaria".*

Cecília Meireles

Órfão de ambos os pais, em 1757, repartido o patrimônio, a família de Domingos da Silva Santos e Antônia da Encarnação Xavier, apesar de numerosa, se dispersa. Joaquim José passa a residir na Vila de São José com seu padrinho, o cirurgião dentista Sebastião Ferreira Leitão, com quem aprende os rudimentos da arte de extrair e colocar dentes, daí advindo-lhe a alcunha que o imortalizaria nas páginas de nossa História. E mostrou-se nessa arte, como de resto nas demais que em sua atribulada existência experimental, pendores de responsabilidade e competência, assim registrados por Frei Raimundo de Penaforte: *"Tirava, com efeito, dentes com a mais sutil ligeireza; e ornava a boca de novos dentes, feitos por ele mesmo, que pareciam naturais"*.

Em 1760, depois de, segundo bons indícios, haver freqüentado as escolas de "ler, escrever e contar" das "vilas del-Rei", define seus primeiros planos e parte para aquelas atividades que lhe pareciam mais promissoras: tropeiro, minerador, militar.

Seu ingresso, como praça, na 6.^a Companhia dos Dragões da Capitania de Minas Gerais, força criada em 1719 pelo Conde de Assumar, deu-se no ano de 1775. No ano seguinte essa Companhia fazia junção com o Regimento de Cavalaria, então criado, e foi como alferes desse regimento que Tiradentes tomara parte ostensiva nas confabulações literárias da Pátria, que a história registraria com o desapropriado título de Inconfidência Mineira.

Militar responsável e de confiança, corajoso e cumpridor de seus deveres profissionais, foi, em 1781, nomeado, por D. Maria I, comandante da Patrulha encarregada do Caminho Novo, estrada especialmente perigosa, em face das inúmeras quadrilhas de assaltantes que infestavam e se acoitavam na Mantiqueira. Apesar de receber, nessa situação, o significativo soldo de 24\$000 mensais, vivia em casa alugada em Ouro Preto.

Seu destino não lhe permitiu realizar sua verdadeira paixão amorosa, Ana, sobrinha de Pe. Rolim. Teve, entretanto, outros amores: Eugênia Maria de Jesus e Antônia Maria do Espírito Santo, com as quais, segundo consta gerou, da primeira, um filho de nome João, e, da segunda, uma filha por nome Joaquina.

Em 1787, como, em geral, todo mundo, começa a reclamar de suas condições de vida e da situação da Capitania. Em seus depoimentos dirá mais tarde:

"o fato de ser alferes influiu para transformar-me em conspirador, levado a tanto que fui pelas injustiças que sofri, preterido sempre nas promoções a que tinha direito. Uni minhas amarguras às do povo que eram maiores e foi assim que a idéia de liberdade tomou

conta de mim".

Requeru licença do serviço militar e partiu em busca, ansioso sempre, de outros rumos em sua vida, como minerador, engenheiro e até comerciante. Viajou para o Rio de Janeiro em 2 de março de 1787 e por lá ficou cerca de um ano e meio. Entrou com requerimentos, jamais despachados, para um serviço de captação de água dos rios Andaraí e Maracanã. Segundo recentes pesquisas da historiadora Isolda Helena Brans, teria, ainda nesse ano, viajado à Europa onde talvez integrasse a missão "Vendek" junto ao embaixador americano Thomas Jefferson, nas ruínas de Nîmes, na França.

Ainda durante sua estadia no Rio, em inícios do ano de 1788, encontrou-se com o Dr. José Álvares Maciel, recém-chegado da Europa e entre ambos crescem os anseios de libertação nacional.

"Aquele encontro com Maciel", escreve Luis V. Torres, "dera ao Alferes novo ânimo. Encontrara um rumo para suas idéias. Era voltar a Minas, entender-se com o comandante, mover as tropas. O povo o acompanharia".

Em agosto de 1788 retorna a Minas, integrando o séquito e custódia da Viscondessa de Barbacena, mulher do novo governador, o Visconde de Barbacena. Aqui chegando, apresenta-se a seu comandante e reincorpora-se na qualidade de alferes, em sua anterior profissão militar. Em dezembro desse ano visita pela última vez sua terra natal, São João del Rei, onde, na Rua do Carmo, encontra Antônio da Fonseca Pestana perguntando-lhe *"como lhe ia de utilidades e rendimentos das suas fazendas"*. Ouvida a resposta garantiu-lhe Tiradentes que

"este país era rico, e que a não irem todos os seus haveres e riquezas para fora, seriam grandes as utilidades de todos os seus habitantes, mas que tempo viria em que houvesse alguma sublevação ou levante e ficariam livres da sujeição dos ministros que faziam insolências aos povos e de pararem derramas e outras imposições mais".

Nesse mesmo final de ano, acontecem em Vila Rica as primeiras e efetivas reuniões preparatórias da Conjuração, nas quais Tiradentes toma parte ativa. Transformado em arauto da nobre empreitada, Tiradentes parte, em 10 de março do ano seguinte, para nova viagem ao Rio de Janeiro. Em seu encalço, porém, segue, espionando-o, Silvério dos Reis que acaba por entregá-lo aos soldados do Vice-Rei. A Conjuração havia sido traída e tudo se perdia. Preso em 10 de maio de 1789, Tiradentes passaria três longos anos, em prisão incomunicável, na Ilha das Cobras, respondendo a diversos interrogatórios e acareações.

Numa manhã ensolarada de 21 de abril de 1792, depois de doloroso

processo e aparatoso cortejo, num arremedo de via-sacra, morre enforcado no Campo da Lampadosa, na cidade do Rio de Janeiro, como protomártir da Independência Brasileira.

7 CONCLUSÃO

*"O passado não abre a sua porta
e não pode entender a nossa pena.
Mas, nos campos sem fim que o sonho corta,
vejo uma forma no ar subir serena:
vaga forma, do tempo desprendida.
É a mão do alferes, que de longe acena."*
Cecília Meireles

"Em uma história particularmente carente de homens, Joaquim José da Silva Xavier, impõe-se como uma exceção", escreveu Maxwell a respeito da participação de Tiradentes na Inconfidência Mineira, quase num eco daquilo que teria dito dele seu colega de sonhos e infortúnio, o Cônego Luiz Vieira: *"Tomara que existissem mais homens desta têmpera"*.

De fato, a história humana não é muito fértil em exemplos tais de dedicação, bravura, honestidade, como o de Tiradentes, o único dos inconfidentes que tomou o negócio da conspiração verdadeiramente a sério. *"Desde que na alma lhe caiu a primeira centelha a favor da independência, lavrou o incêndio por tal forma que não se pôde mais apagar",* comenta o insuspeito Vanhagen. Como uma *"labareda em marcha"*, reivindicando para si as tarefas mais ousadas, partiu o *"animoso alferes"* a arregimentar adeptos para a causa da libertação de que se tomara o grande arauto e o destemido apóstolo. *"Andava feito corta-vento",* disse dele o traidor Basílio de Brito Malheiros, pregando com inusitado entusiasmo, por onde quer que passava, a sua proposta de dias melhores. *"Tempo viria, garantia ele a Antônio da Fonseca Pestana, em que houvesse sublevação ou levante e ficariam livres (os brasileiros) da sujeição dos ministros que faziam insolências aos povos"*.

Ninguém o sobrepujou em entusiasmo por uma Pátria independente, livre e republicana. Reclamou para si o maior risco e não há dúvida alguma de que estava disposto a assumi-lo. Revolucionário radical, causava-lhe tristeza ver tíbios e indiferentes os seus ouvintes diante do fogo que lhe abrasava a alma: *"Ah! Se todos quisessem, poderíamos fazer deste país uma grande nação!"* Sobre seus passos de arauto de boas novas deixava sempre a fermentar, em seus ouvintes, uma mensagem de esperança quando dele se despedia prometendo: *"Adeus! Adeus! Que trabalhar vou para todos"*.

Frustrados, porém, os seus generosos sonhos e vendo-se confinado na fortaleza da Ilhas das Cobras, preocupava-lhe a sorte de seus

companheiros e, em seus depoimentos, procurou, de todas as formas, não comprometer ninguém, inocentando de culpa até mesmo aos seus desafetos, como Gonzaga, seu inimigo pessoal. Quando sentiu que já não mais adiantava negar a realidade da conspiração, tomou sobre si a total responsabilidade daquele "nefando crime". "Impávido", afirma Euripo Carmense, *"não se desculpou jamais para merecer a clemência real; agiu sempre sobranceiro e, com dignidade, procurou, generoso, não comprometer a nenhum de seus companheiros de aspiração"*. E quando viu que dez deles iriam consigo à forca suspirou: *"desejava ter mais dez vidas e podê-las dar por todos eles; se Deus me ouvira, eu só morreria e não eles"*. E foi tragicamente belo ver que,

"no meio de todos eles, avultava Tiradentes, tanto mais glorioso e mais sublime quanto maior o seu devotamento pelo povo, quanto maior o seu entusiasmo pela liberdade, quanto mais heróico o seu procedimento com os companheiros, quanto mais iníqua a justiça que o condenou, quanto mais terrível e pavoroso o suplício a que o submeteram" (Lúcio dos Santos).

Um século depois da sua morte, com o advento da República, Tiradentes foi declarado herói nacional. E essa condição do Alferes, reconhece Maxwell, não é injustificada. Em comparação com o de seus companheiros de conspiração, o comportamento de Tiradentes, ao ser interrogado, foi exemplar. Sobre a pusilanimidade dos outros, agiganta-se a firmeza, a nobreza e a coragem de Tiradentes, como exemplo para todos nós. Para todos que nos insurgimos, ou insurgir devíamos, contra a exploração de nossa Pátria pelos interesses alheios do novo "pacto colonial" a que nos submeteram as super-potências estrangeiras que se nutrem impiedosas e vorazes de nosso subdesenvolvimento. Pois esta mesma e não outra era a sua grande mágoa: *"Era pena, dizia, que um país tão rico, e um povo tão generoso, se achasse reduzido à maior miséria, só porque a Europa, como esponja, lhe estivesse chupando toda a subsistência"*.

Mais importante que os acontecimentos que lhe deram origem, Tiradentes permanece um símbolo de nossa luta, da luta do povo brasileiro, pela nossa verdadeira independência, que nos compete consumir, por isso que *"só se consegue conservar o que se logra defender"* (Lúcio dos Santos).

Seu grito generoso, conclamando-nos à luta, continua reboando - prouvera a Deus que não fosse em vão - sobre a imensidade de nosso território, sobre a devastadora espoliação de nossas riquezas, sobre a impiedosa exploração de nossa sofrida gente, pela qual ofereceu sua vida.

Uma grandiosa estátua, bem merecida sem dúvida, lhe foi erigida lá onde, um dia, hastearam, em derrisão, a sua cabeça, na Praça Central da Ouro Preto. Pena que desfiguraram-lhe a verdadeira imagem, dando-lhe as feições de um Deus e representando-o no momento da forca, quando o momento sublime, verdadeiramente épico de sua história, foi aquele em que,

já sem poder negar a culpa da conspiração, nobre, ativo e resoluto bateu no peito e disse aos juizes da alçada: "*Sou eu o culpado, o crime foi todo meu!*". Palavras de coragem verdadeiramente heróica e sublime que lembram as de Niso, celebrado na Eneida, quando louco de dor, corra bradando aos Rútulos que, de armas em punho, avançavam sobre Eurialo, seu amigo:

"Me, me! Adsum qui feci.

In me convertite ferrum, o Rutuli!

Mea fraus omnis, nihil iste, nec ausus, nec potuit;

Caelum hoc et conscia sidera testor!"

(En.IX-427)

("Fui eu, fui eu! Fui eu o responsável.

Para mim apontai vossas armas, ó Rútulos!

Foi minha toda a culpa e não dele que nada fez nem podia.

Por estes céus estrelados eu o juro!")

Sua memória, Tiradentes, "*não dorme no bronze que a gratidão mineira lhe ergueu na Praça Central de Ouro Preto. Ela vive e palpita, e viverá e palpitará sempre, no coração reconhecido da posteridade*", escreveu Lúcio dos Santos, num eco à milenar sentença de Plutarco: "*ninguém há mais digno da imortalidade do que aquele que, com sua morte, contribui para a salvação da Pátria*". Nenhum país, escreveu Luiz Vanderly Torres, "*nenhum país ostenta, nos alicerces de sua liberdade, troféu mais digno e mais trágico do que ostenta o Brasil: o corpo, a honra e o sangue de um filho que morreu para que sua Pátria fosse livre*". E Pátria é, no dizer de Rui Barbosa, "*o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados; a comunhão da lei, da língua e da LIBERDADE*".

**"VITA DIGNISSIMUS EST QUIQUE MORTE SUA PATRIAE
SALUTEM QUERIT!"**

Abstract: *This paper focuses on some aspects of the biography of Alferes Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, his ideals and his participation in the revolutionary movement of Minas Gerais in the 18th century. It analyzes the concept of **Inconfidência Mineira** (the name given to the movement) and the many interpretations of the rebellion.*

8 BIBLIOGRAFIA

*"O mais destemido e forte,
um dia também pergunta,
contemplando a humana sorte,
se aqueles por quem morremos
merecerão a nossa morte?"*

AUTOS de Devassa da Inconfidência de Minas Gerais. Brasília. Câmara dos Deputados. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, Imprensa Oficial, 1978.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A verdade sobre Tiradentes*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *As Vilas Del-Rei e a cidadania de Tiradentes*. Rio de Janeiro: José Olímpio/ INL, 1976.

CARMENSE, Euripo. *O Tiradentes (poema histórico)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1917.

CASTRO, Eduardo Machado de. *A Inconfidência Mineira: narrativa popular*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Ano 6, 1902.

CHIAVENATO, Júlio José. *As várias faces da Inconfidência Mineira*. São Paulo: Contexto, 1989.

FÂRACO, Sérgio. *Tiradentes, a alguma verdade (ainda que tardia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Colonizador/ colonizado: uma relação educativa no movimento da História*. Imprensa Universitária da UFMG, 1985.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1965.

PERRIM, Dimas. *A Inconfidência Mineira causas e conseqüências*. Belo Horizonte: Ed. Júpiter, 1985.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *A Inconfidência Mineira*. São Paulo: Global, 1983.

REVISTA INTERIOR, Ano IV, n.º 34, Ed. especial. SET/OUT de 1990.

SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1927.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *História da Conjuração Mineira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1981.

TORRES, Luiz Wanderley. *Tiradentes, a áspera estrada para a liberdade*. São Paulo: L. Oren, 1977.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1975.

VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

TIRADENTES E OS INCONFIDENTES*

Antônio Marcos Alves
Aspirante a Oficial PM

Resumo: No presente trabalho, o Autor enfoca a Inconfidência, seus antecedentes e o papel nela desempenhado por Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

1 INTRODUÇÃO

O sangue dos inocentes ensopa a terra inteira, desde os seus primórdios. A História está molhada de vermelho, e os heróis se multiplicam, numa luta tantas vezes inglória, para resgatar a mancha do sudário. Principalmente na América, a injustiça causada pela ganância possui o brilho do ouro e a ilusão das esmeraldas. As graças com que o Criador ornou esta Pátria mineira tornaram-se, em vários momentos, motivo de horror e aflição. Por elas agonizou Fernão Dias, por elas humilhou-se o negro acorrentado; por elas desaparecem, nestes dias, o índio e a Amazônia.

Perdido o roteiro das divisas, deploram as Gerais e range os dentes o planeta, na iminência de ver devastada a camada de ozônio que o protege há milênios. Entretanto, é nesses períodos de maior agonia que uma força coletiva começa a acumular-se. Surge, súbito, nascido da gente, um vulto empuçado que ninguém destrói. Caminha na calada, seca as lágrimas e faz com seu tecido uma arma imortal, capaz de não temer a vida nem a morte. Ei-lo de repente, o novo Tiradentes! Num automóvel ou a cavalo, vai dizendo a todos que a liberdade vem logo. Quem o vê, com seus trajes de Alferes, irá testemunhar a coragem sem limites. O romanceiro das cecílias sugerirá às conjurações um triângulo na bandeira e o verso de Vergílio.

Seja Felipe dos Santos, Tiradentes, Cristo, os heróis são flores sempre retornando. E o que incomoda ao opressor é que essa primavera

* 3.º lugar no Concurso de Monografias sobre Tiradentes e a Inconfidência Mineira, promovido pela PMMG.

obedece a um ciclo natural. Salguem-se os terrenos, maldigam-se os poetas, troquem-se os quartos dos heróis pelo quinto, não importa: haverá outra estação. Do solo macerado, das montanhas explodidas, ouve-se clara a voz do conjurado: "*Libertas quae sera tamen*".

E quem quiser saber o que diz a palavra, hoje, é só abrir o ouvido, porque ela está no ar...

2 PANORAMA DO MUNDO NO SÉCULO XVIII: PRELIMINARES HISTÓRICAS

Numa época de prodígios, quando terminava a Idade Média, utilizavam-se a imprensa e a pólvora, fundavam-se universidades, surgia a América. Os escritores, filósofos e pensadores da Idade Clássica eram avidamente lidos e assimilados. Fazia-se necessária a expansão geográfica pelos mares. O tesouro dos astecas, no México, e dos incas, no Peru, assim como a revelação das minas de ouro, no Brasil, despertaram a ambição do europeu. A 13 de agosto de 1521, caía o Império Mexicano, e Cortês fundava a Nova Espanha. O preço dessa conquista foi a destruição de um patrimônio cultural que jamais será resgatado. Os povos aparentemente primitivos guardavam conhecimentos de origem tão remota e construções tão bem elaboradas, que até hoje causam assombro. Em menos de quatro anos, os espanhóis demoliram o trabalho secular dos "filhos do sol", incas e astecas.

A América revelou-se espetacularmente ao mundo. As casas européias passaram a ser habitadas por um sem número de viúvas, cujos maridos se perdiam nos mares e florestas desse novo continente, em busca das riquezas. A enxurrada da fortuna enriquecia a burguesia comercial, no trajeto França/ Inglaterra. O Cristianismo ganhava adeptos que perdera com a Reforma, e miscigenava-se o sangue conquistador com o dos nativos americanos.

Os espanhóis, continuando no trajeto ultramarino, assassinavam índios, exterminavam animais e disseminavam um estado de decomposição moral por todo o continente.

Portugal, mais interessado nas Índias, recebendo escravos da África, pouco proveito viu na nova descoberta. O rei tratou de arrendar a terra cabralina a um rico comerciante lisboeta, D. Fernando de Noronha, por uma importância média de quatro mil cruzados anuais e por um preço renovável de três anos*. Assim, em vez do massacre, nossos índios tiveram inicialmente o apoio do rei e dos jesuítas.

Com o tempo, o índio puro desapareceu. Nóbrega, num documento

* SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil*, p. 54.

de 1551, escrevia a D. João III:

"O sertão está cheio de filhos de cristãos, grandes e pequenos, machos e fêmeas, com viverem e se criarem nos costumes do gentio. Há grandes ódios e bandos. As coisas da Igreja mui mal regidas e as da justiça pelo consequente."

Malgrado essa situação, o conhecimento da terra, em mais de meio século, não ultrapassava a orla das praias. Nenhum investimento lusitano valia a pena, segundo o próprio rei.

Os problemas com as potências marítimas prendiam a atenção dos lusos. O Reino se enforcava, no intento de evitar a concessão de patentes de corso aos súditos, pelas dificuldades de trânsito das naus oficiais e pelas constantes guerras. Mas as grandes potências da época assimilavam o conceito de Grotius do *"mare liberum"*, porque servia aos seus interesses como uma luva. Inglaterra, França e Holanda cobiçavam o ouro e, portanto, fomentavam o uso das patentes. Os mares infestaram-se de piratas, ficando o caminho das Índias, assim como as colônias espanholas e portuguesas, ameaçadas pelos retardatários na repartição dos tesouros.

A dominação portuguesa era incontestável, porque o sentido da colonização era liberal. Sem maiores interesses na terra, o rei não firmou nenhum contrato que visasse à exploração dos bens a serem localizados. Interessava-lhe mais o caminho das Índias e a exploração da costa da África (especiarias, marfim e negros). O comércio do pau-brasil mostrava-se aleatório e insignificante. À medida que foi perdendo para a Holanda grande parte de suas colônias, e dificultando-se o tráfego para o Oriente, o objetivo começou a se modificar. Os sessenta anos de dominação estrangeira foram trágicos, e a Restauração (1640) despertou a nação. Os engenhos brasileiros salvariam a Metrópole. A partir daí, o rei e seus ministros viram a "ilha" de Vera Cruz transformar-se em vastíssimo império, capaz de expulsar os batavos e de defender-se dos corsários. Com recursos que restauraram o erário real, a colônia se fazia um laboratório de raças, com espírito libertário e força suficiente para a prática da liberdade. Uma quase etnia certamente se confrontaria com a Metrópole alienígena, muito em breve. O mameluco, o mulato, o cafuso eram raças nacionais do Novo Mundo, e Portugal passou a ver neles um crescente obstáculo ao liberalismo, além de uma ameaça ao futuro da colônia. Tais problemas não ocorriam com a África.

De fato, a primeira reação nativa sucedeu em São Paulo, com a aclamação de Amador Bueno da Ribeira para rei, embora alguns historiadores vejam no episódio uma reação dos espanhóis residentes contra a Restauração.

Quanto aos acontecimentos reais, D. João IV tornou vigorante as

²² NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*.

Ordenanças do Reino, da época de D. Sebastião. Regredia, refreava, mas a colônia já progredira sessenta anos. Portugal restringia a marcha de sua colônia, mas a população e a riqueza cresciam vertiginosamente.

A Metrópole vivia estacionária. Viviam e fruía dos bens de seu domínio, daí o nascente ódio que começou a interpor-se entre os nacionais e os que vinham de fora. Os portugueses chamavam "a cabrada" aos descendentes de branco e negro, e os brasileiros chamavam aos portugueses "mascates", "emboabas", "marotos", "pés de chumbo". Os brasileiros podiam ser "mazombos", "pés rapados". Os portugueses, "reinóis", "ilhéus" ou "galegos". Tais alcunhas eram oriundas do século XVII. Distinções e rivalidades, espírito de independência, contra a opressão vinda de fora: esses os sentimentos mais comuns entre os habitantes da América. Em Pernambuco e Maranhão, reconhecia-se o domínio holandês no Brasil (1642), o que incentivava a defesa de dentro para fora do país. O "boca do inferno", Gregório de Matos Guerra (1623/1696), satiriza os estrangeiros e revela o amadurecimento do povo para a liberdade:

*"Que os brasileiros são bestas
E estão sempre a trabalhar
Toda vida para manter
maganos de Portugal".*

A lira de Gregório jamais poupou as bazófilas dos peninsulares. O clero, os nobres, os comerciantes, todos eram merecedores de seus comentários apimentados.

Nesse momento histórico, repontam no cenário Vicente de Salvador, Bento Teixeira Pinto, Manuel de Moraes, Diogo Gomes Carneiro, Vidal de Negreiros, Amador Bueno. Todos eles são produtos genuínos do Brasil que desponta.

O taubateano cognominado "o jauguara" (ou "cachorro bravo")^{*} descia as ruas de São João del Rei, a cavalo, esbravejando contra os forasteiros que atropelavam as minas de ouro dos paulistas (finais do século XVII e início do século XVIII).

Iniciando o século XVIII, três centros de produção de ouro (Minas, Cuiabá e Goiás) e um de diamante (o Tejuco) são descobertos. A Metrópole sofre mutações com essa descoberta, impondo tributos, impostos, fechando a colônia ao comércio do mundo, abrindo monopólios absurdos. Por esse motivo, explodem revoluções de caráter autonomista. No Maranhão

^{*} CARVALHO, Ronald. *Pequena história da literatura brasileira*. p. 108.

^{**} TAUNAY, Alfonso de E. *Relatos Sertanistas*, p. 97

(24/2/1684), irrompe um movimento chefiado pelo português Manuel Bekman contra o monopólio da Companhia do Comércio do Maranhão. O motim triunfou, mas Portugal prendeu os revolucionários no ano seguinte. Beckman foi enforcado aos 2/11/1685, por causa da traição de seu afilhado e protegido, Lázaro de Melo.

Em 1682, irrompe um movimento na Bahia, quando o alcaide-mor Francisco Teles de Menezes, despótico e rancoroso, foi assassinado. O povo se colocou ao lado do assassino, sendo presos, na ocasião, vários jesuítas. Membros de famílias distintas foram presos, e a Bahia se levantou. Seguiram-se a Guerra dos Mascates (em Pernambuco) a Guerra dos Emboabas (em Minas Gerais), a invasão de Du Guay Trouin (no Rio de Janeiro). Essas três manifestações estenderam-se de 1706 a 1711.

O episódio em que foi morto Felipe dos Santos merece destaque, principalmente pela localização geográfica. Por uma carta de Vila Rica, soube o Conde de Assumar que haveria um grande motim em que ele seria expulso e nomeado um governador entre os revoltosos. O conde entrou em Vila Rica, trazendo escoltados muitos dos sediciosos, companheiros de Felipe dos Santos, e este foi executado.

Coube aos bandeirantes assistir à instalação do despotismo da Coroa em Minas. Cinco modalidades de impostos foram cobrados aos faiscadores. O fausto e o luxo insensatos modificavam a simplicidade dos hábitos dos portugueses. As riquezas jorravam das montanhas mineiras para a Corte ávida de fortuna. Os cofres estavam arruinados, as caravelas imprestáveis, as fortalezas mantinham-se desguarnecidas. Portugal não podia manter aberto o caminho das Índias. Nessas condições, o ouro brasileiro era uma dádiva. A madeira, o fumo, o açúcar, os minérios atendiam generosamente às necessidades da Coroa. Mas sobre o vasto território, nenhuma universidade ou escola de nível médio. Os jovens iam estudar na Europa, separando-se das famílias durante todo o período de estudos. É que dominava o pensamento de D. Diogo Meneses (1608), esclarecendo a Felipe II que haveria perdas nos investimentos na América: *"A perda que V.M. há de ter de sua fazenda (...) será um mal que não se poderá remediar"*.

Portugal (feliz ou infelizmente) não tinha inimigos na Inglaterra, mas a Espanha era sua tradicional opositora. A lenda do El Dorado desviava a Inglaterra das pretensões ao sul do Equador, e o Brasil continuava nas mãos portuguesas. Após a Restauração (1640), a Rainha Regente de Portugal, D. Luísa de Gusmão, realizou o casamento de sua filha, D. Catarina, com Carlos II, da Inglaterra, e um tratado é firmado entre a Grã-Bretanha e Portugal (23/6/1661), segundo o qual um contingente inglês permaneceria na Metrópole, e a esquadra Britânica ajudaria na defesa do reino, contra seus

* GARCIA, Rodolfo. *História política e administrativa do Brasil*, p. 150.

inimigos. Por esse documento, Portugal pagaria bem caro. Deixou de industrializar-se, enquanto o aliado crescia através da América, da África, da Índia e de todos os pontos da terra onde tremulasse a bandeira lusitana.

Agora, na América, as noções de liberdade e independência vigoravam, segundo a concepção filosófica da Declaração da Independência dos Estados Unidos (7/4/1776). As revoluções francesa e inglesa, a primeira de caráter político e a segunda eminentemente industrial, resultaram na ascensão da burguesia liberal ao poder e na queda dos antigos regimes feudais e absolutistas, baseados no mercantilismo e sustentados pela aristocracia decadente. Esse quadro histórico suscitou o debate entre antigos e modernos, contrapondo a tradição ao progresso. O conceito de progresso como um *continuum*, decorrente da evolução da tecnologia e do conhecimento científico, veio a fundamentar a ideologia burguesa desenvolvimentista, racionalizante e secularizada. O Iluminismo iniciou-se em torno de 1680. Foi também denominado Ilustração e logo se difundiu pelos países do norte da Europa. Esse movimento originou-se do racionalismo de Descartes, embora seus verdadeiros fundadores tenham sido Isaac Newton e John Locke. Essa revolução tivera seu escopo na Renascença, concentrando-se nas ciências físicas. Em 1687, Newton publicara a Lei da Gravitação Universal, baseada em Galileu. Estabelecia um só princípio unificador para todo o mundo material e afastava as dúvidas referentes à validade da hipótese copernicana, dando ao estudo da mecânica celeste sólidas bases científicas.

Durante a Revolução Industrial, os progressos dos fenômenos elétricos e químicos (Lavoisier) somam-se ao desenvolvimento dos meios de transporte, entre eles a máquina de vapor.

Quanto à filosofia e à arte, a oposição à ética e ao gosto cortesão proveio do emocionalismo e naturalismo de Rousseau e de Richardson, assim como do racionalismo e classicismo de Lessing, Winckelman e Voltaire.

O século XVIII foi político, e as idéias de igualdade, fraternidade, liberdade emanavam da França. Dizia Rousseau:

"O homem nasce livre e por toda parte geme nos ferros; o que julga senhorear os outros é de todos o maior escravo". Ao que replicava Voltaire: *"Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte vosso direito de dizê-lo".**

Concluindo, as idéias de libertação ocorrem muito mais como concepção filosófica, tal como a da Declaração de Independência dos Estados Unidos, do que como sentimento de oposição aos dominadores. Mas a coincidência dá um produto excelente e ruidoso.

* TORRES, Luíz Wanderley. *Tiradentes, a áspera estrada para a liberdade*, p. 71.

3 CONCLUSÕES SOBRE A INTOLERÂNCIA DOS SOBERANOS

O ambiente em que se passam os eventos da Inconfidência Mineira e os fatos sociais que a motivam levam-nos a algumas reflexões importantes sobre a intolerância absolutista.

Na peça *Antígona*, de Sófocles, a personagem é vítima da inflexibilidade emocional de Creonte, o que leva a um fim nefasto e doloroso. O rei, por sua vez, também se vê preso nos laços da própria desrazão, pois quis o destino que seu filho amasse Antígona e, por conseguinte, vendo-a morta entre os rochedos, suicida-se. A seqüência trágica será a morte da rainha e a solidão absoluta do rei Creonte, por não perdoar Antígona do crime de enterrar o irmão Polínice.

Foi a intolerância que levou Ricardo III aos mais hediondos crimes. Nero, Hitler e tantos governantes da atualidade tiranizaram o povo por motivos variados, mas todos resumíveis nessa palavra: intolerância. Um grão de sabedoria teria evitado o morticínio de milhões de criaturas, porém essa partícula mínima depende do movimento de dobrar-se, e os potentados jamais aceitaram sua condição de caniço pensante. Os Távora, em Portugal, os Pazzi, na Itália, Copérnico, Sócrates, nenhum mereceu dos seus juizes uma gota de misericórdia, e o mundo vai caminhando mais lentamente do que se eles o houvessem conduzido.

A intolerância tem um fundamento: o poder. A manutenção do poder a qualquer custo produz guerras mundiais, separa as nações, enforca o Tiradentes. E há sempre adjetivo piedoso para justificar e aplaudir a ação dos governantes. Assim, a Inglaterra intolerante levou o ouro, as riquezas de Portugal, condenou uma ação nobre, nomeando-a infame. Não fosse o medo de D. Maria I e de todos os reis de perder o poder, e a riqueza do Brasil teria pouca ou nenhuma importância. A riqueza não significava em si a "riqueza", mas era signo de poder, e esse poder alcançava um nível de liquidez muito grande no Brasil. Então a vigilância e controle tornaram-se prioritários, a fim de evitar-se o avanço da nascente nacionalidade brasileira.

Por causa da intolerância, os inconfidentes foram condenados, suas famílias e seus bens desconstituídos e o horror espalhado pelas Minas Gerais. As bravas mulheres, como Bárbara Heliodora e Marília, ensandeceram sós, sabendo de seus maridos, intelectuais, poetas ou promissores cidadãos, perdidos na Ilha das Cobras.

Que nos sirva o exemplo desses heróis mortos pela simples razão de faltarem à Misericordiosíssima soberana os atributos da tolerância e da compreensão do que é a palavra terrível: PODER.

4 OS PRIMEIROS SINAIS DA BORRASCA

Uma lei extinta de 8 de agosto de 1618 foi retirada da poeira e

Portugal passou a exigir 20% de todo o produto extraído pelos escravos e faiscadores. Era o "quinto" do "bruto", sob pena de confisco, degrado ou perda total dos bens. Os delatores teriam a metade do produto apreendido em mãos dos contrabandistas, e as tramas, denúncias, ambições e invejas mais absurdas encontraram estímulo oficial.

A 9 de novembro de 1709 é criada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, sendo nomeado governador Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho. Ele criou as Vilas de Nossa Senhora do Carmo (Mariana) aos 8 de abril de 1711; Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Albuquerque (depois Ouro Preto) aos 9 de julho de 1711; Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, aos 17 de julho de 1771. Aos 2 de dezembro de 1720, desmembra-se da de São Paulo a Capitania das Minas Gerais, tendo como governador D. Lourenço de Almeida.

Criou-se inicialmente um imposto sobre cada escravo que estivesse na bateia, explorando as minas. Seus donos pagariam por cada escravo uma quantia de oitavas. Na época de D. Braz da Silveira, que o sucedeu (31/8/1713), rendia esse sistema, por ano, 25 arrobas de ouro puro para a Coroa. Em suma, 375 quilos livres.

Manuel Nunes Vieira e Manuel Rodrigues Soares protestaram e os paulistas também. Jerônimo Pedroso ensaiou a Cobrança e foi ferido de morte. Seu irmão Valentim Pedroso, perdeu a vida.

O conde de Assumar, governando, enfrentou diversos motins, principalmente em Vila Rica, por causa de ameaças da "derrama". A confusão na cobrança causava falências, e só o desonesto e o contrabandista salvaram-se.

Por alvará da Rainha (5/1/1785) foi proibida a manufatura de objetos de ouro, prata, sedas, algodão, linha e lã, excetuando-se apenas as fazendas grossas de algodão, destinadas aos escravos. Os filhos da terra formavam batalhões e defendiam a Colônia das invasões dos corsários. As gazetas, os livros, até as conversas sobre o que ocorria no mundo eram absolutamente proibidos. Quem tivesse notícias de revoltas e não as delatasse era considerado tão culpado quanto o revoltoso.

Para evitar extravio de ouro, quatro intendentes e quatro fiscais foram nomeados para as Casas de Fundição, além de dois intendentes e igual número de fiscais nos portos do Rio e Bahia. Foi permitida, em absoluto segredo, a denúncia, até que, mais ou menos em 1752, as minas começaram a entrar em decadência. O ouro das Minas Gerais, por ser de aluvião, era superficial, e não duraria muito.

Pombal governou enquanto reinou D. José I (31/7/1750 a 24/2/1777). O próprio rei temia o Ministro e o adulava. Seu punho forte retirou Portugal da degradação e, até cruel, foi o Marquês quem criou uma época na história de Portugal. Os nobres viram-se acuados, a religião perseguida, na figura dos jesuítas, o ensino transformado em suas bases, o comércio com novos

métodos e o país reposto na estrada do prestígio internacional. No meio do fumo e da poeira dos sismos, pôs a nação portuguesa de pé.

Com a morte de D. José, subiu ao trono D. Maria I. Voltaram os hábitos da época de D. João V, quanto à beatice e aos vícios da nobreza luxuriosa e decadente.

Sebastião José, como era agora chamado, era um homem acuado por um bando que exigia sua punição. A rainha, embora antipatizasse com o Marquês de Pombal, manteve-lhe as honrarias e permitiu que residisse na sua quinta.

Enfraquecia a autoridade, e a nobreza tinha, como rainha, uma louca. Foi nesse clima que a independência dos Estados Unidos começou a causar forte impressão na Europa e nas colônias européias da América. Cerca de trinta vezes aparece citado o nome da América Inglesa nos Autos da Devassa da Inconfidência. Sua influência em Minas é marcante; um estudante do Rio de Janeiro, que morava na Rua da Ajuda, encontrou-se com Thomas Jefferson. Escreveu-lhe uma carta despretensiosa, dizendo-lhe que precisavam falar sobre o Brasil. Eis que lhe chega, um dia, a resposta de Thomas. O encontro foi marcado, e a conversa, realizada, embora não ultrapassasse os limites de simples palestra. O nome desse estudante era Joaquim da Maya, e a primeira carta foi datada de 2 de outubro de 1786. A segunda carta de Maya a Jefferson leva a data de 16 de outubro, e a resposta viria aos 26 de dezembro de 1786, saída de Paris.

Já desconfiava a Metrópole de algum movimento, principalmente pelo auxílio externo que parecia estar chegando. Tendo ocorrido uma derrama em 1768, ninguém escapou. Seculares, religiosos, o povo em geral e até o governador, todos gemeram, mas pagaram caro. E em 1769, veio outra derrama. Silvério dos Reis devia 220:423\$149 à Coroa. Esse dinheiro seriam os seus trinta dinheiros.

Para compreensão dos fatos que culminaram na execução de Tiradentes, necessitamos analisar outros fatos que se seguiram.

Governador da Capitania

A atividade do D. Rodrigo José de Meneses concentrou-se em construir uma cadeia para prender quilombolas e vê-los gemer sob o peso das "gargalheiras" no pescoço. Hoje esse presídio é a sede do Museu da Inconfidência Mineira.

O "Fanfarrão" governou até 11/7/1788, quando Luiz Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça, o Visconde de Barbacena, o substituiu.

Apesar das humilhações impostas ao povo, não houve revolta ostensiva durante o seu governo.

A 11 de julho de 1788, assumiu o poder o Visconde de Barbacena. Informou que trazia "instruções" secretas para a cobrança dos impostos

atrasados e "deixar tudo de rasto". O montante do quinto não era apenas de 16 arrobas, como em 1763, mas somava 596. A cada habitante tocariam oito oitavas. Domingos de Abreu Vieira, João de Souza Lisboa, Domingos Ferreira da Veiga, João Rodrigues de Macedo, Joaquim Silvério dos Reis "iriam ficar a pé".

D. Rodrigo José de Meneses foi um administrador sensato, sendo substituído por Luíz da Cunha Menezes, o "Fanfarrão Minésio". Nesse tempo, começaram a circular em Vila Rica as famosas *Cartas Chilenas*. São doze cartas assinadas por Critilo e dirigidas a um amigo, Doroteu. A sátira é o processo constante, mas o tom é mais jocoso que azedo!

*"Amigo Doroteu, prezado amigo,
abre os olhos, boceja, estende os braços
e limpa das pestanas carregadas
o pegajoso humor, que o sono ajunta.
Critilo, o teu Critilo, é quem te chama;
ergue a cabeça da engomada fronha
acorda, se ouvir queres cousas raras."*

As "cousas raras" descrevem o mundo às avessas, o Chile (isto é, Minas) à mercê do Fanfarrão Minésio:

*"então verás leões com pés de pato.
Verás voarem tigres e camelos.
Verás partirem homens, e nadarem
os roliços penedos sobre as ondas."*

Fanfarrão ora evoca Sancho Pança, escanchado no Rocinante, a dar sentenças, ora Nero, piedoso e envaidecido no trato com os súditos. Na Carta Terceira, enfoca-se o "Velho Alcimodante" entre seus alfarrábios (Cláudio Manoel da Costa) e do terno Floridoro.

A fluência do decassílabo marca os abusos do mau político, chamado "caduco Adônis", durante os esponsais de D. João e D. Carlota Joaquina.

A denúncia de Critilo é pautada de piedade pelos negros, não incriminando as santas leis do Reino.^{***}

As *Cartas Chilenas* deixaram dúvidas quanto à autoria por mais de um século. Em favor de Cláudio Manuel da Costa coloca-se Caio de Melo Franco, e provando definitivamente a autoria de Gonzaga, colocaram-se

* Cf. TORRES, Wanderley. *Tiradentes*, p. 170.

** Cf. BOSI, Alfredo. *História concisa de literatura brasileira*, p. 83.

*** Id., ib.

Manoel Bandeira e Rodrigues Lapa.*

Na época do desastrado Luíz da Cunha Meneses, começou o Alferes a pensar em liberdade.”

Encontrou, enfim, um moço dez ou onze anos menos que ele, Joaquim Silvério dos Reis Montenegro, tipo baixo, grosso, solteiro. Era filho do Capitão José Antônio dos Reis Montenegro e Jerônima de Almeida, português ele, nascido em Leiria. Residia Silvério no Arraial da Igreja Nova, na Borda do Campo (hoje Barbacena). Era Coronel de um Regimento de Cavalaria Auxiliar e proprietário de muitas fazendas e 200 escravos. Devia muito à Coroa, em virtude de um contrato de "entradas". Para merecer o perdão da dívida, teria de prestar um grande serviço à rainha. Então, deu de fazer elogios ao país, espalhando nos espíritos a concepção de liberdade do Alferes.

Tiradentes, como diz Cecília Meireles, no *Romanceiro da Inconfidência*, contava aos ventos seus ideais. Bradava ditos e expressões terríveis nas tabernas, nos quartéis, entre os colegas de farda.

No Rio de Janeiro, Tiradentes conheceu José Álvares Maciel, que lhe traduziu livros e falou de idéias políticas. Ao voltar, animado, nem os padres escapavam ao seu convite. Até os pretos e mulatos começavam a mofar dos reinóis, que haviam chegado com o Visconde.”

Joaquim José da Silva Xavier nasceu na Fazenda Pombal, município de São João del Rei, Minas Gerais, em 1746. A fazenda pertencia a seu pai, Domingos da Silva dos Santos. Foi batizado aos 12/11/1746**** na Capela de São Sebastião do Rio Abaixo. Oficiou o ato o padre João Gonçalves Chaves, capelão da Capela. Foram seus pais Domingos da Silva dos Santos, português, e Antônia da Encarnação Xavier, brasileira. Seus avós, por parte de pai, foram André da Silva e Mariana da Mata Silva, portugueses. Por parte de mãe, Domingos Xavier Fernandes, português, e Maria de Oliveira Sá (ou Colaça), natural de São Paulo. Eram seus irmãos: Domingos da Silva Xavier, depois padre; Maria (depois Maria Vitória de Jesus Xavier); Antônio (depois Padre Antônio da Silva dos Santos); José (depois Capitão José da Silva dos Santos); Eufrásia (depois Eufrásia Maria da Assunção); Antônia (depois Antônia Rita de Jesus Xavier).

Quando nasceu Tiradentes, era rei de Portugal D. João V. Governava a Capitania o Capitão-General Gomes Freire de Andrade, futuro

* MELO FRANCO, Caio de. *O inconfidente Cláudio Manoel da Costa*.

** *Autos*, vol. I, p. 139.

*** *Autos*, vol. III, p. 447.

**** GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil*, 1956.

Conde de Bobadela, homem sensato e severo de atitudes.

A fazenda Pombal ficava à margem direita do lendário Rio das Mortes. Trinta e poucos anos antes, ali se desenrolava a Guerra dos Emboabas. Ali perto, estava o Capão da Traição, onde a 15 de fevereiro de 1709 os paulistas foram traídos e imolados pelo emboaba Bento do Amaral Coutinho. Do alpendre se ouviam os sinos das Igrejas de Santa Rita do Rio Abaixo. Tinha dois pavimentos, alpendre largo e comprido à frente e na parte superior, dando para o rio. Em cima, ficavam os cômodos da família; embaixo, as acomodações para as ferramentas. Trinta e cinco escravos trabalhavam em serviços variados, especialmente na mineração e na abertura de córregos e regos. A uns quarenta passos, encontravam-se as senzalas e cozinhas coletivas, com uma calha de água encanada em troncos de coqueiro divididos ao meio. Próximo, na Ponta do Morro, a terra manava ouro sem fim.

Domingos trabalhava como minerador, depois de ter sido almotacé. A mulher educava os filhos, pois era alfabetizada.

Joaquim José tinha boa letra, segundo alguns recibos e petições por ele firmados. A correção idiomática revela prática de escola, tendo certamente ultrapassado o primário de hoje. Andava sobraçando um livro em francês e pediu ao colega de farda, Francisco Xavier Machado, que lhe traduzisse uns trechos. A mesma testemunha que o viu com tais livros disse que levou uns livros ingleses ao sargento-mor Simão Pires Sardinha, para que traduzisse certas passagens sobre a América do Norte. O próprio Alferes confessou ter pedido a Salvador do Amaral Gurgel, em Vila Rica, um dicionário de francês. Inúmeras passagens da Devassa mostram-no com instrução superior, com a atenção voltada para assuntos de cultura, quando a ignorância grassava. O padre José Lopes de Oliveira chamava-o de "gramaticão". O padrinho, Sebastião Ferreira Leitão, lhe ensinou o ofício de pôr e tirar dentes.***

Aos nove anos (6/12/1755) ficou órfão de mãe. Talvez por essa razão possuísse uns olhos arregalados, cheios de constante espanto.

Sebastião Ferreira Leitão, o padrinho, era cirurgião licenciado e clinicava na Vila e nos arredores. Extraía dentes e fazia substitutos muito bons, na maioria de ossos. O Alferes, que tentara a mineração num local chamado Rocinha Negra, chegou a possuir oito sesmarias, mas não foi feliz

* *Autos*, Vol. I, p. 143.

** *Autos*, Vol. IV, p. 65.

*** *Autos*, Vol. V, p. 109.

**** *Autos*, Vol. IV, p. 96.

em suas profissões. Foi tropeiro, ainda jovem. Nessa época, defendeu um escravo da ira de seu senhor. Foi preso. Também esteve na Bahia de onde trouxe idéias maçônicas*. Entretanto, estranhamente, não aparece nas Devassas a menor alusão à Maçonaria.

Tiradentes foi militar e iniciou sua carreira no posto de Alferes. Em 1781, foi nomeado pela rainha, D. Maria I, comandante da patrulha do Caminho Novo. Por essa estrada passavam o ouro e o diamante, através do contrabando. Saíam cargas preciosas dos tributos e rendimentos da Coroa.

Tiradentes, elegantemente fardado, namorou uma moça de nome Ana, sobrinha do padre José da Silva de Oliveira Rolim. Ela tinha quinze ou dezesseis anos, e ele, trinta e cinco. Há uma referência a Ana nos Autos da Inconfidência." A moça já havia sido prometida a um tal José Ferreira, do Sabará.

Tiradentes morreu solteiro, aos quarenta e cinco anos e alguns meses. Teve uma filha com uma pobre viúva, dos arredores de Vila Rica. A filha chamava-se Joaquina. Talvez tenha tido um filho, talvez João de Almeida Beltrão. Quando da execução do Alferes, seu nome foi trocado, e João se casou, mais tarde, com Maria Francisca da Silva. Em, 1922, ainda vivia em Indaiá um tal de Belchior, seu descendente.

5 TAL DIA É O BATIZADO

O governador seria surpreendido sem tropas, sem munição, e o povo estaria livre da cobrança executiva. Bandos percorreriam vilas, aldeias e arraiais, convocando voluntários à adesão, enquanto Gonzaga, Alvarenga e talvez Francisco de Paula assumiriam o poder. E enquanto explodia o levante em Vila Rica, os demais conjurados acorreriam de vários pontos, com pistolas escondidas, e confraternizariam com as tropas de Francisco de Paula. Guarnições bem equipadas iriam para os piquetes da serra, para tomarem o caminho do Rio. Para o Rio iriam tropas que se confraternizariam com as que fossem faladas por Luís Vaz de Toledo Piza. Se as tropas mandadas em contrário fossem em maior número, os revolucionários ofereceriam um soldo de meia pataca para que aderissem. Conseguindo o poder e fundada a República, as dívidas seriam perdoadas. O ouro seria comprado a 1\$500, em vez da cotação que lhe dava a intendência, de 1\$200. A capital iria para São João del Rei, e em Vila Rica seria criada uma universidade. Todo mundo poderia usar qualquer tipo de tecido, e fábricas seriam criadas.

* SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 197.

** *Autos*, vol. II, p. 293, 294, 461, 475.

A historiografia que analisa o conteúdo ideológico da Inconfidência afirma que, zeloso de manter o fundamento jurídico da propriedade, os dissidentes de Vila Rica não pretendiam abolir a escravatura caso vingasse o levante. A opinião era partilhada pelos inconfidentes, exceto o mais radical dentre eles, o padre Carlos Correia de Toledo e Melo. Em Tomás Antônio Gonzaga existe uma profissão de fé proprietista, em várias líras.^{*} Na verdade, a inconfidência não era uma revolta de poetas, mas um movimento autêntico, bem distribuído por toda a Capitania.

Eram cerca de vinte e nove os conjurados. Em janeiro de 1789, achavam-se em Vila Rica Carlos Correia de Toledo e Melo, Alvarenga Peixoto, Padre Oliveira Rolim, Álvares Maciel e o Alferes Joaquim José da Silva Xavier. Tiradentes informava que no Rio muitos negociantes e particulares queriam se anteceder a Minas e fazer a revolução.

Foi discutida a alegoria da bandeira. Teria um triângulo, homenagem de Tiradentes à Santíssima Trindade, protetora da Nova República. As armas também foram discutidas. Alvarenga se lembrou do verso virgiliano "Libertas que sera tamen". Os duzentos escravos de Silvério estariam a postos na estrada do Rio e da Campanha avançaria Alvarenga com seus duzentos "pés rapados".

Tiradentes iniciaria o golpe, subjugando a guarda na Cachoeira, quando o governador estivesse jantando com a família. Invadindo o palácio, prendia-o ou matava-o. Francisco de Paula deu a senha: "Tal dia é o batizado". Tudo prometia dar certo.

Entretanto, no dia 15/3/1789, Silvério dos Reis pôs tudo a perder. Narrou detalhadamente o processo da Conjuração, aumentando pontos, envolvendo inimigos, acusando os amigos íntimos. O governador tratou de agir rápido, sob pena de se ver também envolvido no crime de lesa-majestade. Aos 25 de março, seguia uma carta para o vice-rei, informando os detalhes da articulação do movimento. Iniciava-se um processo que duraria três anos.

6 SOBRE POETAS E CONJURADOS

Tiradentes havia fugido. Por três dias as buscas continuaram. Luís de Vasconcelos se impacientava, e o Alferes não era encontrado. Só foi localizado quando se encontrou com o padre Domingos Fernandes e lhe pediu que fosse ao encontro de Silvério dos Reis, seu verdadeiro amigo, para saber notícias de Minas.^{**}

^{*} BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*, p. 67.

^{**} *Autos*, vol. V. p. 164

A denúncia de Silvério iria pôr a perder as famílias dos inconfidentes. Quanto a Tiradentes, seria enforcado, esquartejado, além de outras penas mais que atingiriam sua descendência. Só o delator ganharia o perdão da dívida para com o erário e receberia uma pensão de 400\$000 anuais, extensivos à família.

A prisão do padre e a descoberta do esconderijo foram rápidas. Tiradentes foi preso na Rua dos Latoeiros, na casa de Domingos Fernandes.

O Visconde de Barbacena mandou prender os suspeitos, conforme as delações que recebera. O tenente Antônio Dias Coelho seguiu para o Rio das Mortes com a incumbência de prender Alvarenga, o sargento-mor Luís Vaz, Carlos Correia e Oliveira Lopes.

Na manhã de 21 de maio, "*estando ainda deitado*", foi preso Gonzaga. Foram detidos também Domingos de Abreu Vieira, o padre José Lopes de Oliveira e, dias depois, o coronel José Aires Gomes. Alvarenga foi preso em São João del Rei, quando se achava de partida para a Campanha do Rio Verde. Foi mandado chamar a quartel pelo tenente Dias Gomes. O tenente-coronel Francisco de Paula foi posto na prisão "*aos empurrões*". Luís Vaz e o Coronel Francisco Antônio fugiram, mas foram posteriormente encarcerados na cadeia pública de Vila Rica. Em junho, o inglês Nicolau Jorge, de 32 anos, natural da Irlanda, foi preso porque gostava de conversar com o padre Luís Vieira. Seu crime: era inglês. A seguir, foi preso o padre Rolim. Cláudio Manuel da Costa foi interrogado a 2/7/1789. Dois dias depois, foi encontrado morto na prisão. Suicídio ou assassinato? O livro *Em liberdade*, de Silviano Santiago, constrói a segunda hipótese e trabalha sobre ela de maneira deveras interessante.

A rainha foi considerada "Piedosa", pois a real pena deveria ser a mesma aplicada sobre os Távora: quebrados os ossos primeiramente, pela maça, e depois, o esquartejamento. Entretanto, só o Tiradentes foi condenado à força.

Eram réus de inconfidência os seguintes indicados:

- 1 . Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade
- 2 . Coronel Inácio José de Alvarenga
- 3 . Desembargador Tomás Antônio Gonzaga
- 4 . Coronel José Aires Gomes
- 5 . Sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza
- 6 . Capitão José de Resende Costa (pai)
- 7 . Alferes Joaquim José da Silva Xavier
- 8 . Capitão Vicente Vieira da Mota

* Autos, vol. IV, p. 248

** Autos, vol. II, p. 218

9. Faustino Soares de Araújo
10. Manoel da Costa Capanema
11. José Álvares Maciel
12. Domingos Vidal de Barbosa
13. Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes
14. João da Costa Rodrigues
15. José Martins Borges
16. Tenente-Coronel Domingos de Abreu Vieira, com um escravo
17. José de Resende Costa (filho)
18. Capitão José Dias da Mota
19. Tenente Fernando José Ribeiro
20. Salvador Carvalho do Amaral Gurgel
21. Antônio de Oliveira Lopes
22. João Francisco das Chagas
23. Vitoriano Gonçalves Veloso
24. Alexandre, pardo, escravo do padre José da Silva
25. Domingos Fernandes da Cruz
26. Manoel José de Miranda

Réus já falecidos:

1. Capitão Manoel Joaquim de Sá Pinto do Rêgo Fortes
2. Cláudio Manuel da Costa
3. Francisco José de Melo

Réus eclesiásticos:

1. Carlos Correia de Toledo e Melo
2. José da Silva de Oliveira Rolim
3. Luis Vieira da Silva
4. Manoel Rodrigues da Costa
5. José Lopes de Oliveira

Envolveram-se na Inconfidência Mineira os mais importantes poetas da época, entre os quais Cláudio Manuel da Costa.

Sua formação literária portuguesa e italiana e o talento de versejar compuseram em Glauceste Satúrnio (Cláudio) o perfil de um arcade. Tomás Antônio Gonzaga considerava-o mentor na arte de escrever. Os cem sonetos de Cláudio (dos quais quatorze em italiano de cunho metastasiano) compõem o cancionero de prados e rios, montes e vales mineiros. Chamava a natureza

Cf. TORRES, Luis Wanderley. *Tiradentes*, p. 336

para consolo dos próprios males e sua situação existencial se identificava com essa complexidade natural.

Cláudio é, sem dúvida, um poeta menos brasileiro que Tomás Antônio Gonzaga, que nasceu no Porto. O trauma da mudança não se traduziu apenas nas ninfas. A publicação de suas *Obras* (1768) marca, também seu ingresso no mundo das letras. O *Vila Rica* (1773) foi obra de emulação com o *Uruguai* (1769), de Basílio da Gama.

Traços de nativismo acham-se na obra exígua de Alvarenga Peixoto. Escreveu como neoclássico, fazendo também poemas laudatórios, com entusiasmo sincero, ao louvar Pombal, mas por urgência do indulto, no caso de D. Maria I.

Ao Marquês dedicou uma trabalhada Ode, sobre o tema do herói pacífico. Ao quadro da guerra ("o horror, o estrago, o susto") o poeta contrapõe o labor e a ordem, conforme a paisagem mítica da Arcádia.

Alvarenga Peixoto combina a loa do progressismo com a aceitação do governo forte. Quer o déspota ilustrado. Nas oitavas do "*Canto Genetliaco*", escrito em 1782, quando nasceu o filho do governador das Minas, o nativismo se funde ao poder luso.

Preso na Ilha das Cobras, a negação sistemática de ter participado no movimento levou-o a extremos de subserviência a D. Maria I, pela boca do índio Pão-de-Açúcar:

*"Sou vassalo, sou leal;
como tal,
fiel, constante,
sirvo à glória da imperante,
sirvo à grandeza real.
Aos Elísios descerei,
fiel sempre a Portugal,
ao famoso Vice-Rei,
ao ilustre general,
às bandeiras que jurei."*

Na "*Ode a D. Maria*", o índio dá à Inconfidência uma dimensão luso-brasileira. Dos poemas descobertos por Rodrigues Lapa, muitos são pré-românticos.

Quanto a Tomás Antônio Gonzaga, há um homem de letras jurídicas e um de alta burguesia no *Tratado de Direito Natural*, escrito com o intuito de galgar um posto na Universidade de Coimbra. Viveu toda a vida metido em ofícios e pareceres. Sua perícia lhe valeu posições de prestígio, mesmo

* Cf. LAPA, Rodrigues. *Vida e Obra de Alvarenga Peixoto*, 1960.

** BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*, p. 85.

quando exilado em Moçambique. Mas houve, no quarentão prático e prudente, um lírico que a inclinação por Marília fez despertar e um satírico a quem picaram os desmandos de um tiranete. Correm lendas sobre o enamorado perpétuo, o rebelde amigo de Tiradentes. O homem que enlouqueceu no degredo. As líras, os rondós e os madrigais ordenavam melancolicamente um universo reduzido de emoções. Escreveu tão galantemente que no seu trabalho sobreleva o mito grego, a paisagem bucólica, o vezo do epigrama. Dirceu ora é pastor, ora é juiz, quando um ou outro atributo frisa o seu *status* superior.

As suas palavras de desprezo a Tiradentes, durante o tempo de prisão, fraqueza perdoável pelo próprio espírito do poeta, ferem a tecla de uma vaidade indisfarçável:

*"Ama a gente assisada
a honra, a vida, o cabedal, tão pouco
que ponha uma ação destas
nas mãos dum pobre, sem respeito e louco?"*

...
*A prudência é tratá-lo por demente
ou prendê-lo ou entregá-lo,
para dele zombar a moça gente."*

O "*otium cum dignitate*" do magistrado era tirado da fortuna que lhe deu talento para escrever versos. Mesmo nas líras compostas no cárcere, o desejo de temperar as próprias dores com novas galanterias e torneios mitológicos é prova de um caráter altamente lírico, mas incapaz de extremos. Isso o conduziu são e salvo à África, onde se casou e enriqueceu.

*"Nesta cruel masmorra tenebrosa
ainda vendo estou teus olhos belos,
a testa formosa,
os dentes nevados
os negros cabelos.
Vejo, Marília, sim; e vejo ainda
a chusma dos Cupidos, que pendentos,
dessa boca linda,
nos ares espalham
suspiros ardentes."*

Não poderíamos deixar de mencionar as mulheres dos inconfidentes, que bravamente lutaram pelos ideais da Inconfidência e sofreram até a loucura a ausência de seus pares.

* Cf. BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*, p. 81

Marília de Dirceu, a musa de Tomás Antônio Gonzaga, tornou-se célebre pela motivação das famosas liras a ela dedicadas pelo noivo. Entretanto, há vestígios na própria história da Inconfidência (e o livro de Antônio Barreto, editado pela Editora LÊ em 1990 trata disso com enorme propriedade e beleza) de que teria sido ela o embaçado que avisou Gonzaga sobre a sua próxima prisão. Assim como Cláudio parece ter sido "suicidado" em virtude de uma confissão que incriminava os famosos mandatários de Vila Rica, Marília, a D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, surge cada vez mais claramente como a personagem desconhecida que andou pelas ruas de Vila Rica, avisando sobre as prisões. Na verdade, Marília não era apenas a gentil donzela que se mitificou por seu amor longínquo. Foi também uma incitadora do movimento, participando dele ativamente, ao lado de sua amiga Bárbara Heliodora.

Bárbara Heliodora também se transformou em personagem de romance.^{***} Quando de sua prisão, durante os interrogatórios, o marido Alvarenga Peixoto chegou a confessar que a mulher o levava a participar dos encontros. Num tempo em que as mulheres quase não passavam de escravas, Bárbara abria os caminhos de uma rebelião silenciosa. Sua beleza deslumbrava os homens e enchia Vila Rica de um sentimento que depois se chamaria "feminismo". As intrigas políticas a fascinavam e foi até a loucura o seu patriotismo. Afinal, vendo o marido perder-se em terras estrangeiras, e perdendo também sua linda filha Ifigênia, nas mãos dos soldados da rainha, ensandeceu. Passou a andar desgrenhada pelas ruas de São João del Rei, sempre acompanhada e olhada de perto pela suave musa, Marília.

"Amada filha, é já chegado o dia
em que a luz da razão, qual tocha acesa,
vem conduzir a simples natureza,
é hoje que o teu mundo principia.

A mão que te gerou teus passos guia
despreza ofertas de uma vã beleza
e sacrifica as honras e a riqueza
às santas leis do filho de Maria.

Estampa na tua alma a caridade,
que amar a Deus, amar aos semelhantes,

* BARRETO, Antônio. *A barca dos amantes*: história de Marília de Dirceu.

** O livro *Em liberdade*, de Silviano Santiago, faz um trabalho em torno do assunto. Vale a pena confirmar.

*** Ver MARTINS, Sebastião. *A dança da serpente*. Belo Horizonte: Ed. LÊ, 1990.

são eternos preceitos de verdade.

Quanto a Silvério dos Reis, depois de nove meses de custódia na fortaleza de São José, na Ilha das Cobras, voltou a Minas e aí não pôde mais viver. Teve as dívidas perdoadas e alcançou uma pensão anual vitalícia de 400\$000. Sempre vaidoso, requereu do rei D. João VI a condecoração da "Venera da Nova Ordem de N. Sra. da Conceição de Vila Viçosa". Não foi atendido. Felizmente! Ouviu o brado da Independência, mas nossa alegria está no fato de que os mineiros o repudiaram. Não lhe permitiram jamais voltar aqui. Para Judas, o esquecimento e a solidão dos seus trinta dinheiros.

Joaquim José da Silva Xavier, o homem feliz que descia as encostas de Vila Rica, contando "*aos campos e às ervinhas*" que havia um futuro em Minas em que ninguém mais seria espoliado; esse Tiradentes que acreditava no céu e na liberdade, tinha um amigo: o Aleijadinho.

Os historiadores vão analisando fatos, juntando a bibliografia da Inconfidência, e a cada passo a figura de Aleijadinho se delineia. Os profetas de Congonhas são o próprio grito de revolta. Isaías lança aos pássaros um olhar de interrogação. Não seria Isaías o Tiradentes, representado na pedra, para uma póstuma homenagem ao herói? Marilusa Moreira Vasconcellos diz que sim. Após a chegada da cabeça do mártir a Vila Rica (21 de maio), o governador recebeu um bilhete anônimo:

"De onde vem, Excelência, o temor de se enterrar o Tiradentes?

Será que os defuntos também dão sementes?"

Coisas do Aleijadinho."

Os séculos reforçam a grandeza dos Passos e a pedra dura não sofre os danos da intempérie. Duzentos anos faz que o Tiradentes conduza os inconfidentes, no adro da Igreja mineira.

Por que o Aleijadinho, importante conspirador, com uma obra reconhecida por todos, não foi morto ou deportado? Parece que o estado físico o protegeu, nessa hora. Depois da partida do último amigo de Tiradentes, ficou o Aleijadinho, Francisco Lisboa, em Vila Rica. E se pôs a contar, com a linguagem artística, o feito dos grandes heróis.

Talvez a inspiração dos mártires o tenha auxiliado, diz Marilusa. "Talvez a impressão do sacrifício de Cristo tenha vindo à mente do Aleijadinho, porque é o mesmo do Tiradentes. O quadro da cruz e da crucificação seria tão somente uma variação dos passos de Joaquim José da Silva Xavier, nas reuniões a que assistia o aleijado, embaçado pela noite e pelo manto caído sobre as chagas. Jesus e Tiradentes são a idêntica majestade do amor a de crença nos homens.

* VASCONCELLOS, Marilusa Moreira. *Confidências de um inconfidente*, p. 333.

** Id., ib.

Um e outro pregam o evangelho, chamando os oprimidos à luta. Pelos arredores da Galiléia, vai o Cristo, vestido de branco, com sua barba longa, com seu sorriso imaculado. Pelos arredores de Vila Rica, vai o Tiradentes, com sua barba longa, com seu sorriso imaculado. Repetições do mesmo tema. Composições para a mesma sinfonia. Jesus e Tiradentes se surperpõem, como irmãos univitelinos. O Brasil também não muda, nessa comparação. O cenário de Pôncio Pilatos é igual ao do Visconde. O traidor Judas tem a mesma cara feia do devedor Joaquim Silvério. Um se arrepende e se enforca, enrolado na corda da figueira. O nosso bandido, porém, é ainda mais autêntico. Só nos infernos terá, com certeza, pensado melhor nos seus feitos, que só foram defeitos.

Aleijadinho contempla o Tiradentes, enquanto o ouve discursar. Analisa os traços suaves, a testa e o cabelo puxado. "Meu Deus, deveria dizer, ele tem os olhos espantados. É assim que devo fazê-lo, quando vencer o nosso movimento!"

Então, lá estão os profetas. Quem quiser pode conferir. O Tiradentes e os outros eternamente falam da liberdade, basta saber escutar o que falam as línguas de pedra. O Aleijadinho permanece vivo, e há quem já tenha visto a sua figura oculta deslizar pelas vielas da atual Ouro Preto. Os turistas de hoje desconfiam dessa lenda, escarafuncham a cidade - patrimônio. Depois vão a Congonhas, olham as doze estátuas e escrevem livros sobre a Conjuração de 1789. Por causa do Aleijadinho, todo mundo vai a Congonhas conhecer Gonzaga ou Cláudio.

E o Cristo, quero dizer, o Tiradentes, vai ensinando às ervinhas, como bom pastor que é, o nome que tem no peito: liberdade, liberdade. Ainda que tarde, ainda que os ânimos às vezes esmoreçam, diante da tirania aparentemente constante dos governadores, ainda assim, a liberdade está vindo. Chegará num dia de sol, quando os heróis descerem os montes e vierem dizer que Jesus e o Tiradentes, enfim, retornam às Minas. Ninguém mais será oprimido, e o quinto será perdoado. Haverá lugar para todos, sem nenhuma distinção de raça, cor ou religião. Todos se amarão como irmãos, e o Tiradentes será rei do Brasil. Em todo o universo, Jesus governará. E será de fraternidade, igualdade e liberdade a lei que regerá os destinos do país.

Abstract: Tiradentes and the so-called *Inconfidentes* (partisans of the insurrection in Minas Gerais). This paper studies the *Inconfidência Mineira* (the 18th century revolutionary movement in Minas Gerais), its background and the role played by Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALMADA, Izaías. *O medo por trás das janelas*. São Paulo: Liberdade, 1991
- ALENCAR, Gilberto. *Tal dia é o batizado*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981
- ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil*. Ed. Livraria Progresso, 1950
- ANUÁRIO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, Ano III.
- AUTOS DA DEVASSA DA INCONFIDENCIA MINEIRA: Rio: Ministério da Educação, 1936/7 v.
- BANDEIRA, Manuel. A autoria das Cartas Chilenas. *Revista do Brasil*. Abril, 1940.
- BARRETO, Antônio. *A barca dos amantes*. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1990.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, s/d.
- CASTRO, Antônio de Barros. A região das minas. In: *50 textos de história do Brasil*. Org. Fenelon, Dea Ribeiro. São Paulo: HUCITEC, 1974
- NÓBREGA, M. *Cartas do Brasil*. Publicação da Academia Brasileira de Letras, 1978
- CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. F. Briguiet & Companhia Editora, 1979.
- CLÁUDIO MANUEL DA COSTA, por Sônia Salomão Khéde. SP: Livraria Agir Editora, 1983.
- DANTAS, Júlio. *O amor em Portugal no século XVIII*. Porto: Livraria Chandron, 1916.
- FAORO, Raimundo. A apropriação de rendas: o pacto colonial, monopólios, privilégios e tributos. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, vol I, Porto Alegre.
- FELIPE DOS SANTOS, Joaquim. *Memórias do distrito diamantino*. Livraria Castilho, 1924.
- GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil*. Editora José Bonifácio, 1956.
- GOUVEA, Jaime Prado. *O altar das montanhas de Minas*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1990.
- GREGÓRIO DE MATOS: *Sátira*, por Ângela Maria Dias. São Paulo: Agir, 1990.
- VELOSO, Herculano. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*. Belo Horizonte, 1955.
- LAPA, M. Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. Rio: Instituto Nacional do Livro, 1960.
- As Cartas Chilenas*. Rio: Instituto Nacional do Livro, 1958.
- LIMA JÚNIOR, A. de. *Pequena história da Inconfidência de Minas Gerais*, 1976
- LOPES, Francisco Antônio. *Os palácios de Vila Rica*, Belo Horizonte, 1955

- MARTINS Sebastião. *A dança da serpente*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1990
- OLIVEIRA MARTINS. *História de Portugal*. Lisboa: Ed. Guimarães & Cia, 1951
- RELATOS SERTANISTAS. Dir. de Afonso E. de Taunay. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1979
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Org. Luis Pinto; *Tiradentes*. Ed. Panamericana LTDA, 1939
- SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade*. São Paulo: Perspectiva, 1978
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do destrito diamantino*. Livraria Castilho, 1964
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969
- SOUSA SILVA. J. Norberto de. *História da conjuração mineira*. Ed. Imprensa Nacional, 1948
- VASCONCELOS, Marilusa Moreira. *Confidências de um inconfidente*, São Paulo: Editora Espírita Radhy LTDA, 1987
- TITO LÍVIO FERREIRA. *Gazeta de São Paulo*. Artigo "Tiradentes pertencia à nobreza de Minas Gerais" - ago/1965
- TORRES, Luis Wanderley. *Tiradentes: a áspera estrada para a liberdade*. São Paulo: Obelisco, 1965

AINDA

- . MEIRELES, Cecília. *O Romanceiro da Inconfidência*, 1953



Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais
Uma Casa de Cultura